

**Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Arqueologia**

Stephanie Mesquita Assaf

“(JARDIM CANADÁ) É TUDO NOSSO, MAS UM É UM E DOIS É DOIS”: a resignificação coletiva da categoria de bairro e a produção de localidades no Jardim Canadá (Nova Lima - MG)

Belo Horizonte
2016

STEPHANIE MESQUITA ASSAF

“(JARDIM CANADÁ) É TUDO NOSSO, MAS UM É UM E DOIS É DOIS”: a resignificação coletiva da categoria de bairro e a produção de localidades no Jardim Canadá (Nova Lima - MG)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Antropologia.

Orientadora: Profa. Dra. Andréa Luisa Zhouri Laschefski

Belo Horizonte
2016

306
A844j
2016

Assaf, Stephanie Mesquita

“(Jardim Canadá) é tudo nosso, mas um é um e dois é dois”
[manuscrito] : a ressignificação coletiva da categoria de bairro
e a produção de localidades no Jardim Canadá (Nova Lima –
MG) / Stephanie Mesquita Assaf. - 2016.

148 f.

Orientadora: Andréa Luisa Zhouri Laschefski.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas
Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Inclui bibliografia.

1. Antropologia – Teses. 2. Planejamento urbano - Teses.
3. Antropologia urbana - Teses. 4. Bairro Jardim Canadá (Nova
Lima, MG) – Teses. I. Zhouri, Andréa. II. Universidade
Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências
Humanas. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

**ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM ANTROPOLOGIA DE STEPHANIE MESQUITA ASSAF
(Nº DE MATRÍCULA: 2014651870)**

Aos 31 (trinta e um) dias do mês de maio de 2016 (dois mil e dezesseis), reuniu-se na Sala da Congregação - 1º andar do prédio da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais a Comissão Examinadora, para julgar, em exame final, a Dissertação intitulada: **“(JARDIM CANADÁ) É TUDO NOSSO, MAS UM É UM E DOIS É DOIS: a resignificação coletiva da categoria de bairro e a produção de localidades no Jardim Canadá (Nova Lima-MG)”**, requisito final para a obtenção do Grau de Mestre em Antropologia, Área de Concentração: Antropologia Social - Linha de Pesquisa: Território, Poder e Ambiente. A Comissão Examinadora foi composta pelas professoras doutoras: **Andréa Luisa Zhouri Laschefski – orientadora – (PPGAN-FAFICH/UFMG); Heloisa Soares de Moura Costa – (IGC/UFMG) e Ana Beatriz Vianna Mendes (PPGAN-FAFICH/UFMG)**. Abrindo a sessão, a Presidente da Comissão, Profa. Dra. Andréa Luisa Zhouri Laschefski, após dar a conhecer aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra à mestranda Stephanie Mesquita Assaf, para apresentação de sua Dissertação. Seguiu-se a arguição pelas examinadoras, com a respectiva defesa da candidata. Logo após a arguição das examinadoras, a Comissão se reuniu, sem a presença da mestranda e do público, para julgamento e expedição do resultado final. Concluída a reunião, os membros da Comissão Examinadora aprovaram a Dissertação por unanimidade e o resultado foi comunicado publicamente à candidata pela Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, a Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ATA, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora. Belo Horizonte, 31 de maio de 2016.

Profa. Dra. Andréa Luisa Zhouri Laschefski - Orientadora

Profa. Dra. Ana Beatriz Vianna Mendes

Profa. Dra. Heloisa Soares de Moura Costa



Documento assinado eletronicamente por **Heloisa Soares de Moura Costa, Professora do Magistério Superior**, em 13/08/2021, às 12:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Andrea Luisa Zhouri Laschefski, Professora do Magistério Superior**, em 13/08/2021, às 13:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Beatriz Viana Mendes, Professora do Magistério Superior**, em 13/08/2021, às 15:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

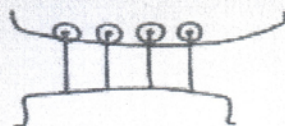
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?



[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](#), informando o código verificador **0898205** e o código CRC **CA29F0C2**.

Referência: Processo nº 23072.242381/2021-97

SEI nº 0898205



PPGAN.UFMG

DECLARAÇÃO

DECLARAMOS para os devidos fins, que Stephanie Mesquita Assaf defendeu e foi aprovada em sua dissertação de Mestrado intitulada: *“(JARDIM CANADÁ) É TUDO NOSSO, MAS UM É UM E DOIS É DOIS: a resignificação coletiva da categoria de bairro e a produção de localidades no Jardim Canadá (Nova Lima-MG)”*, no dia 31 de março de 2016, na sala da Congregação – 1º andar do prédio da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais.


Prof. Dr. Andrea Luisa Zhouri Laschefski
(Orientadora)

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Valéria e Dennys, pelo amor e apoio incondicional, constante e inabalável em todos os momentos, não apenas durante a minha trajetória de mestrado, como na minha vida.

Ao meu irmão, Andrew, por ser a maior alegria que eu tenho no mundo (agradeço também à edição cuidadosa de muitos mapas e pelas inúmeras leituras deste trabalho).

Aos meus avôs maternos, Terezinha e Antônio, pela ajuda e pelo amor.

À minha vó Sylvia, vó Willy e a Tia Célia.

Ao Teffo e ao Marco Túlio, meus amigos de sempre, obrigada especialmente pela revisão dedicada de alguns trechos da dissertação e pela amizade constante.

Aos amigos e familiares que me abrigaram em suas casas (vocês são muitos e sabem quem são), muito obrigada. Em especial Sarah, Sofia, Rafa e Mário.

À família Cretton (Mariana, Rosa e Vicente) pela “adoção” e pelo carinho.

À minha orientadora Andréa pela confiança, suporte, paciência, por acreditar e por me ensinar que algumas conquistas jamais poderão ser subtraídas de mim.

Aos meus amigos do mestrado: Mayana, Eduardo, Iacy, Ivi, Simone, Renata, Natália, Gui e Luiz, vocês me ajudaram a tirar forças de mim quando eu achava que já não tinha mais. Agradeço, em especial, e mais uma vez, à Mayana, pelo carinho e pela inspiração.

Ao pessoal do PPGAN pela dedicação e engajamento.

À Aninha pelos inúmeros resgates.

Aos meus amigos da FAFICH (agradeço bastante ao Bernardo e ao Felipe), da Arquitetura e do IGC.

Aos amigos feitos e outros reencontrados em alguns dos lugares em que trabalhei: Lidi, Lais, Michelle, Enara, Will e Lu. Raiza, Mari, Marina, Marco, Cretton (mais uma vez), João Paulo, Lu e Thomas.

Aos anjos: Daila, Janaína, Marina (outra vez), Nanda e Isadora; Robson, Luiz, Renato e Felipe também.

Ao pessoal do JA.CA.

À Joana, Ivete e Alair, que compartilharam suas vidas, histórias e narrativas comigo.

Aos moradores e frequentadores do Jardim Canadá, meus interlocutores.

Essa pesquisa é minha e de vocês!

RESUMO

O Jardim Canadá é um Bairro de Nova Lima, Minas Gerais, planejado e inaugurado no final da década de 1950. Reconhecido pelo Estado como tal, entretanto possui internamente duas regiões demarcadas coletivamente como Jardim Canadá 1 e Jardim Canadá 2. Essas regiões extraoficiais não são “lidas” pelo Estado e não há nenhum registro oficial delas. Discuto, então, como lugares são planejados, mas logo ressignificados no âmbito do vivido. Apresento como, em um pequeno e recente intervalo de tempo, novas localidades estão sendo produzidas no Bairro, ao encontro de um rápido processo local de mudança de perfil social (especialmente na parte mais nova, o Jardim Canadá 2). Parte desse processo, reconhecido como gentrificação, concerne à substituição de camadas mais pobres por grupos mais abastados.

Palavras chave: Planejamento urbano. Produção de localidades. Bairro. Jardim Canadá 1 e Jardim Canadá 2. Gentrificação.

ABSTRACT

Jardim Canadá is a planned neighborhood situated in Nova Lima, Minas Gerais concluded in the late 50's. Despite being accepted by the State as a single neighborhood two distinct regions can be pointed: Jardim Canadá 1 and Jardim Canadá 2. These unofficial regions are not recognized by the State and cannot be found in official records. Here we discuss how places can be planned in one manner while its daily life lived in a very different one. We present how in a recent time interval new localities are being produced in this neighborhood in a context of a rapid process of social change within this profile (especially in the newer part Jardim Canadá 2). Roughly, this process known as gentrification, concerns the replacement of the poorest by more affluent groups.

Key-words: Urban planning. Production of localities. Neighborhood. Jardim Canadá 1 and Jardim Canadá 2. Gentrification.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Croqui simplificado do meu trajeto pelo Jardim Canadá no dia 28/02/2015	27
Figura 2	Convocatória do edital “Dispositivo móvel para ações compartilhadas”...	31
Figura 3	Mapa do bairro mostrando os três endereços ocupados pelo JA.CA, no qual representei também a casa da Ivete	46
Figura 4	Gráfico demonstrativo do aumento dos preços dos imóveis no Jardim Canadá entre janeiro de 2009 e junho de 2015	48
Figura 5	Mapa de Nova Lima representando a divisão das terras do município	60
Figura 6	Representações das ocupações do Bairro Jardim Canadá em 1950 e 1970	64
Figura 7	Representações das ocupações do Bairro Jardim Canadá em 1990 e 2002	68
Figura 8	Representações das ocupações do Bairro Jardim Canadá em 2009 e 2013	70
Figura 9	Foto de satélite da região da Cidade de Nova Lima.....	72
Figura 10	Imagem do Bairro Jardim Canadá retirada do <i>Google maps</i>	86
Figura 11	Foto de satélite do loteamento do Bairro Jardim Canadá	89
Figura 12	Mapa de zoneamento do Bairro Jardim Canadá	93
Figura 13	Mapa mental feito por Joana Meniconi	110
Figura 14	Mapa indicativo das regiões Jardim Canadá 1 e 2, desenhado sobre base impressa por Joana Meniconi	111
Figura 15	Mapa mental feito por Manuel Carvalho	113
Figura 16	Mapa indicativo das regiões Jardim Canadá 1 e 2, desenhado sobre base impressa por Manuel Carvalho	114
Figura 17	Mapa mental feito por Warley Desali	115
Figura 18	Mapa indicativo das regiões Jardim Canadá 1 e 2, desenhado sobre base impressa por Warley Desali	116
Figura 19	Mapa mental feito por Bernardo Becker, dia 25 de Fevereiro de 2016	117

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1	Atual localização do JA.CA	40
Imagem 2	Evento realizado em 2014, no atual espaço do JA.CA	41
Imagem 3	Evento realizado em 2010 no primeiro espaço ocupado pelo JA.CA	44
Imagem 4	Segundo espaço ocupado pelo JA.CA	45
Imagem 5	Reforma da casa da Ivete pela equipe de bolsistas de extensão da Escola de Arquitetura da UFMG e, ao lado, a própria Ivete	51
Imagem 6	Atual da casa da Ivete	52
Imagem 7	Posto Chefão	53
Imagem 8	Vista do Restaurante do Posto Chefão	53
Imagem 9	Anúncio de lote para aluguel na Rua Fox, próxima à Avenida Victória	55
Imagem 10	Galpão industrial no início da Avenida Alaska, localizado em lugar demarcado pela Lei de uso e ocupação do solo de Nova Lima pela cor Roxa, ZIND1A (Zona de Uso Predominantemente Industrial)	95
Imagem 11	Supermercado Verdemar, localizado em lugar demarcado pela Lei de uso e ocupação do solo de Nova Lima pela cor Vermelha, ZOCS1 (Zona de Uso Predominante de Comércio e Serviços)	95
Imagem 12	Casas na Rua Kelson, localizadas em lugar demarcado pela Lei de uso e ocupação do solo de Nova Lima pela cor Amarela, ZOR1B (Zona de Uso Predominantemente Residencial)	96
Imagem 13	Casas na Rua Niágara, localizadas em lugar demarcado pela Lei de uso e ocupação do solo de Nova Lima pela cor Amarela, ZOR1B (Zona de Uso Predominantemente Residencial)	96
Imagem 14	Casas na Avenida Quebec, próxima ao limite do Bairro, localizadas em lugar demarcado pela Lei de uso e ocupação do solo de Nova Lima pela cor Cinza, ZEIS (Zona Especial de Interesse Social)	97
Imagem 15	Primeiro dia da Feira Experimente	122
Imagem 16	Tendas da Feira Experimente	123
Imagem 17	Vista aérea da Praça Quatro Elementos durante uma das edições da Feira Experimente	126
Imagem 18	Praça Quatro Elementos em um fim de semana	130

LISTA DE ABREVIATURAS

BH – Belo Horizonte

ETE – Estação de tratamento de esgoto

EIA - Estudo de Impacto Ambiental

FEAM - Fundação do Estado de Meio Ambiente

FGTS - Fundo de Garantia de Tempo de Serviço

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IGPM - Índice Geral de Preços no Mercado

IPHAN - Instituto Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico

LI - Licença de Instalação

LO - Licença de Operação

LP - Licença Prévia

ONG - Organização Não Governamental

RIMA - Relatório de Impacto Ambiental

RMBH - Região Metropolitana de Belo Horizonte

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

ZEIS - Zona Especial de Interesse Social

ZIND1A - Zona de Uso Predominantemente Industrial

ZOCS1 - Zona de Uso Predominante de Comércio e Serviços

ZOR1B - Zona de Uso Predominantemente Residencial

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 ADENTRANDO O LUGAR: DESAFIOS E TRAJETÓRIAS DENTRO DO JARDIM CANADÁ.....	20
2.1- Descobrimdo o Bairro: primeiros contatos	20
2.2 O JA.CA	33
2.2.1 Joana e a trajetória do JA.CA	39
2.2.2 Ivete: a “latifundiária”	50
3 A PRODUÇÃO DO BAIRRO JARDIM CANADÁ	58
3.1 Reconhecendo contextos	58
3.1.1 Da mineração aos condomínios	58
3.1.2 Alair, a Mina e a Vale.....	71
3.2 Dos planos à fundação do Bairro	82
3.2.1 O contexto do planejamento	82
3.2.2 O projeto do Bairro.....	85
3.2.3 Os dispositivos legais	91
4 DO PLANEJADO AO NÃO PLANEJADO.....	100
4.1 A categoria oficial: o bairro.....	100
4.2 A ressignificação da categoria de bairro: o Jardim Canadá 1 e Jardim Canadá 2	102
4.2.1 Os mapas mentais	107
4.3 A produção de localidades desconexas	120
4.3.1 Da Feira Gastronômica Experimente ao Bar da Vandinha	131
4.4 Por cidades do dissenso	134
CONSIDERAÇÕES FINAIS	137
REFERÊNCIAS.....	141

1 INTRODUÇÃO

“(Jardim Canadá) é tudo nosso. Mas, um é um e dois é dois.”

Essa frase, que compõe parte do título deste trabalho, foi dita por Silas, um morador do Jardim Canadá que trabalha na função conjugada de cobrador e porteiro em uma das tantas vans que realizam o trajeto entre Belo Horizonte e o Bairro. Essas vans fazem o mesmo percurso dos ônibus das linhas oficiais; passam pelo centro da capital em direção aos bairros da região centro-sul, atingem a BR-040 e nela continuam direto até chegar ao Jardim Canadá.

Como moro em Belo Horizonte, na maioria das vezes eu alternava minhas incursões a campo no Jardim Canadá entre ônibus e van. Em uma dessas idas ao Bairro, conversando com as pessoas que estavam na van junto comigo sobre as duas regiões do Jardim Canadá (Jardim Canadá 1 e Jardim Canadá 2), perguntei se, na verdade, eram bairros diferentes. A resposta de Silas foi categórica e muito significativa. Morador do Jardim Canadá 1, ele reconhece, em primeira instância, que “é tudo nosso”. Essa expressão é costumeira no vocabulário de grupos moradores das periferias brasileiras,¹ especialmente entre os jovens; eu já havia escutado tal expressão antes.

Essa fala aciona um forte sentimento de pertencimento ao lugar, o qual Escobar (2005) define “como experiência de uma localidade específica com algum grau de enraizamento, com conexão com a vida diária, mesmo que sua identidade seja construída e nunca fixa” (ESCOBAR, 2005, p. 133). Entretanto, mesmo sendo “tudo nosso”, há uma demarcação muito clara das diferenças entre essas regiões, pela repetição do óbvio contido em outra expressão popular: “uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa”.

Pela simplificação e pela repetição, tanto essa expressão popular como a fala de Silas demarcam que a relação entre os elementos citados (o Jardim Canadá 1 e o 2) é paralela. Jardim Canadá 1 e 2 estão na mesma categoria (região dentro do Bairro), mas são diferentes.

¹ Nesse contexto, uso o termo “periferia” mais relacionado ao aspecto social e não necessariamente geográfico do termo, alinhada em partes à definição de Eunice Durham (1996), que reconhece como periferia as regiões nas quais se concentram as camadas mais pobres da população, em lugares desprovidos de recursos. Apresento, de forma muito breve, na terceira seção deste trabalho, a discussão da atual ressignificação desse termo.

É com essa discussão que eu abro e finalizo minha pesquisa: na concepção coletiva daqueles que vivenciam o Bairro, essas duas regiões estão demarcadas como categorias extraoficiais que (ainda) não “dinamitaram” a demarcação oficial do Jardim Canadá. Entretanto, discuto na quarta seção deste trabalho como a presença dessas duas regiões caracteriza uma ressignificação coletiva da aceção de bairro. Assim, um bairro pode ser também dois envolvidos por um só, sem perder nem sua unidade, nem sua diferença.

Dessa forma, aciono a ressignificação dessa categoria: o bairro, que acontece, no caso do Bairro Jardim Canadá, pela ação, pelo cotidiano dos indivíduos, o que Sahlins (2007) apresenta como uma “submissão das categorias culturais à riscos empíricos”; riscos associados exatamente com a mudança, com a criação de novos significados e sentidos. Entretanto, tal ressignificação aconteceu em um dado contexto do Jardim Canadá e a ele fica restrita.

No caso desse Bairro, apenas a demarcação coletiva foi alterada, o que não implica, necessariamente, a absorção dela pelo Estado. Então, reconheço essas categorias que, além de criadas no âmbito do vivido, são também extraoficiais, invisíveis aos olhos do Estado. Tal invisibilidade se revela não apenas na ausência flagrante de qualquer menção a essas regiões (Jardim Canadá 1 e 2) em documentos oficiais (mapas e legislações), mas está bastante clara pela ausência de representações cartográficas oficiais de delimitação dessas.

Como uma categoria organizativa e, logo, relacional, o reconhecimento de um lugar como bairro está diretamente vinculado à delimitação territorial, o que exige a existência de fronteiras e limites especialmente em representações cartográficas (HISSA, 2002, p. 35). Não existem limites oficiais entre essas regiões, logo não há reconhecimento oficial delas, uma vez que todo o maquinário dos Estados modernos, como bem reconhecem Das e Poole (2008), se apoia fundamentalmente em *legibilidade*².

Esse tipo de categoria, que opera como ferramenta para organizar o território (e, conseqüentemente, o controlar), é conveniente ao que Scott (1998) define como a criação de

² Segundo Das e Poole (2008), o funcionamento dos Estados modernos é fundamentado na legibilidade. A aceção de legibilidade é relacionada com a absorção de elementos documentais pelo Estado. Esses documentos são acionados como forma aplicada por determinado Estado para conhecer, catalogar e, assim, governar e dominar, tanto seus sujeitos, seu território e sua história, em nome da governamentalidade. Tal definição será melhor explicada na quarta seção.

esquemas que simplificam a “complexa realidade” para a assimilação do Estado. Apresento, como contraponto aos “mapas cadastrais”, inexistentes para essas regiões, o exercício de produção de mapas mentais.

Tais mapas são diferentes dos mapas oficiais, tão caros ao Estado, os quais Anderson (2008) define como uma das três instituições fundamentais para que o Estado delimite o seu domínio: o mapa, o censo e o museu. A diferença está no fato de que mapas mentais não dependem de linguagem técnica para serem feitos, assim como divergem da falta de detalhes intencional dos mapas cadastrais (SCOTT, 1998); eles são tecidos pela memória dos indivíduos.

Os mapas mentais, que, segundo Mendonza (2012, p. 30), “permitem capturar imagens dos lugares e os sentimentos e identidades que os indivíduos desenvolvem nos mesmos”, foram essenciais para minha leitura dessas regiões. A atitude precipitada que tive durante o processo, de levar uma base impressa com o desenho dos quarteirões do Bairro (justificada como imagem auxiliar, mas que provinha de uma tentativa de encontrar indicação de limites para essas regiões), apenas reforçou o fato de que esses limites são tão fluidos a ponto de não poderem ser representados em consenso.

O que eu consegui no decorrer desse trabalho foram registros variados com algumas referências em comum, como a importância fundamental da praça Quatro Elementos (única praça do Bairro, localizada bem no centro dele) para o entendimento dessas regiões. Nessa mesma direção, exatamente pela fluidez das fronteiras representadas, destaco que o Jardim Canadá 1 e o Jardim Canadá 2 são regiões sequenciais e não fragmentadas.

Apesar de outros atributos, o que fundamentalmente demarca cada região é o tempo de ocupação no contexto histórico do Bairro, sendo a região chamada de Jardim Canadá 1 reconhecida como parte velha, enquanto a 2 é a parte nova. Discuto essa demarcação também no início da segunda seção, na qual apresento a minha percepção dessas regiões, em conjunto com o que assimilei no meu cotidiano no Bairro, assim como pelo contato com seus moradores e frequentadores.

Destaco que, em parte por limitações relacionadas ao tempo disponível para pesquisa, muito desse trabalho e das narrativas apresentadas em relação ao Bairro e das pessoas que lá

residem, ou o frequentam, está fundamentalmente concentrado na parte mais nova desse: no Jardim Canadá 2. Logo, ainda que a resignificação da categoria de bairro e a divisão do Bairro Jardim Canadá tenham sido discutidas aqui, reconheço que, devido ao prazo para a finalização da dissertação, a minha vivência e a pesquisa aconteceram onde eu me sentia mais confortável, em lugares nos quais eu possuía vínculos sociais e afetivos; exatamente nos lugares essencialmente frequentados pelas pessoas da capital, o que eu compreendo como uma extensão da minha zona de conforto.

Ainda na segunda seção, compartilho um pouco das narrativas da Joana e da Ivete, que se cruzaram em uma ONG (antes, Centro de Artes) localizada no Jardim Canadá 2 chamada JA.CA.³ A história delas, assim como a do JA.CA, acontece fundamentalmente no Jardim Canadá 2. Aproveito um recorte recente no tempo (a partir de 2010) para discutir o acelerado processo de mudança no perfil social dos habitantes e frequentadores do Bairro.

O projeto do Bairro data do fim da década de 1950 (Companhia Melhoramentos e Urbanização S.A, 1958) e, a despeito de existir um projeto urbano completo e regulamentado, assim como o reconhecimento da legislação federal da obrigação dos empreendedores de fornecerem toda infraestrutura urbana necessária quando executassem um loteamento, o Bairro Jardim Canadá foi apenas arruado. Além do arruamento, havia uma indicação da divisão de lotes, mas não havia sistema de coleta de esgoto, nem de distribuição de água.

Outro ponto importante é que apenas a porção sudeste do Jardim Canadá foi arruada em seus primeiros tempos, sendo essa a região onde se localizaram as primeiras ocupações e que, posteriormente, recebeu a denominação de Jardim Canadá 1. Logo, o parcelamento, a falta de infraestrutura e o arruamento de apenas uma parte tornou o Bairro um fracasso como empreendimento, mas foi exatamente o que possibilitou os primeiros assentamentos na região.

Planejado para ser uma vila militar, cujos moradores almejados pertenceriam às camadas de média renda, o Jardim Canadá, um lugar até então “desurbanizado”, como chama Maricato (1979), recebeu, em seus primeiros tempos, populações de baixa renda, condenadas a morar

³ “O JA.CA – Centro de Arte e Tecnologia é uma organização não governamental que atua no Bairro Jardim Canadá, em Nova Lima (MG) desde 2010 como uma plataforma para o aprendizado e o intercâmbio de experiências artísticas. “. Disponível em: <http://www.jaca.center/sobre>. Acesso em: 17 de agosto de 2015.

em lugares desprovidos de infraestrutura, sem oferta de serviços, tal qual era o Bairro.

Porém, apesar desse histórico e do lento processo de ocupação que aconteceu no Bairro ao longo desses anos, a partir dos anos 2000 (especialmente após 2010) o Jardim Canadá deixou de ser “lugar fora das ideias” (MARICATO, 2009) e começou a figurar no mundo das ideias, ou seja, o Bairro, finalmente, se tornou visível ao Estado e, como não poderia deixar de acontecer, também ao capital.

Uma vez em foi nesse pequeno intervalo de tempo (a partir dos anos 2000) que o Jardim Canadá passou por um grande processo de reestruturação urbana, com a instalação de sistema de distribuição de água (2000), de uma nova rede de esgoto (2004) e do asfaltamento das avenidas (ainda em curso). Não podemos deixar de lembrar que, apesar de tais melhorias serem resultado de longos anos de lutas, reivindicações e, por isso, representarem conquistas da população moradora do Bairro, elas também trouxeram alguns resultados inesperados.

Discuto na segunda seção essa chamada mudança de perfil social dentro do Bairro, que acontece especialmente pelo paradoxo causado pela revitalização urbana mencionada, qual seja: se essa revitalização foi uma conquista, ela também trouxe uma valorização das propriedades fundiárias do Bairro (especialmente na região mais nova, o Jardim Canadá 2), junto com um grande aumento no custo de vida, o que causa progressiva expulsão de camadas mais pobres da população do local.

Tal processo, em sua dimensão menos restrita, recebe o nome de *gentrificação*, o que será apresentado na segunda seção. Essa discussão também reverbera na quarta seção, quando exponho a realização bastante recente (fim de 2014) da Feira Gastronômica Experimente. A estreita relação entre o processo de gentrificação e a prática de revitalização urbana em lugares antes degradados é bastante comum. Geralmente, a revitalização urbana não se reduz à implantação e/ou reconfiguração da infraestrutura urbana deficitária, mas vem acompanhada do incentivo à criação de “eixos culturais” nos lugares.

Carlos Vainer (2009) explica que a “cultura é o grande negócio em lugares em via de gentrificação” (p. 50), o que pode ser facilmente constatado no Jardim Canadá, onde aconteceu (e acontece), especialmente nesse intervalo de tempo retratado, a formação de um

dito “eixo cultural”, que engloba, para mencionar apenas alguns exemplos mais próximos, duas galerias de arte instaladas no bairro, uma companhia de dança e o próprio JA.CA (hoje, ONG, mas um Centro de Arte na sua fundação, em 2010).

Paradoxalmente, o JA.CA compõe esse processo em duas vias: facilitando-o, mas também sofrendo com seus efeitos; nos últimos cinco anos, a sede da ONG foi realocada três vezes dentro do Bairro por causa do aumento exponencial no preço dos aluguéis.

Como norteador deste trabalho e ainda considerando os contextos acima, discuto a produção de localidades no Bairro Jardim Canadá conforme a concepção de Arjun Appadurai (1997; 2004), para quem *localidade* é “propriedade fenomenológica da vida social, uma estrutura de sentimento produzida por determinadas formas de atividade intencional e que produz certos tipos de efeito material” (APPADURAI, 2004, p. 243). Em conjunto com a definição de *localidades*, o autor aciona a categoria *bairros* “para referir as formas sociais efetivamente existentes em que a localidade enquanto dimensão ou valor se realiza de vários modos” (APPADURAI, 2004, p. 238). Assim, os bairros são fundamentais como cenários reais necessários para a produção de localidades. Exatamente por essa materialidade, os bairros são dotados de contextos históricos, assim como produzem (e são produzidos por) contextos.

Dessa forma, na terceira seção deste trabalho, apresento o Jardim Canadá como um bairro que foi produzido por contextos e retomo o seu processo de ocupação histórica para identificá-los. Tais contextos são essencialmente relacionados à predominância da prática da mineração em Nova Lima. Essa prática, influente pela atividade extrativista em si, também encontrou outras formas de atuação no município.

Em uma situação bastante antiga, a posse das terras de Nova Lima está concentrada, segundo Pires (2006), nas mãos de duas grandes empresas de mineração: a Vale (antiga MBR)⁴ e a *AngloGold*⁵ (que englobou a *Saint John Del Rey Mining Company*⁶). Essas companhias, em

⁴ A Vale é uma empresa brasileira de mineração, considerada atualmente uma das maiores do mundo no setor. Foi fundada em Itabira (MG), no ano de 1942, para a exploração de minas de ferro. Além de atuar em várias cidades brasileiras (como Nova Lima) também se expandiu para outros países e englobou outras companhias de mineração tais como a MBR (Mineradoras Brasileiras Reunidas).

⁵ “No século XIX, a empresa de mineração inglesa *Saint John Del Rey Mining Company* deu início à exploração de ouro em Nova Lima, Minas Gerais. Mais de 170 anos depois, o patrimônio minerador passou a ser controlado pela *AngloGold*, atualmente *AngloGoldAshanti*, após a fusão com a *AshantiGoldfields*, em 2004.” Disponível

uma segunda leva de investimentos na cidade, passaram a financiar empreendimentos relacionados ao parcelamento do solo para fins residenciais em suas propriedades, especialmente a partir da década de 1950.

O Jardim Canadá é um exemplo dessa prática de parcelamento, uma vez que o Bairro está situado em terras que eram propriedade da antiga *Saint John*. Mas o Bairro é um loteamento aberto, um dos poucos exemplares de loteamentos parcelados não fechados no município, onde as ocupações com condomínios horizontais residenciais e fechados são predominantes. Tais condomínios foram fundamentais para a dinâmica de ocupação de Nova Lima, e nesse trabalho destaco para análise dois deles: Retiro das Pedras (1957) e Alphaville Lagoa dos Ingleses (1999), que considereei como essenciais para a produção de contextos no Bairro Jardim Canadá.⁷

A influência das companhias ligadas às atividades minerárias não ficou retida no passado e nem se restringiu ao investimento em novos empreendimentos imobiliários, como construção desses condomínios citados (a propósito, ambos estão situados em terras pertencentes a mineradoras); a extração de minérios - antes, o ouro; hoje, o ferro - continua perdurando na cidade. O Jardim Canadá é bastante afetado por essa dinâmica, uma vez que existe uma mina em atividade, a Capão Xavier, em sua vizinhança próxima. Como guia dessa discussão, apresento a influência da Vale, empresa que explora essa Mina, e como a Mina afeta o cotidiano dos moradores do bairro. O olhar do Alair, um morador do bairro, vizinho muito próximo da Mina, foi fundamental nesse aspecto, pois me ajudou a construir uma percepção cotidiana das atividades da Capão Xavier.

Além da discussão sobre esses contextos para a formação do Bairro (e, logo, fundamentais para a produção das localidades nele), apresento, também na terceira seção, uma discussão sobre a produção do espaço concebido. Nesse momento, me aproprio da teoria de produção

em: <http://www.anglogoldashanti.com.br/QuemSomos/Historia/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 15 de setembro de 2015.

⁶ *Saint John Del Rey Mining Company* é uma empresa britânica de mineração estabelecida no Brasil desde 1834 (PIRES, 2006). Situada em Nova Lima, Minas Gerais, a empresa foi responsável pela extração na mina do Morro Velho, localizada no centro da cidade, sendo fundamental para o adensamento do município em seus primeiros momentos.

⁷ O Condomínio Retiro da Pedras foi criado em 1957 e é vizinho do Jardim Canadá pela região sudeste do Bairro (o que hoje chamamos de Jardim Canadá 1); o Alphaville, criado em 1999, é destinado a grupos de alta renda e se localiza no entroncamento da BR-040, quase na divisa com Itabirito. Ambos os condomínios serão melhor apresentados ao longo deste trabalho.

espacial de Henri Lefebvre (1991), na qual ele divide esse processo em três momentos simultâneos e dialeticamente interconectados.

Em primeiro momento, Lefebvre (1991) vislumbra o espaço concebido, que é, por definição, abstrato e idealizado. Essa forma de produção do espaço é resultado de uma dinâmica muito específica tanto dos Estados modernos como do capitalismo; ao ser possivelmente idealizado e, por consequência, controlado, o espaço também se torna elemento fundamental dentro de uma dinâmica de troca, assumindo valor dentro dela, figurando como mercadoria. Tal forma de produção espacial engloba os planos, projetos urbanos, assim como todas as suas variantes gráficas, como os desenhos e mapas. Segundo Laschefski e Costa (2008, p. 310), esse é o “resultado da ação dos que pretendem organizar e controlar a sociedade - os agentes políticos, os interesses econômicos e os planejadores”.

Em contraposição (e complementação) ao espaço que é idealizado, está o espaço percebido, que é real, utilizado e materializado. Sobre esse ponto do esquema dialético tridimensional, essa interpretação sublinha uma base material, como morfologia e ambiente construído, que tanto influencia como acaba sendo influenciada pelos processos sociais que ocorrem no espaço, aspecto não apresentado com detalhes ao longo deste trabalho.

O último elemento dessa tríade engloba o espaço produzido por processos mistos: tanto materializado, como idealizado, produção classificada duplamente pelo autor como espaço vivido, bem como por espaço de representação. Ao lidar com formas de produção do espaço, Lefebvre (1991) assume que “um espaço produzido também serve como uma ferramenta de pensamento e ação, além de ser um meio de produção, também é um meio de controle e lugar de dominação, de poder, mas que, apesar disso, escapa, em partes, daqueles que querem fazer uso disso” (LEFEBVRE, 1991, p. 121, tradução da autora).

Ou seja, em sua dimensão vivida, o processo de produção do espaço consegue (mesmo que parcialmente) fugir do controle absoluto dos agentes dominantes, ainda que assuma alguns pontos idealizados por esses. Todavia, em contraponto ao espaço vivido, mostro alguns dos planos e projetos que foram feitos para esse espaço; planos que, segundo Li (1999, p. 298), podem ser “seguros no papel, mas que são frágeis na prática”.

Essa forma de produção do espaço por meio de planos e projetos vai ao encontro da prática de racionalidade típica dos Estados modernos, como bem explica Foucault (2008), segundo a qual o Estado, para garantir sua soberania, precisa ter controle da sua população não apenas no que se refere ao valor numérico, mas de forma a regular as condições sob as quais os sujeitos vivem suas vidas, conforme sintetizou Li (1999). Uma das maneiras de controle dessa qualidade de vida acontece pela ordenação do território, especialmente nas cidades.

Assim, analiso o tipo de contexto no qual é aplicável o planejamento urbano e como ele opera como ferramenta potente de controle do Estado sobre o seu território e sua população. Também apresento, de forma mais específica, como o Jardim Canadá se insere nessa dinâmica em função do modelo de planejamento urbano adotado em seu projeto (e executado a risca). Modelo de planejamento consoante com a linguagem mais aplicada na prática do urbanismo brasileiro, o estilo chamado de moderno (CALDEIRA, 2000).

Mais uma vez, a discussão tangencia Foucault (2008), pois as características fundamentais desse estilo, nomeado como moderno, vai ao encontro dos princípios de reestruturação das cidades com o fim de higienizá-las: avenidas amplas, arborizadas, que contenham uma potente infraestrutura sanitária. Nesse tipo de planejamento, há também uma supremacia de linhas retas e de regularidade, em uma nítida intenção de homogeneizar a divisão do território. Scott (1998) apresenta essa “regularidade da malha” como bastante conveniente tanto para a legibilidade do Estado sobre o território como para facilitar a sua comercialização. Nesse contexto, exponho também a importância da representação gráfica nesse mecanismo, articulando conceitos de Scott (1998), Anderson (2008) e Lefebvre (1991).

Embora a pesquisa sobre o Jardim Canadá não estivesse em meus planos originais, discutir sobre espaços planejados estava em meus anseios iniciais. O intento original desta pesquisa era proveniente da minha curiosidade a respeito das dinâmicas sociais envolvendo grupos que morassem ou frequentassem condomínios fechados, o que representa, a meu ver, um curioso fenômeno de parcelamento do solo e produção de espaços urbanos potencialmente catastróficos. Tal interesse também é relacionado ao fato de que eu trabalho, há algum tempo, com projetos de condomínios residenciais fechados.

Eu me formei em Arquitetura e Urbanismo na Escola de Arquitetura da UFMG no meio de

2011, depois de exatos cinco anos nessa graduação. A despeito de ter me graduado no tempo previsto, eu carregava, desde os períodos finais do curso, um enorme descontentamento com a profissão, especialmente a arquitetura. Cumprindo minhas baixas expectativas, ao me formar, me vi vinculada a empregos completamente maçantes. Eu não me lembro exatamente em que momento decidi que iria trabalhar apenas com urbanismo, mas tal decisão foi um caminho sem volta. A formação dupla e vinculada de arquiteto urbanista te permite seguir os dois caminhos em uma direção que Lefebvre (1991) bem resume: “o habitar, a habitação, o ‘habitat’, como se diz concernem à arquitetura. A cidade, o espaço urbano, dependem de uma especialidade: o urbanismo” (LEFEBVRE, 1991, p. 20).

No trabalho como urbanista eu me vi livre de fazer detalhamentos excessivos e sem sentido para edificações de luxo, entretanto passei a trabalhar com projetos urbanos de condomínios fechados. Eu não desgostava de fazer *master* planos e projetos urbanos, a prática em si não era exatamente ruim, mas eu nunca concordei com esse tipo de ocupação, que Caldeira (2000) classifica como a versão residencial dos “enclaves fortificados”, cuja maior característica está na capacidade de produzir (e reproduzir) segregação social.

Aproximadamente uns dois anos após a minha formatura, estava fazendo uma pesquisa na *internet* (cujo objetivo inicial eu não me recordo) e, por acaso, encontrei um livro cujo título me pareceu bastante sugestivo: “O desafio da cidade”. A despeito de, à época, ainda não ter lido nenhuma obra do antropólogo Gilberto Velho, resolvi baixar o arquivo e dar uma olhada no livro.

Se eu havia me interessado pelo título do livro, que é uma seleção de textos de diversos autores de Antropologia Urbana, quase cai da cadeira quando vi o nome de um dos capítulos, que me soou quase como um chamado: “Como e quando pode um arquiteto virar antropólogo?”. Nesse texto de 1980, cujo teor é parte de uma reflexão autobiográfica, o autor, Carlos Santos, se apresenta como estudante de arquitetura e urbanismo empolgado que era. No decorrer da leitura, encontrei várias similaridades com a minha própria história, tanto do lugar de partida, como alguns pontos de parada. A empolgação descrita no início se desfaz no meio do curso e seu descontentamento aumenta progressivamente depois que ele se forma. Assim como eu havia feito, o autor abandona o exercício da arquitetura pela prática do urbanismo. Entretanto, ainda não satisfeito como urbanista, Santos, em dado momento,

ingressa no programa de Antropologia do Museu Nacional (no Rio de Janeiro). A partir desse ponto, ele narra, quase em tom de aventura, o caso de um urbanista (ele mesmo) que estava tentando se tornar antropólogo.

Santos fez o curso de Arquitetura em outro lugar e em outra época, se formando aproximadamente quarenta anos antes de eu ingressar na faculdade. Entretanto, a leitura desse texto foi como levar um soco no estômago. Ao ler o primeiro parágrafo do artigo, eu já havia me convencido que era preciso “mudar de direção” e quando terminei de ler o texto o caminho percorrido pelo autor não me pareceu ruim. Foi assim que comecei a pensar em me “aventurar” na Antropologia. Em conjunto com essa ideia, também nunca abandonei meu interesse pelas cidades e, apesar do meu posicionamento, me interessava bastante pelos condomínios fechados. Foi por esse interesse também que eu descobri o Jardim Canadá.

Curiosamente, o bairro fica no meio do caminho para quem sai de Belo Horizonte em direção ao Alphaville. Ingenuamente, cheguei ao bairro buscando encontrar pessoas que morassem lá mas trabalhassem no Condomínio. Mas, além de não encontrar ninguém nesse grupo, que eu acreditava que seria muito representativo dentro do bairro, muito menos consegui entrar no Condomínio.

Em suma, em função dos percalços que narro na segunda seção, decidi fazer minha pesquisa apenas no Jardim Canadá, de maneira a apreender como localidades eram produzidas e reproduzidas nesse Bairro. Posteriormente, no trabalho de campo feito com os métodos de observação participante, apreensão de registros gráficos e fotográficos do local, entrevistas e conversas informais e exercício de mapas mentais, especialmente quando assimilei a existência de duas regiões diferentes e complementares no Jardim Canadá, comecei a questionar a demarcação coletiva de bairro e como ela me parecia ser constantemente ressignificada na ação.

Discuto também como planos são feitos, lugares são planejados em uma enorme empreitada de controle tanto do território como da população (atualmente, em consenso entre o Estado e o capital), mas no cotidiano, no espaço vivido (LEFEBVRE, 1991) sempre existem brechas para o inesperado, para o que Sahlins (2007) reconhece como total falta de obrigação do “mundo” em funcionar da maneira como foi pensado.

2 ADENTRANDO O LUGAR: DESAFIOS E TRAJETÓRIAS DENTRO DO JARDIM CANADÁ

2.1- Descobrindo o Bairro: primeiros contatos

Era final de fevereiro e o dia estava meio nublado, com algumas pancadas rápidas de chuva típicas de verão. Passei a manhã no Parque das Mangabeiras⁸ com meu pai, que naquele fim de semana estava em Belo Horizonte; mais tarde iria até o Jardim Canadá. Como ele não se importou em ir até Nova Lima comigo, aproveitei a companhia e a carona, sugerindo que almoçássemos juntos em algum restaurante no bairro; até então eu nunca havia estado lá. Saímos da zona sul da capital e seguimos direto, de carro, pela BR-040 (rodovia federal que liga Belo Horizonte ao Rio de Janeiro). Apesar de pertencer à Nova Lima, o bairro é mais próximo de Belo Horizonte (12 km do bairro Belvedere, último bairro da região sul da capital) do que da sede, distante 30 km (PIRES, 2006).

Esse momento era importante para mim, pois ainda estava tateando nas tentativas para realizar um trabalho antropológico e estava especialmente instigada por ter escolhido fazê-lo dentro da cidade. Talvez, nessa primeira vez, eu devesse ter ido ao Bairro desacompanhada, mas a visita ao Jardim Canadá com algum motivo e com companhia me pareceu menos assustadora do que a ideia de chegar sozinha lá. Entretanto, esse dia, que inicialmente me pareceu apenas uma boa oportunidade de unir trabalho com passeio, me deixou algumas impressões que perduraram bastante tempo, influenciando muito as outras experiências que eu tive no Bairro e que, obviamente, moldaram o andamento do meu trabalho.

A estrada que liga essa parte de Nova Lima à zona sul de Belo Horizonte é bastante bonita. Além de atravessar uma das regiões mais ricas da capital, predomina nesse percurso grande quantidade de áreas verdes, em uma junção de pequenos agrupamentos nativos que restaram da mata atlântica intercalados com plantações de eucaliptos. Para quem sai da zona sul, é um caminho que acontece praticamente sem interrupções ou qualquer ruptura no tecido urbano (PIRES, 2006).

⁸ Parque localizado no Bairro Mangabeiras, na zona sul de Belo Horizonte.

Apesar da ausência de rupturas, a chegada ao Bairro, especialmente do lado direito de quem vem de Belo Horizonte pela BR, é visualmente demarcada por uma aglomeração de empreendimentos novos (salvo o Posto Chefão, a maioria foi construída a partir dos anos 2000), com alto padrão arquitetônico, localizado no início da Avenida Toronto, rua paralela e colada à rodovia federal. Todos esses empreendimentos são de caráter comercial e estão dispostos em linha, a começar pelo novíssimo *Shopping Jardim Casa* (projeto de um famoso arquiteto mineiro), inaugurado em 2015. Do lado do *shopping* está o Posto Chefão e todo o complexo a ele atrelado (restaurantes e pequenas lojas), seguido pelo Supermercado Verdemar, em cujo estacionamento paramos.

O estacionamento externo do Verdemar fica em uma avenida perpendicular à Toronto, no início da Avenida Alaska. Esse Supermercado é uma franquia integrante de uma rede belo-horizontina, conhecida pela grande diversidade de produtos, bem como pelos preços bastante altos. Depois de ter reparado os carros diferentes que estavam no estacionamento (como um *Porsche* azul e outros veículos de alto padrão cujas marcas eu não reconheci), compramos algumas frutas e pedimos indicação de algum lugar para almoçar. Conversei com um segurança que estava na porta do Supermercado e ele me sugeriu que fossemos ao restaurante do Posto Chefão que fica ao lado de onde estávamos.

O restaurante estava sendo reformado e a entrada possuía muitos elementos e resíduos dessa obra em andamento, o que quase nos fez desistir de entrar. Mas vimos que, apesar dessa confusão, o estabelecimento estava bastante cheio e imaginamos que a comida servida lá devia ser boa, o que de fato se confirmou. Surpreendentemente, o preço do quilo da refeição era bem mais alto do que eu esperava, ultrapassando o valor de muitos restaurantes que eu considero caros na região sul de Belo Horizonte.

Depois desse almoço tirei algumas fotos desse complexo de estabelecimentos próximos às margens da BR-040 (que podem ser vistas no final desta seção) e adentramos o Bairro de carro, por uma longa avenida (Avenida Alaska) que corta parte do Jardim Canadá longitudinalmente. Essa avenida pertence à parte que eu reconheço como Jardim Canadá 2, a parte do Bairro ocupada mais recentemente e, por isso, menos adensada.

Entretanto, embora eu soubesse que estávamos passando pelo lugar menos adensado do Jardim Canadá, cuja ocupação de fato foi iniciada a partir da década de 1990 (aproximadamente quarenta anos depois da inauguração do Bairro), essa parte do trajeto foi uma decepção para mim. Ao contrário do que eu esperava não havia quase ninguém na rua, encontramos muitos lotes vagos e a maioria dos construídos estava com placas de alugue-se/vende-se. Eu pensei que veria ao menos pessoas caminhando, as ruas razoavelmente cheias, assim como imaginei que encontraria um bairro mais ocupado. Apesar de ter consultado mapas, inclusive uma série de diagramas que mostram a ocupação do Jardim Canadá ao longo do tempo (diagramas que serão apresentados na terceira seção), alguns dos lugares que apareceram como ocupados estavam de fato construídos, mas vazios e à disposição para venda e/ou locação.

Embora não tenha mencionado antes, pude perceber que, para meu pai, não fazia o menor sentido realizar uma pesquisa naquele lugar que parecia estar completamente vazio. Ele me perguntou onde estavam as pessoas, as casas e exatamente o que eu estava pesquisando ali. Eu também fiquei assustada com essa parte do Bairro, uma vez que ela parecia quase deserta e a proporção das avenidas me pareceu muito maior do que o que eu tinha imaginado quando usava a planta do Bairro como referência.

Depois de dirigirmos pela Avenida Alaska, voltamos pela Avenida Montreal, paralela à primeira e ainda maior, dessa vez em direção à rodovia. Eu já havia conferido no mapa retirado do *Google* que a Avenida Montreal é, de fato, a maior rua do Bairro, tanto em extensão, como em largura, e que ela também forma um eixo bem no meio do Jardim Canadá. Como a Avenida Montreal estava igualmente vazia, assim como a praça que a intercepta (Praça Quatro Elementos), pude perceber o incômodo do meu pai quando eu saía do carro para tirar fotos. Todas as vezes que eu descii, rapidamente ele me pedia para entrar de novo no carro, especialmente nas poucas vezes em que passava algum outro veículo na rua. Por fim, ele me confessou que achava que eu estava “chamando atenção demais” e “que nesse Bairro não tem quase ninguém”, completando: “aqui pra dentro é diferente de lá fora”.

Meu pai havia gostado bastante do restaurante e do Supermercado; se sentiu muito confortável naqueles lugares que ele nomeou como “parte de fora”, mas nessa região mais interna do Bairro a reação dele foi outra. Eu também me senti um pouco desconfortável fora

do carro nas ruas vazias do Jardim Canadá 2, sem o que Jacobs (1961, p. 35) chama de “olhos sobre a rua”. Na obra *Morte e vida das grandes cidades*, Jane Jacobs faz um questionamento a respeito da prática do planejamento urbano e da vida cotidiana das cidades. Para tanto, ela acumula informações no espaço vivido (LEFEBVRE,1991), de maneira a imaginar como o “funcionamento” das cidades pode melhorar, inclusive por meio do próprio planejamento. Uma das principais questões que reverberam no trabalho da autora é sobre a segurança dos sujeitos no espaço urbano.

Quando Jacobs (1961) discorre sobre segurança, ela pontua com bastante ênfase a importância das calçadas, pois é nelas em que, primordialmente, acontece a circulação dos pedestres. Tanto esses transeuntes como os sujeitos que povoam as construções com alcance visual para a rua dotam as avenidas de “olhos”. Essa multiplicidade de olhares cria uma “rede intrincada, quase inconsciente, de controles e padrões de comportamento espontâneos presentes em meio ao próprio povo e por ele aplicados” (JACOBS, 2000, p. 32). O sentimento de segurança, então, acontece alavancado pela presença das e para as pessoas que circulam por e vivenciam esses espaços.

As avenidas vazias, sem pessoas nas calçadas (ou nas casas), como a maioria das que nós percorremos nessa parte do Bairro, não contam com quase nenhuma vigilância feita por essa rede silenciosa e inconsciente de pessoas. Logo, me passavam uma sensação de insegurança, ainda que fosse à tarde, estivesse claro e eu não estivesse sozinha. Esse sentimento me acompanhou durante muito tempo nas minhas incursões a campo pelo Jardim Canadá 2, lugar em que eu, desde essa primeira visita, evito circular sozinha, especialmente quando estou caminhando a pé e à noite.

Depois de algumas fotos feitas de pontos dessas avenidas e da Praça, pedi para meu pai me levar à outra extremidade do Jardim Canadá. Saindo dessa parte mais nova e mais vazia do Bairro, que os moradores classificam como Jardim Canadá 2, na outra ponta ficava a parte que eu sabia ser mais adensada e antiga, conhecida como Jardim Canadá 1 (ver discussão na quarta seção). Assim, quando começamos a adentrar essa parte mais antiga, pela Avenida Quebec, ao ver as ocupações bastante simples, com baixo padrão construtivo e com casas cujos materiais externos iam da alvenaria sem revestimento ao papelão, meu pai me pediu

explicitamente para que eu não descesse do carro para fotografar; eu também não me senti à vontade para tanto.

Nas regiões mais distantes da BR-040, próximas aos limites do Bairro, que se conecta com a entrada do Condomínio Retiro das Pedras e do Parque Estadual da Serra do Rola-Moça,⁹ a maior parte das ocupações são de baixíssimo padrão arquitetônico, o que resulta em uma estética bastante recorrente em vilas e favelas do Brasil. Assim, nessa parte do Jardim Canadá 1, a minha inibição para descer do carro e tirar fotos fora causada por uma clara diferença de classe social entre nós e a maioria das pessoas que circulavam ali. Ante a possibilidade de descer do veículo para fotografar, eu me senti prestes a invadir um lugar e cotidianos que obviamente não eram os meus e que não se assemelhavam em nada com o lugar de onde eu vim. Tanto eu como meu pai, ambos de classe média, somos facilmente identificados assim tanto pela cor da pele, como por nossas roupas e carro. Portanto, tirei poucas fotos, bastante constrangida e do jeito que consegui, de dentro do carro mesmo.

O Jardim Canadá 1, além de infinitamente mais vivo e adensado, cheio de pessoas transitando pelas ruas, sentadas nos bares e nas lojas, me pareceu bem mais plural do que o trecho conectado com a BR e as fantasmagóricas avenidas do Jardim Canadá 2. Entretanto, parte do incômodo que senti ao percorrer esse trecho do Bairro não aconteceu pela insegurança que acompanha lugares vazios; a inibição que me impediu de descer do carro e observar o Bairro (inclusive registrá-lo em fotografia) tinha razões diferentes.

Saindo do limite do Bairro, já nos trechos do Jardim Canadá 1 que estavam mais próximos à BR-040, havia uma nítida melhora do padrão das construções e, diferente de grande parte do Jardim Canadá 2 que percorremos naquele dia, não havia nenhuma sensação de insegurança causada pela fantasmagoria do lugar. Eu também não senti uma grande distância de classe social entre nós e as pessoas que estavam nessa parte do Jardim Canadá 1. Entretanto, tive a forte impressão de que as pessoas se conheciam, inclusive porque gritavam umas com as outras, cumprimentavam quem passava de carro, inclusive os motoristas de ônibus e vans, entre outras ações que demonstravam intimidade. Eu não desci do carro para tirar fotos porque me senti uma estranha no “pedaço” (MAGNANI, 1984).

⁹ “O Parque Estadual da Serra do Rola-Moça é uma das mais importantes áreas verdes do Estado. Situado na região metropolitana de Belo Horizonte, é o terceiro maior parque em área urbana do país e abriga alguns dos mananciais que abastecem a capital.” Disponível em: <http://www.ief.mg.gov.br/component/content/198?task=view>. Acesso em: 27 de agosto de 2015.

O termo “pedaço” é usado por Magnani (1984) para definir uma rede de relações específicas de vizinhança e parentesco, mais relacionadas com algum território. Está em conformidade com alguns pontos da definição de localidade de Appadurai (2004), que reconhece que “localidades são mundos da vida constituídos por associações relativamente estáveis, histórias relativamente conhecidas e compartilhadas e espaços e lugares reconhecíveis e coletivamente ocupados” (p. 34). Ainda que essas definições se tangenciem em alguns pontos, a noção de localidade é menos espacial e mais relacional do que a de “pedaço”, cujo significado situa e diferencia os sujeitos como pertencentes ou não a ele e implica uma certa hostilidade e estranhamento em relação aos que não pertencem. Tais definições tangenciam também a representação de Escobar (2005) sobre lugar, que propõe as noções de pertencimento e de enraizamento.

Essa sensação foi revertida em outras visitas, mas naquele dia eu me senti como se estivesse invadindo esse “pedaço”, o que me inibiu de descer do carro, de permanecer um pouco nessa parte do Jardim Canadá e também de fotografar. Assim, tirei fotos do Jardim Canadá 1 de dentro do carro mesmo, o que fez com que eu me sentisse muito mal. Fomos embora do Bairro logo depois de passarmos por esse trecho; entramos em um túnel e fizemos o retorno pela BR-040, voltando para Belo Horizonte. Mesmo não tendo interagido com muita gente, eu havia ao menos descido do carro no início da minha incursão. Mas no final do nosso trajeto, no Jardim Canadá 1, eu me imaginei em uma espécie de safari, observando de longe e sem descer, confinada numa redoma de metal; sai do bairro com a maioria das fotos desconexas e com marcas de dedo nas laterais.

Eu tive sensações de estranhamento em praticamente todo o Bairro e já havia imaginado que isso ocorreria nas minhas incursões a campo. Desejei que esse estranhamento existisse, assim como previ que essa sensação poderia acontecer com motivos, momentos e intensidades diferentes. Aciono, aqui, a obra de José Guilherme Magnani (2009), na qual ele analisa diversos posicionamentos de diferentes antropólogos a respeito do trabalho de campo, afirmando que eles têm em comum

[...] uma atitude de estranhamento e/ou exterioridade por parte do pesquisador em relação ao objeto, a qual provém da presença de sua cultura de origem e dos esquemas conceituais de que está armado e que não são descartados pelo fato de estar em contato com outra cultura e outras explicações, as chamadas “teorias nativas” (MAGNANI, 2009).

Embora meus *nativos* estivessem morando em uma cidade vizinha a Belo Horizonte e fossem parte de uma população urbana como eu, eu ainda estava entrando em contato com realidades que, à primeira vista, me pareceram bastante diferentes da minha. Antes de me mudar para a zona sul de Belo Horizonte, o que aconteceu há quase dez anos, eu morava na área central de uma cidade no interior de Minas Gerais (Divinópolis, na região centro oeste). Em todos os endereços em que morei, a vizinhança era adensada, consolidada e as ruas estavam sempre cheias. Portanto, a parte vazia do Jardim Canadá (o Jardim Canadá 2) não me era nada familiar e não consegui acessar lugares como esse em minha memória. As longas avenidas com vista desobstruída para o Parque Estadual da Serra do Rola-Moça também me eram estranhas, assim como me pareceram ermas e inseguras; eu não me senti segura com a falta de pessoas na rua e com a sensação de estar em uma cidade “fantasma”.

Já mencionei que, na primeira parada daquele dia, eu estranhei um pouco o altíssimo padrão de alguns dos carros que estavam no estacionamento do supermercado, mas me senti bem confortável, tanto lá como no restaurante. Essa parte, próxima à BR, me parecia um pouco mais familiar do que o resto e mais próxima de alguns lugares que eu eventualmente frequentei em Belo Horizonte.

Enquanto na parte mais antiga do Jardim Canadá e último lugar em que fomos, apesar de parecer, à primeira vista, mais interessante e efervescente, eu também me senti muito inibida, nesse momento inicial, para descer do carro e tirar fotos, essa não me pareceu uma boa ação nem nas partes mais próximas à BR, nem nas mais distantes da rodovia. Tive o sentimento de que estaria tanto invadindo o cotidiano das pessoas que estavam por lá, como me senti igualmente exposta.

A Figura 1 é um croqui aproximado desse trajeto pelo Bairro no dia 28 de Fevereiro de 2015. As principais avenidas pelas quais circulamos estão destacadas pela cor amarela e são também as que me causaram maior impacto naquele dia. Marquei nessa figura a localização do Supermercado e do Posto, além de traçar, de forma muito elementar, um esboço de um limite do que eu compreendia, naquele momento, como Jardim Canadá 1 e 2. Esse limite ainda não era exatamente claro para mim, assim como não consta em nenhum documento oficial.

Figura 1 – Croqui simplificado do meu trajeto pelo Jardim Canadá no dia 28/02/2015



Fonte: Acervo pessoal.

A discussão sobre as regiões Jardim Canadá 1 e 2 será retomada na quarta seção, na qual apresento como elas, reconhecidamente diferentes, mas assumidas coletivamente como pertencentes ao mesmo bairro, figuram no imaginário daqueles que vivenciam o Bairro. Como ferramenta para tanto, utilizo, nessa última seção antes das considerações finais, a percepção retirada dos mapas mentais que recolhi. Discuto também a fluidez dos limites entre elas e apresento um breve contraponto com esse croqui da Figura 1.

Essa alternância e variedade de sensações vivenciadas naquele dia gerou diversas versões do mesmo bairro na minha percepção. Durante esse trajeto, me senti em três bairros diferentes, sendo que, provavelmente, haveria um quarto bairro, ou seja, a parte que fica do outro lado da BR-040, à qual eu não havia ido. Além do mais, o limite que eu assimilei entre essas regiões era bastante difuso e nem um pouco rígido. Como exemplo, cito o fato de eu ter percebido a região situada à margem da rodovia como não pertencente nem ao Jardim Canadá 1, nem ao 2.¹⁰

¹⁰ Embora atualmente, apesar das diferenças de uso, padrão construtivo e ocupação, eu entenda esse trecho inicial da Avenida Toronto como pertencente ao Jardim Canadá 2.

A região dos estabelecimentos concentrados no trecho inicial da Avenida Toronto, às margens da Rodovia, me lembrava alguns lugares dominados por camadas sociais mais abastadas que eu costumava frequentar, a maioria na zona sul da capital. A parte mais nova do Bairro, o Jardim Canadá 2, me pareceu árida, vazia e ligeiramente hostil para quem caminha a pé (embora tenha uma vista muito bonita para o Parque do Rola-Moça), enquanto o Jardim Canadá 1 me lembrou as regiões centrais de pequenas cidades brasileiras, recheadas dos sujeitos mais diversos e com uma grande variedade de padrões construtivos e edificações. Não há nenhuma edificação alta, mas existem algumas igrejas, casas com padrões e estilos variados, pequenas lojas, bares e muitas pessoas circulando nesses lugares. Aliás, não existem edificações com mais de três andares em nenhuma parte do Bairro.

Essa identificação do Jardim Canadá 1 com núcleos urbanos centrais de cidades pequenas não aconteceu apenas comigo, sendo motivo de discussão com um dos meus interlocutores. Manuel, um amigo que estava participando de um programa em uma ONG localizada no Jardim Canadá 2, sempre se referia ao Bairro Jardim Canadá como cidade. Eu achava graça e o corrigia, falando que lá era um bairro e Nova Lima era a cidade, mas ele chamava a parte mais antiga do Bairro – Jardim Canadá 1 – de “centro”.

Assim, depois dessa primeira incursão, apesar de ter um pouco mais de boa vontade e empolgação devido à pesquisa, ainda compartilhei e assimilei muitas das sensações do meu pai. Depois desse dia, decidi que eu deveria voltar ao Bairro sozinha, de ônibus e em um dia de semana. Em março do mesmo ano, voltei ao Jardim Canadá algumas vezes, desse outro jeito: sozinha e de ônibus. Trabalhava de manhã e, quando podia, ia ao Bairro à tarde, mas ainda me sentia absolutamente desconfortável em quase todos os lugares. Detestava andar pelas ruas vazias do Jardim Canadá 2 e não tinha coragem de abordar ninguém no Jardim Canadá 1. Entretanto, me sentia menos perdida quando me encontrava nas proximidades do Verdemar e do Chefão. Almocei no restaurante do Posto várias vezes e aproveitava minhas visitas ao Bairro para comprar chás, temperos e produtos sem lactose, toda vez em que ia ao supermercado. Em frente ao Verdemar, havia um ponto do ônibus inter-metropolitano que eu pegava para voltar para Belo Horizonte; foi nesse quadrante extremamente reduzido que eu consegui me sentir mais à vontade para conversar com algumas pessoas que circulavam no Bairro, assim como para frequentar os estabelecimentos.

O que me amparou nesse lugar, mais perto da BR, onde tanto eu como meu pai havíamos nos sentido mais integrados e à vontade, foi a repetição dos padrões a que eu estava acostumada tanto na arquitetura como nas pessoas que frequentavam esses espaços. O Supermercado, integrante de uma franquia, era exatamente igual aos seus pares localizados em Belo Horizonte e o público também parecia ter o mesmo poder aquisitivo. Obviamente, o Posto de gasolina se parece com qualquer outro posto brasileiro: um descampado coberto por uma cobertura metálica, com bombas de gasolina ordenadamente dispostas; o complexo em volta dele reúne um pequeno comércio e um restaurante, nada diferente dos postos de beira de estrada. Há também mais estabelecimentos interconectados: um pequeno *shopping center* e agências bancárias. Tudo que está concentrado nesse espaço se repete aos montes em outros bairros e outras cidades.

Paralelamente às minhas incursões a campo, eu ainda cultivava a esperança de fazer minha pesquisa tanto no Jardim Canadá como no Condomínio Alphaville Lagoa dos Ingleses, o que por algum tempo dividiu bastante meu foco de interesse. Os condomínios fechados, tão comuns em Nova Lima, a maioria vizinhos do Bairro (caso do próprio Alphaville e do Retiro das Pedras), são fenômenos extremos dessa forma de urbanização cuja maior marca é a segregação. Esse tipo de urbanização que, a despeito das questionáveis boas intenções presentes no planejamento, emerge da total desvalorização dos espaços públicos, locais propícios para que ocorram encontros das diferenças (CALDEIRA, 2000).

Caldeira (2000) apresenta a questão da segurança como um dos principais elementos utilizados pela publicidade e responsável pela existência dos condomínios fechados, especialmente a partir das décadas de 1980/1990, “se tornando uma das principais obsessões de todos os envolvidos com o empreendimento” (p. 263). Essa obsessão por segurança, ao invés da valorização de espaços públicos, com sua rede invisível de pessoas (JACOBS, 1961), gerou os “enclaves fortificados”, tais como os condomínios fechados. Assim, os lugares nos quais poderiam acontecer encontros, especialmente com sujeitos diferentes, são subjugados, num processo veloz de desvalorização dos espaços públicos comumente encontrados nas cidades brasileiras.

No Jardim Canadá, um loteamento aberto (diferente dos seus vizinhos), ocorre também uma desvalorização dos espaços públicos, especialmente na parte mais nova do Bairro. Meu

desconforto se exacerbava exatamente nesses lugares, especialmente em algumas ruas e na Praça. Quando passei a frequentar mais o Jardim Canadá, essa sensação em relação aos espaços públicos do Bairro diminuiu um pouco, mas jamais consegui superá-la totalmente.

O projeto do Bairro (com execução bastante fiel) foi elaborado em concordância com o estilo modernista, com amplas (e exageradas) avenidas que privilegiam a circulação de carros, o que, por consequência, subjugou, em grande parte do seu território, as calçadas. Tal estilo de planejamento, quando foi transferido para o espaço vivido (LEFEBVRE, 1991), resultou na existência de calçadas disformes, pequenas, vazias e sem pavimentação, como a maioria das que encontrei no Jardim Canadá 2 que, não por ironia, foi o lugar onde nunca experimentei sensação de segurança nas ruas.

Dessa forma, mesmo receosa de circular pelos espaços públicos do Jardim Canadá 2 e sem conseguir fazer maiores interações com ninguém do Jardim Canadá 1, continuei meu trabalho. Passou o mês de março e eu ainda não me sentia integrada ao bairro e muito menos tinha a sensação de que estava fazendo algum avanço na minha pesquisa; frequentemente me sentia muito deslocada dentro do Jardim Canadá. Mas foi no final desse mês, quando eu quebrei o pé esquerdo, que a situação se agravou: andar pelas avenidas longas, vazias e cheias de poeira da parte mais nova do Bairro se tornou um tormento. A bota preta que eu usava no pé sempre ficava imunda depois dessas caminhadas e, também, eu estava bastante insegura para circular sozinha, com um pé quebrado, especialmente no Jardim Canadá 2.

Sem poder andar direito e me sentindo absolutamente frustrada, resolvi que só voltaria ao Bairro de ônibus quando meu pé melhorasse, o que demorou aproximadamente um mês. Nesse meio tempo tive que me contentar novamente com a boa vontade do meu pai e de alguns amigos, que me levavam algumas vezes ao Bairro de carro. Novamente revi aquela impressão de estar em um safari urbano, dessa vez sem as fotos desastrosas e agora agindo como uma espécie de “guia”. Eu ficava extremamente incomodada quando estava no Bairro e, apesar de gostar bastante do Supermercado e do restaurante do Posto Chefão, comecei a achar que minha permanência constante nesses lugares acontecia como uma válvula de escape. Eu evitava muito circular pelas ruas do Jardim Canadá, inclusive quando estava acompanhada, passando grande parte do tempo em que estava lá nesses estabelecimentos.

Foi no meio de maio que eu abandonei a ideia de fazer um trabalho de campo no condomínio Alphaville. Ainda assim, me culpava pela quase total falta de conexão com o Jardim Canadá, assim como pelo vínculo que criei, que eu julgava quase cômico, com um supermercado e um restaurante de um posto de gasolina. Nesse mesmo período dois amigos próximos passaram numa seleção para um programa de residência artística em uma ONG que funcionava no Bairro, formando um coletivo chamado *Rolezim*. O JA.CA (uma referência ao nome do Bairro) desenvolve um trabalho de produção artística atrelada ao diálogo com os moradores do Jardim Canadá, assim como com o Bairro em si. O edital pelo qual esses amigos foram selecionados exigia o compromisso de que eles fizessem um trabalho que abarcasse o Bairro e utilizassem uma *Kombi*. A Figura 2 mostra a convocatória desse edital:

Figura 2 - Convocatória do edital para o projeto “Dispositivo móvel para ações compartilhadas”



Fonte: <https://www.facebook.com/JA.CAcentrodearte/photos>

Porém, após serem aprovados nesse programa, devido a motivos que eu desconheço, o uso obrigatório da *Kombi* foi abandonado. Dessa forma, o compromisso deles passou a ser o de gerar qualquer espécie de produção artística, mas necessariamente relacionada ao Bairro. O programa também garantia a estadia, no próprio Centro, na sede do JA.CA, para eles e mais dois outros participantes, do fim de junho até o fim de agosto de 2015. Os dois eram os únicos participantes que moravam em Belo Horizonte, sendo que, entre as pessoas selecionadas, uma era do estado de São Paulo e a outra da Polônia. Justamente por terem lugar próximo para ficar, eles não precisariam passar todo tempo morando no JA.CA, mas deveriam frequentar o local assiduamente nesse tempo.

A presença desses amigos no JA.CA me serviu como conexão com esse lugar que eu conhecia muito vagamente por causa de uma antiga parceria com a Escola de Arquitetura da UFMG, faculdade na qual eu havia me graduado em 2011. Eu também conhecia dois arquitetos que estavam trabalhando na ONG, mas o vínculo possibilitado por esses amigos foi fundamental para mim, pois me ajudou a criar laços muito mais fortes com as pessoas do Jardim Canadá. Um desses amigos me apresentou a Joana, que trabalha na parte de comunicação do JA.CA.

No dia em que eu iria ao JA.CA para encontrar com esses amigos e também conversar com Ivete (que é faxineira na ONG e mora quase em frente à entidade), Joana sairia da zona sul de Belo Horizonte e me ofereceu carona até lá. Foi nesse momento, andando de carro com a Joana pela BR-040, que eu me senti, pela primeira vez, interagindo de fato com alguém relacionado ao bairro e fazendo algum avanço. Pela primeira vez eu estava indo para o Jardim Canadá com um objetivo específico e não para tirar fotos, observar as pessoas e tentar (sem muito sucesso) dialogar com elas. Eu iria conversar também com a Ivete, figura muito mencionada por esses amigos e pelos colegas arquitetos; com sorte, poderia até chegar a visitar a casa dela. Eu estava bastante feliz com essa possibilidade, pois Ivete era a primeira moradora do Bairro que eu havia marcado de entrevistar (e não abordado aleatoriamente na rua). Fora isso, eu iria ao JA.CA pela primeira vez, tendo a oportunidade de conhecer a sede em si e de ver o trabalho dos meus amigos, o lugar no qual eles passavam alguns dias da semana e talvez conhecer mais gente relacionada ao Bairro.

Nesse dia também, quando eu passei o trajeto inteiro conversando com a Joana, eu tive a sensação de estar fazendo Antropologia na cidade e não mais da cidade, para citar o contraponto oferecido por Magnani (2002). Nesse importante texto de Antropologia Urbana, o autor explora duas dimensões diferentes, mas não excludentes, para a reflexão sobre a prática antropológica. Uma delas é relacionada com abordagens da cidade cuja referência está “de longe e de fora”, o que favorece uma análise feita em uma dimensão macro. O contraponto é feito pela outra forma de abordagem, “de perto e de dentro”, uma proposta de cunho etnográfico, segundo a qual os sujeitos, as localidades e o micro são observados.

O contato com as pessoas do JA.CA me oferecia a oportunidade de observar o Bairro de “perto e de dentro”; antes eu sentia que, apesar de frequentar o Bairro, a minha percepção dele era, em sua maior parte, retirada de livros, apreendida mais “de longe e de fora” (MAGNANI,

2002). Além de estar mais à vontade nessa incursão ao campo, eu também poderia criar novos laços dentro do Jardim Canadá e escapar de me refugiar nos lugares onde eu encontrava os ecos dos estabelecimentos que frequento em Belo Horizonte.

2.2 O JA.CA

*Gentrification is just the fin above the water. Below is the rest of the shark.*¹¹
Rebecca Solnit

O JA.CA, hoje uma organização não governamental, foi inaugurado como um centro de arte e tecnologia, criado pela iniciativa de três fundadores: Francisca (Chica) Caporali, Pedro Mendes e Xandro Gontijo. No primeiro dia em que eu estive lá, dos três, apenas Chica estava presente; atualmente os outros fundadores já não fazem mais parte do projeto. A ideia do JA.CA aconteceu da necessidade de configuração de um espaço de convivência para artistas que, segundo Joana, tentam fugir do “esquema do mercado”, oferecendo programas de residência artística, assim como dialogando diretamente com o lugar no qual está situado.

Manuel, um dos meus amigos que estava participando do programa de residência artística naquele ano, me explicou que, diferentemente do perfil típico de galerias comerciais, que geralmente prezam por “apresentar trabalhos artísticos com foco em objetos materiais”, o JA.CA lida com a “arte como intuito de transformação social, do espaço e não venda”. Ainda segundo ele, a proposta do JA.CA instiga os artistas “a fazerem intervenções no bairro ou no entorno, geralmente intervenções que envolvem as pessoas do lugar”. Há também um espaço para outras produções, mas sempre relacionadas ao Bairro, tanto que o edital é aberto também para pessoas que não trabalhem diretamente com arte, mas cuja produção tenha essa interlocução, tais como arquitetos e *designers*.

A escolha do Jardim Canadá como locação do Centro de arte e tecnologia me foi justificada por uma “relação afetiva” com o Bairro, vinda principalmente da proximidade dele com o Condomínio Retiro das Pedras, local onde os pais de Chica possuem casa. No primeiro catálogo editado pelo JA.CA, em 2011, que contém a compilação das obras do primeiro ano do Centro de artes, o Bairro é citado logo na introdução como referência fundamental, especialmente para o trabalho artístico:

¹¹ “Gentrificação é só a barbatana sobre a água. Abaixo está o resto do tubarão.” (tradução da autora). Frase publicada no Jornal inglês The Guardian. Disponível em: <http://www.theguardian.com/cities/2014/feb/27/ruth-glass-spike-lee-gentrification-50-years>. Acesso em: 23 de abril de 2016.

O Centro tem como principal objetivo incitar e promover projetos artísticos que utilizem abordagens e tecnologias variadas para atuar especificamente frente a nossa realidade local, seja através de estímulos educacionais, provocações ou ativador de práticas colaborativas (CAPORALI, 2011, p. 7).

Joana me relatou que quando começou a frequentar o Bairro, “lá para a década de 90”, não havia muita coisa lá, fora as casas de festas e shows (hoje a *Mix Garden* é a mais famosa).¹² Entretanto, o Bairro está bem no meio do caminho entre Belo Horizonte e o Condomínio Retiro das Pedras, ou seja, para chegar ao Condomínio, saindo da capital, o Bairro era pelo menos vislumbrado. É perceptível que o Jardim Canadá participa há um bom tempo da vivência tanto da Chica como da Joana, cujos avôs também possuem casa no Retiro das Pedras.

Além de justificarem a escolha do Jardim Canadá por um vínculo antigo e de afeto com o lugar, elas me explicaram que esse também não era exatamente o único motivo que influenciou a instalação da ONG no Bairro (que na época da inauguração era um centro artístico). O Bairro possui uma quantidade bastante significativa de lugares disponíveis em função dos muitos lotes ainda vazios, assim como casas e galpões para locação, especialmente no Jardim Canadá 2 (parte do Bairro onde funcionaram todas as três sedes do JA.CA) e, por isso, representava um horizonte não explorado, um lugar de “oportunidades”.

Essa potencialidade de lugar a “ser descoberto e ocupado”, percebida pelos fundadores do JA.CA, também foi assimilada por outras pessoas. Nos últimos dez anos, vem ocorrendo um movimento para tipos de uso específicos, relacionados à criação de um “eixo cultural” nessa região específica do vetor sul. Existem no bairro duas galerias de arte, cujo funcionamento é bastante diferente do JA.CA, pois são voltadas para um mercado tradicional de arte, a Orlando Lemos Galeria (no bairro desde 2014) e a Galeria Lemos de Sá (que migrou da Savassi, zona sul da capital, para o Bairro em 2008). No Bairro se localiza também a Quik Companhia de Dança, inaugurada em 2002 pelo dançarino Rodrigo Quik, que morava no Retiro das Pedras.

¹² A casa de shows Mix Garden fica bem na entrada do Bairro (para quem chega de Belo Horizonte). Mas usando o complexo de estabelecimentos que eu descrevi anteriormente como referência, o Mix Garden está do outro lado da rodovia. Segundo o site da casa, o “espaço consegue abrigar confortavelmente uma margem ampla de 100 e 3.000 pessoas sem perder a classe”. É um lugar destinado para um público de alto poder aquisitivo, especialmente da capital, onde ocorrem shows, casamentos e formaturas. Foi inaugurado em 2003. Disponível em: <http://mixgarden.com.br/>. Acesso em: 22 de abril de 2016.

Rodrigo Quik, em uma matéria de 2012 para a revista *Veja* de Belo Horizonte, deu um depoimento que, em parte, vai ao encontro de todos os outros, tanto o dos fundadores do JA.CA como o dos galeristas que estão no Bairro: "Aqui era um local virgem, não tinha nada, só terra e armazéns vazios". Ou seja, o interesse no Jardim Canadá extrapola a questão de laços afetivos com o Bairro, também acontece graças à potencialidade do lugar. Ainda na mesma reportagem, pode-se verificar o seguinte trecho:

Para José Alexandre Leão, presidente da Associação da Indústria e Comércio do Jardim Canadá, o movimento de transformação da região em um polo cultural é irreversível. "BH está saturada e não comporta novas iniciativas." Suas expectativas são otimistas. "Em cinco anos, isso aqui vai ser um *SoHo* mineiro, mas com personalidade própria", diz Rodrigo Quik, fazendo referência ao bairro de Manhattan famoso pela efervescência cultural (REVISTA VEJA, 2015).

Imagino que os fundadores do JA.CA não estavam exatamente interessados em participar da formação desse "*SoHo* mineiro", mas não há como ignorar que eles reconheciam que o Bairro oferecia um grande potencial a ser explorado, o que fica claro tanto no discurso da Chica quanto no da Joana. Mesmo a proposta do JA.CA sendo radicalmente diferente das propostas de uma galeria comercial e não se alinhar de forma alguma com esse intuito de criar um "circuito cultural", especialmente quando ele funciona para alavancar o valor do solo urbano desse Bairro, o Centro (hoje, ONG) foi englobado por esse "eixo cultural", sendo inclusive citado na mesma matéria.

A comparação com o bairro *SoHo*, localizado na cidade de Nova York, também é muito curiosa e não acontece por acaso. O *SoHo* é um dos maiores exemplos atuais de revitalização urbana teoricamente bem sucedidas em lugares anteriormente degradados. Entretanto, a despeito das supostas boas intenções das reformas e das melhorias no lugar, esse processo provocou a expulsão sumária de um grupo populacional de baixa renda que residia no local antes dessas intervenções. Essa expulsão não ocorreu de maneira direta, mas em decorrência da valorização econômica do lugar, o que alavancou o custo de vida no local, superando a capacidade pecuniária de grupos sociais menos favorecidos, que assim foram forçados a migrar em direção a lugares mais baratos. Guardadas as devidas proporções, o que aconteceu em *SoHo* parece já estar começando a acontecer no Jardim Canadá.

Carlos Vainer (2000) nos ajuda a pensar a situação acima quando discorre a respeito de um novo modelo de planejamento urbano em contraponto ao até então dominante estilo de urbanismo moderno (tal assunto será aprofundado adiante). Segundo o autor, “entre os modelos de planejamento urbano que concorrem para ocupar o trono deixado vazio pela derrocada do tradicional padrão tecnocrático-centralizado-autoritário está o do chamado *planejamento estratégico*” (VAINER, 2000, p. 75). Esse modelo de gestão urbana, o planejamento estratégico, tem sua força concentrada não nos padrões adotados nos projetos urbanos (como acontece no urbanismo modernista), mas especialmente na maneira de gerir as cidades, que passam a ser tratadas pela administração pública, em consenso com os empreendedores privados, como uma espécie de empresa. Nessas novas cidades-empresas o que está à venda é mais do que o solo urbano em si, pois abrange também toda uma ideia de cidade.

Assim, tanto em relação ao Jardim Canadá - o futuro “*SoHo* mineiro” - como a outras cidades e bairros do mundo, uma das estratégias para tornar esses locais atrativos, desejáveis e, logo, vendáveis é uma utilização da “cultura que não é o *outro* ou mesmo a contrapartida, o instrumento neutro de práticas mercadológicas, mas é parte decisiva do mundo dos negócios e o é como grande negócio” (VAINER, 2000, p. 50). A criação de um “eixo cultural” no Bairro acontece para integrar e iniciar a grande empreitada, tanto pública como privada, de valorização econômica dos imóveis. De bairro ocupado por invasões, relegado ao descaso histórico pelo Estado e pelo capital, o Jardim Canadá, que agora tem um “eixo cultural” em formação, chega a ser comparado com *SoHo*.

O que acontece hoje no Bairro pode ser, dentro de uma concepção menos restritiva do conceito, entendido como início de um processo de gentrificação. Esse termo foi cunhado pela socióloga inglesa Ruth Glass em 1964, ao observar uma progressiva valorização do centro de Londres, a qual resultou na expulsão da população de baixa renda para outras regiões, sendo substituída por um grupo de média renda (GLASS, 1964). O termo vem da ação de *gentrify*, sendo flexionado para *gentrification*. Gentrificação tem origem na palavra *Gentry*, nomenclatura dada para a antiga nobreza rural inglesa que, durante o período reconhecido como cerceamentos, expulsou populações pobres dos campos para que nesses lugares fossem criadas ovelhas (FREITAS, 2006).

Embora existam muitas definições desse termo, trabalho com uma versão mais expandida. Segundo Freitas (2006), a delimitação comumente aplicada desse processo envolve

[...] o resultado do processo de diferenciação produzido pelo capital. É a reconquista do centro pelo capital em parceria com o Estado, atraindo as classes médias que desempenham um papel muito importante na composição desse espaço. A renovação que produz a gentrificação acontece no lugar de outras formas de renovação: aquelas que mantêm a diversidade social, aquelas que ganham o espaço do centro para a cidade, atendendo a todos os seus habitantes, e que pretendem resolver alguns problemas cruciais como o da habitação (FREITAS, 2006, p. 83).

Em disparidade com essa definição, há o fato de que o Jardim Canadá, em seu histórico de ocupação, nunca pertenceu “às camadas médias”, nem foi considerado como um lugar “central” (pensando em centro não como localização geográfica, mas em oposição aos lugares marcados pela precarização de recursos e ausência de estrutura). Situação bem diferente de seus vizinhos (os condomínios fechados) que, nessa dinâmica de ocupação, reverteram o debate e o significado de *periferia*, transformando as antigas regiões periféricas agrupadas em Nova Lima em “novas periferias ricas” (MONTE-MÓR; BHERING, 2006). O Bairro manteve uma ocupação, em um lugar até então considerado periférico¹³, congruente com o que se espera de uma periferia. Se os condomínios de Nova Lima realizavam uma ressignificação pelo fato de morar na periferia dos centros urbanos, o Jardim Canadá, até aproximadamente uns quinze anos atrás, não. Eunice Durham (1996) apresenta uma definição “clássica” para o termo *periferia*, que se aplica perfeitamente à realidade do Bairro Jardim Canadá, em seus primeiros tempos:

A população pobre está em toda a parte nas grandes cidades. [...] Mas há um lugar onde se concentra, um espaço que lhe é próprio e onde se constitui a expressão mais clara de seu modo de vida. É a chamada periferia. A "periferia" é formada pelos bairros mais distantes, mais pobres, menos servidos por transporte e serviços públicos (DURHAM, 1996, p. 3).

Assim, até alguns anos atrás, o Jardim Canadá, lugar que hoje abriga um “eixo cultural”, era praticamente invisível aos olhos do Estado e dotado das piores condições urbanas possíveis. Não possuía serviços de coleta de esgoto, distribuição de água, transporte público, entre outros, melhorias que foram conquistadas muito recentemente e com muito custo da população que morava no Bairro.

¹³ No contexto metropolitano de Belo Horizonte, as cidades adjacentes, por mais prósperas que sejam, foram englobadas como periferias.

Logo, eu me aproprio de uma definição menos restritiva de gentrificação, essa que engloba o caso do Bairro que nunca foi considerado um antigo local “central” que se degradou, que nunca passou por um processo de revitalização e nem pela expulsão das camadas menos abastadas do seu território, “reconquistado” pelas camadas médias. Essa definição de gentrificação envolve uma sequência restrita, composta pela: consolidação do espaço-desvalorização-nova valorização. Essa definição é alinhada com casos estudados em outros países, como Inglaterra e Estados Unidos, casos dos quais originaram o termo. A mesma definição também faz bastante sentido em relação a casos de centros históricos de algumas cidades brasileiras, como Tiradentes (MG) e Salvador (BA).

Mas o Bairro Jardim Canadá nunca foi valorizado, nem consolidado, para depois se degradar e se valorizar outra vez, o que, em uma definição restritiva, não se configura como gentrificação. Entretanto, acho justo considerar que o Bairro, especialmente sua parte mais nova, está adentrando em um processo de gentrificação, uma vez que, a despeito do início da urbanização ser diferente dos casos “clássicos”, os resultados são bastante parecidos. Ao analisar um bairro de Porto Alegre (RS), Furtado (2003) afirma que precisamos

[...] abandonar a ideia de gentrificação como um processo de simples troca de moradias de população de baixa renda e outras edificações (como, por exemplo, depósitos) por moradias para população de renda média e alta no centro das cidades. Nossa proposição é a de que o conceito de gentrificação necessita ser relacionado a processos mais amplos de (re)estruturação urbana (FURTADO, 2003, p. 361).

Assim, por esse olhar, entendo que em parte o Jardim Canadá passa por um processo que implica na chegada de novos grupos sociais, além de já não ser mais o bairro sem qualquer infraestrutura de antes. Apesar de o Jardim Canadá não ser um lugar consolidado e ser relativamente pouco adensado, é possível ver indícios muito fortes (apesar de iniciais) de que a sua população de baixa renda vem, aos poucos, sendo expulsa dele, o que fica bem claro pelo excesso das placas de aluga-se/vende-se. Em outros locais, tal expulsão foi precedida por indícios característicos do processo de gentrificação dos lugares, como a formação de um “eixo cultural”, como bem definiu Vainer (2000).

Exponho a seguir o caso do JA.CA nessa dinâmica: ao mesmo tempo em que a ONG compõe esse “eixo cultural” que fomenta esse tipo de processo, ela própria foi, paradoxalmente,

afetada por ele. Por fim, apresento a narrativa da Ivete também como caso ilustrativo dessa substituição das camadas menos abastadas por uma população de média renda.

2.2.1 Joana e a trajetória do JA.CA

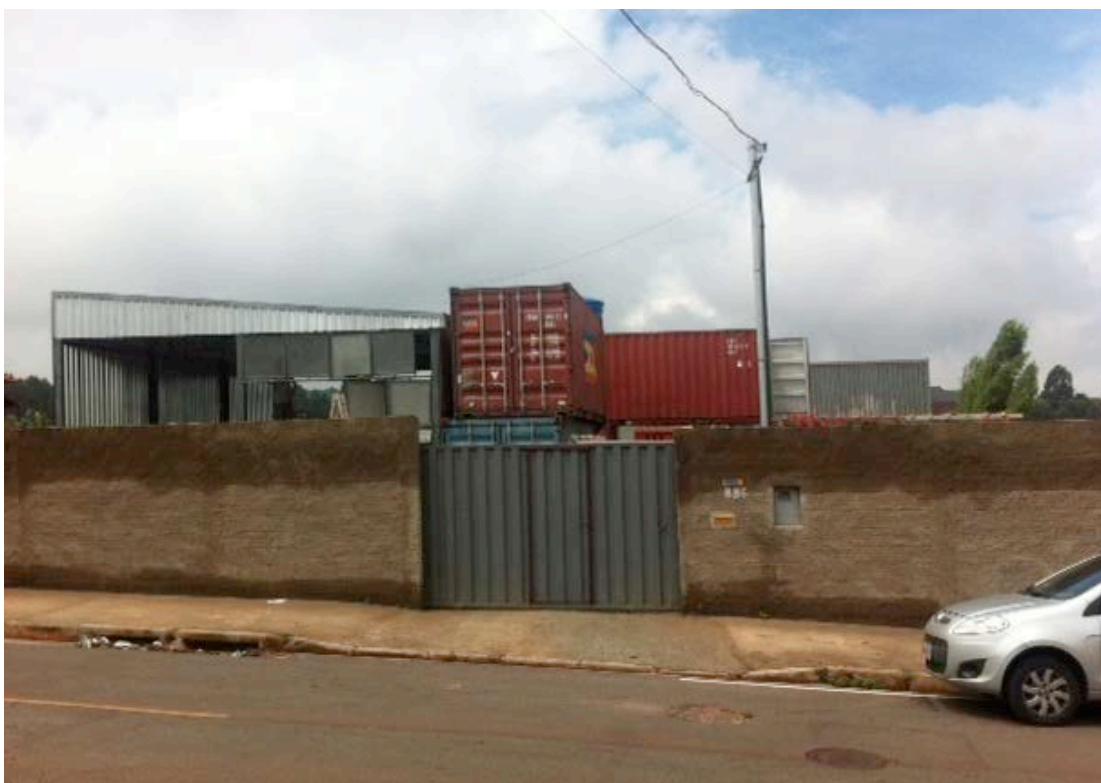
Embora Joana não tenha participado da fundação do JA.CA, sua presença como funcionária é fundamental para a história da instituição e foi ela quem me contou muito da trajetória da ONG. Joana e Chica foram colegas de faculdade (graduaram-se juntas em Comunicação Social, pela UFMG, em 2002) e são amigas muito próximas. Na época em que Chica começou a formular o projeto do JA.CA, Joana participou mais como amiga e como colaboradora da parte de produção cultural, articulando formas de conseguir verbas por meio de leis de incentivo. Mas, independente da sua maneira de atuar, sua presença foi constante. Joana me relatou que, desde então, “muita coisa na estrutura do JA.CA mudou, exceto a relação com o Bairro”; passaram de centro artístico para organização não governamental em 2013 e fizeram três mudanças de endereço dentro do Jardim Canadá.

No dia da minha primeira visita ao JA.CA. passei horas conversando com a Joana, tanto durante o percurso de ida e volta como na própria ONG. Ela andou comigo pelo Bairro de carro e um pequeno trecho a pé, contou vários casos e me mandou alguns relatórios e trabalhos sobre o lugar. Joana também me mostrou a Praça Quatro Elementos e algumas divisões internas entre o Jardim Canadá 1 e 2, lugares que ela entendia como referência dentro do Bairro, e, finalmente, me levou até a casa da Ivete. Eu me identifiquei imediatamente com a Joana: tanto pelas opiniões políticas, pela origem social, por compartilharmos interesses em comum, além de ter gostado bastante da forma muito atenciosa com que ela se apresentou a mim. Nesse mesmo dia também pude acompanhar o trabalho dos meus amigos, conheci os outros artistas que estavam no programa e conversei com outras pessoas que trabalhavam no JA.CA.

A atual sede do JA.CA funciona em dois lotes que eram vagos e foram murados e ocupados, em parte, por *containers*. A primeira vez em que fui lá, demorei para me localizar, pois de fora o JA.CA não era exatamente o que eu esperava de um centro de arte. O muro cinza, chapiscado, esconde muito do que acontece lá dentro; o lugar me pareceu, ao olhar sem muita atenção, uma oficina mecânica. Pude perceber os *containers* empilhados e uma estrutura

metálica, mas diferentemente do que acontece por dentro do muro, por fora o Centro tem uma aparência bastante árida.

Imagem 1- Atual localização do JA.CA



Fonte: Acervo pessoal. Foto realizada em 17 de novembro de 2015

Entretanto, ao entrar, logo percebi que a maior parte do espaço de dentro do muro é aberta, abrigando plantas, uma horta, além de uma área nos fundos para o desenvolvimento de trabalhos e experimentações artísticas. A estrutura administrativa e os espaços para hospedagem dos artistas (quartos compartilhados) localizam-se dentro de *containers* separados. Eu nunca havia entrado em uma “edificação” de *containers*, mas apesar da aparência industrial para quem observa de fora, por dentro eles foram apropriados de maneira que me pareceu bastante convencional. Eles foram mobiliados com móveis de madeira e algumas estantes de MDF, por exemplo; alguns receberam revestimento nas paredes, o que minimizou o ar industrial e me lembrou edificações comuns de alvenaria, de forma que, ao entrar dentro de um desses, eu automaticamente me esquecia que estava num *container*.

Imagem 2 - Evento realizado em 2014, no atual espaço do JA.CA



Fonte: www.jaca.center/galeria-conversa-aberta-wisnik. Acesso em: 22 de outubro de 2015.

Dos cinco *containers* que formam a estrutura física do JA.CA, um abriga uma espécie de minicozinha e um banheiro e fica próximo à entrada dos lotes. Ao lado dele está um outro que funciona como um pequeno escritório, com computadores e uma biblioteca, onde trabalham Joana e Chica. Sobre o *container* da cozinha, fica um outro, que constitui um espaço de trabalho que eu entendi como mais informal; imaginei ser nesse lugar que Márcio (que eu já conhecia por ele também ser arquiteto) passa a maior parte do tempo quando está no JA.CA.

Há uma área com mesas e cadeiras (que pode ser vista na Imagem 2) entre o conjunto desses *containers* cozinha/escritórios separando mais outros dois *containers* sobrepostos, que são usados como quartos para os artistas residentes. Esse espaço é ocupado para reuniões informais; na minha primeira visita, passei algumas horas nele conversando com as pessoas que estavam no JA.CA aquele dia (meus amigos, Chica, Joana e Dani. Nem o Márcio nem a Ivete estavam nesse dia) e tomando chá. Apesar da minha impressão do lado de fora, os ambientes do JA.CA me pareceram bastante aconchegantes por dentro.

O fato de a estrutura do JA.CA hoje estar montada em um conjunto de *containers*, a despeito desse tipo de ocupação não ser muito ortodoxa e raramente encontrada nas cidades brasileiras, faz muito sentido no contexto do Jardim Canadá. No Bairro, existem alguns depósitos de *containers*; dos dois maiores, um está localizado próximo à entrada do Parque Rola-Moça e o outro, do lado oposto da BR-040, considerando o complexo formado em torno do Posto Chefão. Ressalto também que os *containers* são de propriedade do JA.CA, apenas o lote é

alugado, prática muito comum no Bairro, especialmente no Jardim Canadá 2, onde a ONG está localizada.

Em outras visitas ao JA.CA, Joana novamente foi muito atenciosa e minuciosa ao me passar informações, me levando para conhecer alguns outros lugares (como restaurantes frequentados por ela no Bairro), assim como disponibilizando mais material para pesquisa. O JA.CA havia se tornado um novo ponto de apoio para mim dentro do Jardim Canadá; eu me identificava com as pessoas (especialmente a Joana e o Márcio), como também com o tipo de atividade que acontecia lá. Eu me sentia bastante confortável lá e essa sensação, assim como a criação de um outro ponto de referência, me fez ter um pouco mais de familiaridade com o Bairro, especialmente com a Avenida Victória, rua na qual fica a ONG.

A figura da Joana também ajudou muito. Ela sempre esteve muito disposta a me dar informações, tanto sobre o Bairro como sobre o JA.CA. Ela me explicou detalhadamente todas as fases pelas quais o Centro passou e os lugares nos quais foi localizado, ressaltando que as mudanças de endereço são bastante coerentes e explicativas da história recente do próprio Jardim Canadá: “o jeito que ocupa o Bairro é consequência de como o Bairro se organiza”.

O subtexto dessa fala da Joana revela que as mudanças de sede do JA.CA são sintomáticas, resultado de um processo de crescente valorização do preço dos aluguéis no Bairro. Paradoxalmente, se a criação de um “eixo cultural” é o que fomenta esse processo de valorização dos lugares e, conseqüentemente, a expulsão dos primeiros grupos que o ocuparam, uma vez que sua capacidade pecuniária não acompanha essa valorização, o JA.CA, apesar de estar inserido nesse eixo, também foi afetado por esse processo. Segundo Vainer (2000),

[...] aí o embrião de uma mudança emblemática: à medida que a cultura passava a ser o principal negócio das cidades em vias de gentrificação, ficava cada vez mais evidente para os agentes envolvidos na operação que era ela, a cultura, um dos mais poderosos meios de controle urbano no atual momento de reestruturação da dominação mundial (VAINER, 2000, p. 33).

Se a “cultura”, segundo Vainer (2000), é “o principal negócio das cidades em via de gentrificação”, é no mínimo irônico que um Centro Cultural (hoje, ONG), ainda que não

intencionalmente, sofra com os efeitos desse processo e o integre por duas vias. Se a instalação do JA.CA no Jardim Canadá contribui para a criação de uma nova imagem do Bairro como lugar efervescente, para o qual a vida cultural da “já saturada Belo Horizonte” se transfere, ele próprio foi diretamente afetado (e prejudicado) por essa empreitada. Em 2010, o então Centro de Arte ocupava um galpão enorme na Avenida Canadá; em 2015, a agora ONG está localizada em uma edificação de *containers*, cujo padrão construtivo é razoavelmente inferior ao da primeira localização.

A forma de organização interna do JA.CA envolve a divisão da produção organizada por anos, sendo 2010 o Ano 1. Essa divisão, além de importante referência interna, também é o referencial para agrupar a produção artística, assim como é fundamental para explicar os momentos pelos quais passaram a ONG. No primeiro ano, segundo Joana, o JA.CA operava em um “galpão na Avenida Canadá” e tinha acabado de receber uma verba considerável do governo federal. Nesse galpão havia tanto um espaço para galeria de arte (chamada Mendes Woods) como um lugar de produção e hospedagem dos artistas. Curiosamente, a avenida na qual se localizava esse galpão ainda não era asfaltada e alguns dos trabalhos produzidos nesse primeiro ano dialogavam diretamente com essa rua, vermelha por causa da alta concentração de minério de ferro no solo.¹⁴

Na Imagem 3, pode-se observar o alto padrão construtivo desse galpão, tanto pelo pé direito (altura entre o teto e o chão) bastante alto como pelo tipo de material empregado e o tamanho da edificação. Apesar de a sede atual possuir uma conformação arquitetônica bastante harmônica e fazer um uso original dos *containers* que a compõem, o padrão arquitetônico do primeiro galpão é de fato mais alto. Entretanto, apesar de parecer ser uma boa edificação, nas vezes em passei na porta, vi que ela ainda estava disponível para locação.

¹⁴ O nome do catálogo referente ao primeiro ano, “Habitar o deserto”, fazia uma referência direta ao Bairro. O Jardim Canadá é chamado de “deserto” por ser pouco ocupado, sendo essa alta taxa de vacância mantida até os dias atuais (2015). Há também uma referência nítida ao vermelho, o adjetivo que complementa o “deserto”, que era cor da até então (2010) não asfaltada Avenida Canadá.

Imagem 3 - Evento realizado em 2010 no primeiro espaço ocupado pelo JA.CA



Fonte: www.jaca.center/galeria-conversa-aberta-wisnik. Acesso em: 22 de outubro de 2015.

A mudança desse primeiro galpão aconteceu porque esse primeiro ano “rico” foi seguido pelo que Joana chamou de anos de “caos”, causado pela falta de dinheiro, em 2011 e 2012. A falta de verba nesses anos modificou toda a dinâmica do JA.CA, sendo esse período representado pela alcunha de Ano 2 ½ (Ano dois e meio). Tal crise fez com que o JA.CA passasse de seis a sete meses “no limbo”, tempo no qual ficou sem endereço e “foi empacotado”. Segundo Joana, por causa do processo que ela chamou de “especulação imobiliária”¹⁵ no Jardim Canadá, o preço do aluguel do galpão no qual o então Centro estava instalado aumentou quatro vezes, passando de quatro para dezesseis mil reais. Esse valor de aluguel foi considerado inviável, o que forçou a mudança e o “empacotamento” temporário do JA.CA. Sobre essa época, em conformidade com as teorizações de Vainer (2000), Chica (CAPORALI, 2014) explica com enorme lucidez o processo pelo qual o JA.CA passava, assim como também era, em parte, responsável:

No ano de 2012, já mais próximos da realidade e das pessoas do Jardim Canadá, presenciamos a transformação contínua do bairro; novos complexos de lojas, construção da escola municipal e posto de saúde. Acompanhamos o asfaltamento da Avenida Canadá, onde se localiza nossa sede, e observávamos de perto o superaquecimento do mercado imobiliário. Em Novembro de 2012 deixamos o nosso galpão, impossibilitados de renegociar um novo contrato de aluguel.

¹⁵ Embora Joana chame o processo de “especulação imobiliária”, acredito que falar sobre “gentrificação” faça mais sentido nesse contexto.

Nada disso veio como surpresa, prevíamos estes acontecimentos recentes quando escolhemos o lugar como laboratório de ocupação. Estávamos cientes do processo de gentrificação, sabíamos também que a própria ocupação por artistas e a existência de aparelhos culturais poderiam vir a contribuir para o desenvolvimento do bairro segundo a lógica do capital (CAPORALI, 2014, p. 17).

Joana começou a trabalhar oficialmente no JA.CA em 2013, no chamado Ano 4, pouco depois desse hiato, tempo utilizado para rever e repensar o projeto, que mudou de galeria e centro de arte para organização não governamental. Essa mudança para ONG foi justificada como uma forma de “*assumir um serviço público*”. Nesse período, logo depois da temporada sem financiamento, a ONG conseguiu receber verbas referentes a um edital do governo federal, referente a projetos culturais. Tal edital, de 2012, garantiu um quarto do dinheiro conseguido em 2010, suficiente para que o JA.CA saísse da situação difícil em que se encontrava e para que um novo espaço pudesse ser alugado. Assim, em julho de 2013, o Centro de artes foi para um novo endereço: um galpão também na Avenida Canadá, alugado em conjunto com um outro artista plástico, que ocupava metade do lugar. Eu nunca visitei esse outro galpão, assim como Joana não falou muito sobre ele.

Imagem 4 - Segundo espaço ocupado pelo JA.CA



Fonte: Acervo pessoal. Foto realizada em 21 de abril de 2015.

Foi em novembro de 2014 que o JA.CA se mudou novamente, mais uma vez por causa do valor do aluguel do galpão em que estava situado: “ou arrumariam um lugar mais barato, ou sairiam do Bairro”. Acharam esse novo lugar em um site, “no limite do preço” e localizado à Avenida Victória (primeira paralela à Avenida Canadá). Entretanto, diferente dos outros espaços, a ONG dessa vez não estaria localizada mais em um galpão e sim em dois lotes vazios, reunidos e murados, como descrito anteriormente.

Joana me explicou que eles fizeram uma negociação boa: um contrato de quatro anos, com reajuste apenas pelo IGPM (Índice geral de preços no mercado). O dono desses lotes, segundo ela, tem medo de possíveis invasões e a ocupação do JA.CA, além de ser uma fonte de renda, ajuda a proteger o terreno, cuidar do local e melhorar os lotes. Portanto, atualmente, a estrutura física do JA.CA está distribuída nos cinco *containers* mencionados, que podem ser transportados, caso o centro mude novamente de lugar.

Figura 3 - Mapa do Bairro mostrando os três endereços ocupados pelo JA.CA, no qual representei também a casa da Ivete



Fonte: Acervo pessoal.

Eu especulei se haveria algum outro lugar no Bairro para ser ocupado se, após o período do contrato, o aluguel desses lotes também aumentasse e, novamente, Joana frisou que o valor pago atualmente era o limite. Porém, ela mencionou que talvez fosse mais barato pedir

alguma concessão ou então se vincular à Vale,¹⁶ o que ninguém do JA.CA desejava. Todas essas mudanças de endereço não estão relacionadas apenas ao processo de gentrificação em curso no Bairro, mas também aconteceram por uma combinação de fatores diversos, como a passagem de Centro de Arte para ONG (o que demanda uma estrutura física diferente) e a presença (ou não) e quantidade de recursos. Mas é inegável que o valor dos alugueis (logo, do metro quadrado do Bairro) influenciou pesadamente na dinâmica desses deslocamentos.

Percebi o andamento e algumas das consequências do processo de valorização fundiária no Bairro não apenas pela trajetória do JA.CA, mas também por um dos percalços na minha pesquisa. O preço dos lotes, das casas e dos alugueis aumenta progressivamente desde 2010, o que resultou no início de um processo de mudança de perfil social dentro do Jardim Canadá, assim como também alavancou o esvaziamento (e retardou a ocupação), especialmente no Jardim Canadá 2, onde o JA.CA sempre esteve localizado. Apesar de os dados do IBGE referentes ao último Censo (2010) revelarem que quase setenta por cento dos moradores do Jardim Canadá possuem renda familiar na faixa até três salários mínimos (o que configura o Bairro como Classe 1 – Popular, representada pelos bairros em que a renda média mensal dos chefes de domicílio é inferior a 5 salários mínimos);¹⁷ muitas das pessoas as quais eu entrevistei mencionaram o crescente movimento de saída de uma população de renda muito baixa, em paralelo com a chegada no Bairro, nos últimos anos, de pessoas provenientes de camadas médias e altas da população.

Minha motivação original de pesquisa era analisar as relações e os deslocamentos feitos por alguns moradores do Condomínio Alphaville e do Jardim Canadá, entre os sujeitos, selecionados a partir do perfil majoritário da população desses locais. Ou seja, meu interesse estava nas relações que aconteciam entre pessoas pertencentes a um grupo de alta renda que moravam no Alphaville e pessoas pertencentes a um grupo de baixa renda que residiam no Jardim Canadá; eu queria investigar como interagiam os moradores do Alphaville no Bairro Jardim Canadá e como as pessoas residentes no Jardim Canadá acessavam o Alphaville.

¹⁶ A Vale do rio Doce é uma empresa brasileira de mineração, considerada atualmente uma das maiores do mundo no setor. Foi fundada em Itabira (MG), no ano de 1942, para a exploração de minas de ferro. Além de atuar em várias cidades brasileiras (como Nova Lima), também se expandiu para outros países e englobou outras companhias de mineração tais como a MBR (Mineradoras Brasileiras Reunidas).

¹⁷ Classificação segundo metodologia própria da Fundação IPEAD/UFMG. https://www.ipead.face.ufmg.br/site/siteipead/documentos/imobiliario/alugueis/2014/01_2014_alugueis.pdf. Acesso em: 18 de agosto de 2015.

Por essa distância socioeconômica, eu cogitei que o fluxo de pessoas saídas do Bairro em direção ao condomínio acontecesse por causa de relações específicas de trabalho, como serviços de limpeza, vigilância e similares. Imaginei que a interação inversa ocorresse graças à passagem obrigatória dos moradores do Condomínio pelo Jardim Canadá (para quem faz o trajeto no sentido da capital) e eventual parada no complexo comercial localizado às margens da rodovia (BR-040).

Depois desses meses frequentando o Bairro, descobri que ele já não era moradia preferencial de maioria desse grupo que eu configurei tanto pela renda familiar (algo abaixo da faixa de três salários mínimos) como pelo local de trabalho (o Alphaville). Tal fato, em grande parte, se justifica pelo fato de o Jardim Canadá estar “se tornando um lugar caro e as pessoas estão indo para outros lugares” segundo um interlocutor. Bernardo, um amigo e antigo morador da cidade, me relatou a existência de outros lugares para os quais esse grupo de pessoas, englobadas por esses parâmetros (em especial, o relacionado com o local de trabalho), está se mudando de uns quatro anos para cá. Um dos locais apontados foi o loteamento vizinho ao Alphaville, chamado Água Limpa, localizado na divisa entre Nova Lima e Itabirito, informação repetida tanto em outras visitas ao Bairro e também em conversas com as pessoas do JA.CA.

A crescente saída de parte dessa população mais pobre do Jardim Canadá me pareceu justificada não só pela existência de lugares próximos mais baratos como também pela valorização progressiva dos preços dos imóveis e aluguéis no Bairro (sobretudo no ano de 2013), fora o aumento nos custos dos serviços da região. Conforme observado pela tabela retirada do portal online da imobiliária Zap Móveis (Figura 4), houve um aumento considerável nesses valores a partir de 2011:

Figura 4 – Gráfico demonstrativo do aumento dos preços dos imóveis no Jardim Canadá entre janeiro de 2009 e junho de 2015



Fonte: www.zap.com.br/imoveis/fipe-zap-b. Acesso em: 18 de Agosto de 2015.]

A valorização fundiária do Jardim Canadá pode indicar uma expulsão progressiva da população de baixa renda, embora essa provavelmente não aconteça de maneira uniforme, sendo mais potente e perceptível no Jardim Canadá 2 (parte do Bairro que abrigou as três sedes do JA.CA), reconhecido internamente como lugar que, além de mais novo, abriga grupos mais abastados que se mudaram recentemente para lá.

Assim como parte do grupo de renda mais baixa, que aparentemente estava saindo do Bairro (inclusive o meu grupo de interesse original dentro do Jardim Canadá), o próprio JA.CA também sofreu com os efeitos dessa progressiva valorização fundiária, especialmente por estar na parte mais nova – e mais afetada por esse processo - do Bairro.

O grupo conformado pela população com renda menor do que a atual média do Bairro e que sumariamente vem deixando o Jardim Canadá tem o mesmo perfil daquele que veio morar no Bairro em seus primeiros tempos. Ainda que o Bairro se mantenha como “popular”, é possível ver um crescimento palpável da população mais rica e uma possível dificuldade da população de baixa renda de se manter nele. Assim, laços de cotidianos e a conformação de comunidades e vizinhança são postas mais uma vez em risco, em consonância com Appadurai (2004), que expõe muito bem sobre a fragilidade de se produzir localidades. Ao apresentar localidade como “estrutura de sentimento, uma propriedade da vida social e uma ideologia de comunidade situada” (APPADURAI, 2004, p. 251), o autor afirma que a fragilidade da sua produção repercute numa luta com “muitas dimensões”.

No início, a produção de localidades no Jardim Canadá encontrou como desafios a hostilidade material sob a qual o Bairro nascia, a qual se impôs, até muito recentemente, como desafio para que redes de sociabilidade e cotidianos fossem tecidos. Entretanto, agora, aproximadamente cinquenta anos após a fundação do Bairro, os desafios são outros. Se ele já não é mais um lugar meramente arruado, sem nenhum tipo de infraestrutura urbana, o desafio está relacionado com “os problemas especiais que assaltam a produção de localidade num mundo de diáspora, desterritorializado e transnacional” (APPADURAI, 2004, p. 250).

Foco minha atenção na menção à diáspora que, nesse caso, ocorre quando parte da população do Jardim Canadá começou a se mudar para outros bairros. Assim, com a trajetória do JA.CA (e sua posição ambígua), conto como esse processo pode, por eufemismo, ser reconhecido

como referente uma mudança do perfil social do Bairro, mas que, em outros termos, pode ser considerado como gentrificação. Ainda discutindo sobre as dificuldades para a produção de localidade (APPADURAI, 2004), o último tópico finaliza esta seção por meio da história da Ivete, que trabalha como faxineira do JA.CA.

Ivete veio para a parte mais nova do Jardim Canadá em 1999, quando o Bairro, segundo ela, “não tinha nada”. Entretanto, a despeito da pressão para que o grupo social do qual Ivete faz parte saia do Bairro, ela ainda permanece morando lá. Assim como alguns outros moradores do Bairro, ela possui uma estratégia para lidar com tal pressão.

2.2.2 Ivete: a “latifundiária”

De todos os meus interlocutores, considerei a Ivete a mais difícil de acessar, o que aconteceu mais por uma defasagem e formalidade extrema da minha parte do que por qualquer outro motivo. Minha primeira interação com ela foi marcada por um erro meu: perguntei seu nome completo e, também questionei se ela autorizaria a publicação de suas falas e histórias na minha pesquisa. Tal pergunta já cravou um abismo muito difícil de superar, tanto pela “gafe” (já que ela me revelou que seu nome não era Ivete, que esse era um nome artístico dela, o que me deixou bastante envergonhada) como pelo distanciamento que eu havia criado ao me posicionar como uma “pesquisadora”.

De todas as pessoas com as quais eu conversei e que aparecem neste trabalho, poucos eram moradores do Bairro e ninguém havia nascido nele. Em uma conversa com Manuel, ele mencionou que a maioria das pessoas nascidas no Jardim Canadá deveriam ter, em média, uns vinte anos, no máximo. Ivete também não nasceu em Nova Lima, mas, diferente de todos os meus interlocutores, ela não possui uma relação muito próxima com Belo Horizonte.

Apesar de bastante simpática, eu tive muita dificuldade para conversar com ela; frequentemente me sentia como se estivesse invadindo sua vida. Eu já fui à casa dela algumas poucas vezes, a primeira levada pela Joana, que me apresentou a ela. É uma casa bastante arrumada e ela sempre conversou comigo na sala. Sempre me fazia esperar antes de entrar, imagino que era para arrumar rapidamente a casa; eu sempre fui tratada como “visita”.

A história dela, assim como a do JA.CA, mostra um pouco do processo de mudança social e da pressão econômica que acontece progressivamente dentro do Bairro. Ivete mora há 14 anos no Bairro e atualmente divide a casa com a filha de 21 anos, Jucimara, e duas netas pequenas. Já foi casada e “descasou”, “trocou de namorado”, mas continua morando no mesmo lugar, “sempre a mesma casa, compramos e ficamos”. A casa em que ela mora fica no Jardim Canadá 2, assim como o JA.CA e as residências dos seus irmãos. Sua casa já foi reformada como parte de um projeto de arquitetos que trabalham no JA.CA e fica na frente da atual localização da instituição (quase no fim da Rua Victória). Ivete foi a última entre seus irmãos a se mudar para o Bairro e nasceu em Piedade de Ponte Nova (uma pequena cidade “depois de Mariana”).

Imagem 5 – Reforma da casa da Ivete pela equipe de bolsistas de extensão da Escola de Arquitetura da UFMG e, ao lado, a própria Ivete



Fonte: www.jaca.center/casadaivete. Acesso em: 22 de outubro de 2015.

É uma residência sem acabamentos em algumas partes; quando eles existem, são feitos com materiais simples também (como o chão de terra batida da sala). Essa casa foi comprada quando ela se mudou para o Bairro, de um conhecido de um de seus irmãos, se não me engano. Assim como muitas das casas mais antigas do Bairro (excluo desse conjunto apenas as construções mais recentes, em especial as de uso não residencial), foi feita ao longo dos anos, por uma ação conjunta de uma rede social do antigo dono e dela, em conformidade com os muitos exemplares arquitetônicos de autoconstrução (MARICATO, 1979).

Imagem 06 – Atual da casa da Ivete



Fonte: Acervo pessoal. Foto realizada em 17 de Novembro de 2015.

Ivete se mudou para o Bairro para trabalhar em restaurantes; quando eu perguntei se eles eram tipo o “Chefão”, ela me respondeu que não, que eram os que “ficavam mais para dentro”. No complexo formado pelos empreendimentos agrupados em torno do posto Chefão existem alguns restaurantes frequentados especialmente por pessoas que estão passando pela rodovia e pelas que trabalham nas empresas próximas. Esses restaurantes, assim como toda a gama de estabelecimentos conectados aos limites da rodovia, são direcionados para um público, em sua maioria, externo ao Jardim Canadá e com alto poder aquisitivo (conclusão decorrente da localização e do alto preço da refeição).

Esse complexo de serviços, como já foi mencionado, é relativamente novo, começou a se consolidar a partir dos anos 2000. Ou seja, depois de aproximadamente uma década é que essa área, lindeira à BR-040 e bem próxima à entrada do Bairro, está crescendo progressivamente. O local, que antes era ocupado apenas por um posto de gasolina (o Posto Chefão), hoje conta com um restaurante (do próprio Posto), um grande supermercado, um *hortifruti* e um complexo com pequenas lojas, agências bancárias, restaurantes e alguns *shoppings*.

Imagem 7- Posto Chefão



Fonte: Acervo pessoal. Foto realizada em 17 de novembro de 2015.

Imagem 8 - Vista do Restaurante do Posto Chefão



Fonte: Acervo pessoal. Foto realizada em 17 de novembro de 2015.

Mas quando Ivete se mudou para o Bairro não havia nem o Verdemar, nem grande parte desse complexo de serviços; existia apenas o Posto Chefão. As oportunidades de emprego existentes no Jardim Canadá, a maioria com baixa remuneração, se relacionavam com os condomínios próximos ou com os pequenos estabelecimentos dentro do Bairro. Nessa época nem mesmo o Alphaville era um lugar consolidado, tendo sido 1999 exatamente o ano de sua inauguração. Assim, esses empregos em pequenos estabelecimentos locais faziam parte das poucas oportunidades de trabalho dentro do Bairro e foi em busca de um deles que Ivete veio tentar a sorte no Jardim Canadá, seguindo o mesmo movimento de seus irmãos. Quando Ivete e sua filha chegaram, em 1999, o Jardim Canadá 2 estava começando a ser ocupado.

Depois de alguns empregos como cozinheira em restaurantes “na parte de dentro do Bairro” - estabelecimentos populares que servem refeições a quilo e pratos prontos (o popular prato feito ou pf) - é que Ivete, quase por acaso, conseguiu um outro tipo de emprego. Chica, uma das fundadoras do JA.CA, em uma visita ao Jardim Canadá, perguntou a um homem aleatório na rua se ele conhecia alguém para trabalhar como faxineira; esse homem era o atual marido de Ivete e a indicou para a vaga.

Ivete trabalha no JA.CA desde a sua fundação, em 2010. Nesse primeiro ano ela trabalhava com carteira de trabalho assinada, mas atualmente é uma funcionária terceirizada. Curiosamente, se os deslocamentos da sede do JA.CA são representativos do processo de valorização imobiliária dentro do Bairro, as mudanças do vínculo empregatício da Ivete (que se tornaram mais fracos, especialmente em termos trabalhistas) mostram também uma pressão econômica sobre esse grupo residente no Bairro. Os custos para a ONG se manter no Jardim Canadá ficam progressivamente mais altos, o que onera também o seu quadro de funcionários.

Joana se referiu a Ivete como uma “ponte do centro com a comunidade”, como um primeiro contato do centro com um grupo social de baixo poder aquisitivo residente no Jardim Canadá. Hoje Joana reconhece que o JA.CA possui “uma rede local, sem passar pela Ivete”, que opera mais como “memória do JA.CA”. Percebi que a figura da Ivete sempre era muito mencionada, especialmente como contato, mas também a percebi um pouco ausente no JA.CA durante as minhas visitas.

Descobri, em outro momento, que atualmente a maior fonte de renda da Ivete não é o trabalho no JA.CA, mas sim o aluguel de alguns lotes que ela possui no Jardim Canadá e no bairro Água Limpa. Ivete é referida por seus colegas do JA.CA, em tom de brincadeira, como “latifundiária”. O aluguel de lotes vazios me pareceu uma atividade bastante comum e rentável na região, embora eu nunca tenha visto esse tipo de prática antes. Segundo Ivete, o valor médio do aluguel do lote no Jardim Canadá é o equivalente a um salário mínimo.

O Jardim Canadá possui lotes com padrão de 360 m², mais da metade ainda não ocupados (LASCHEFSKI; COSTA, 2008; DESEJACA, 2014). Em uma das visitas ao JA.CA, uma pessoa com quem conversei enquanto esperava o ônibus me relatou que, recentemente, começou um movimento em massa no Bairro para murar os lotes. Como a maioria das ocupações antigas do Bairro, situadas no Jardim Canadá 1, aconteceram por invasões, especulei que esse crescente aumento do preço dos lotes que possuem muro é uma forma de proteção contra essas ocupações, recorrentes na história de configuração desse espaço urbano. Essa proteção é bastante conveniente agora, período em que o preço dos lotes e residências do Jardim Canadá está se valorizando progressivamente.

Assim como no caso dos lotes que abrigam a sede do JA.CA, os aluguéis funcionam não apenas como fonte de renda para seus proprietários, mas são eficazes também para proteção e inibição dessas ocupações; um lote ocupado fica protegido de ser invadido.

Imagem 09 – Anúncio de lote para aluguel na Rua Fox, próxima à Avenida Victória



Fonte: Coletivo Rolezim. Foto realizada em 22 de julho de 2015.

A prática de aluguel dos lotes vazios ocorre como uma fonte de renda muito comum no Bairro. Alguns moradores mais antigos, como Ivete, compraram lotes no Jardim Canadá muito antes de o Bairro adentrar nesse processo crescente de valorização fundiária. Esses moradores se tornaram pequenos proprietários e especuladores imobiliários, mas, por hora, ainda não venderam suas propriedades. Ivete me contou que só venderia suas terras quando elas estivessem valendo muito; por enquanto, como o Bairro está apenas no início dessa valorização imobiliária, ela, assim como tantos, vive do aluguel desses lotes. A proliferação de placas de vende-se/aluga-se pelo Bairro é enorme, sendo tema para alguns trabalhos desenvolvidos por artistas no JA.CA.

O aluguel dos lotes vazios é uma atividade muito mais rentável do que o aluguel de casas, por exemplo, uma vez que demanda apenas um investimento inicial para a aquisição da terra. Qualquer alteração, como estrutura, fica a cargo de quem o aluga, como acontece na nova sede do JA.CA.

Em diálogo com a história da Ivete, assim como com o processo de valorização econômica dentro do Bairro, recorto uma das conversas com Joana, na qual ela teceu especulações a respeito do futuro do Bairro. Ela relata que construiu essas teorias pensando com “cabeça de classe média, criada na zona sul de Belo Horizonte”. Ela imagina que, pela crescente valorização econômica, provavelmente, daqui alguns anos, o local vai se tornar um bairro de classe média “B”. Eu entendi essa menção à classe média “B” como referente a um grupo que teria condições financeiras para morar em um bairro considerado de bom padrão, mas não o suficiente para morar nos condomínios de luxo (ou alto luxo) da vizinhança. Ela própria me relatou interesse no Bairro, que “está passando de popular para classe média”, ponto no qual acha que “a especulação vai parar”. Joana observou que, hoje, existe no Jardim Canadá uma escola de idiomas (inglês) recém inaugurada, o que ela considera bastante representativo da mudança de perfil social do Bairro. Finalizou nossa conversa com a menção de que, se existisse alguma “escola boa” no Bairro, ela se sentiria mais à vontade para mudar de Belo Horizonte para lá.

Nos dias atuais, o Bairro (especialmente a parte nova) está passando por um estranho processo, praticamente ausente na sua metade mais antiga, mas inegável no trecho mais novo. O Jardim Canadá 2, do JA.CA e da Ivete, mesmo com bastante disponibilidade de lotes e

casas (não existem prédios de apartamentos em nenhum lugar do Bairro), aos poucos começou a receber uma população de camadas médias e até alta da população. Apesar disso, o JA.CA resistiu e permanece no Bairro, mesmo após duas mudanças para espaços cada vez menores, mais distantes da rodovia e com um padrão arquitetônico mais baixo. Ivete resiste por também ter entrado nessa dança: dona de lotes, tanto no Bairro como no vizinho Água Limpa, ela compõe sua renda alugando-os.

Imagino que, embora esse processo ainda esteja no início, logo a pressão sobre Ivete e sobre o JA.CA é relativamente suportável. Entretanto, para outras pessoas conforme me foi relatado, essa pressão já foi o suficiente para uma mudança do Bairro, sendo o loteamento Água Limpa um de seus principais destinos. Talvez a mudança não aconteça de maneira direta: Ivete não demonstrou nenhuma intenção de vender sua casa, nem nunca recebeu ofertas para tanto, mas ela não descarta a ideia de se mudar do Bairro, uma vez que todos os serviços à sua volta (supermercados, mercearias e padarias) estão se tornando cada vez mais caros.

Assim, apresentei, nesta segunda seção, minhas primeiras experiências no lugar (ESCOBAR, 2005). Narrei a trajetória do JA.CA, ONG que está em uma dupla posição: de agente que sofre e que, ao mesmo tempo, contribui com o processo de gentrificação. A história de Ivete, contada em seguida, exemplifica também a fragilidade “para se produzir as localidades”, especialmente em contextos de diáspora (APPADURAI, 2004).

Ainda na perspectiva de refletir sobre a produção de localidades dentro do Jardim Canadá, analiso, na próxima seção, a história e os contextos para a produção do Bairro. Diferente das localidades, que são propriedades da vida social, os bairros, como o Jardim Canadá, são formas sociais, logo, dotados de processos históricos e contextos (APPADURAI, 2004). Nesse sentido, os bairros são cenários reais para a produção de localidades. Também discuto na terceira seção a produção do espaço concebido do Bairro (LEFEBVRE, 1991), apresentando as ferramentas e as intenções para tanto.

3 A PRODUÇÃO DO BAIRRO JARDIM CANADÁ

3.1 Reconhecendo contextos

3.1.1 Da mineração aos condomínios

Ao se falar de produção de localidades, o que está em jogo são as redes cotidianas e relacionais criadas entre os sujeitos que se reconhecem em modos de vida e, às vezes, lugares em comum (APPADURAI, 1997). Appadurai (2004) apresenta uma consideração de localidade como “mais relacional e contextual do que escalar ou espacial” (p. 237). Para o autor, a produção de localidade é contemplada como “propriedade fenomenológica da vida social, uma estrutura de sentimento produzida por determinadas formas de atividade intencional e que produz certos tipos de efeito material” (APPADURAI, 2004, p. 243). Ainda que esses aspectos “dimensionais” sejam predominantes para a produção e reconhecimento de localidades, não há como excluir nem os lugares nas quais elas são produzidas, nem os efeitos (que, às vezes, surtem resultados materiais) que elas produzem.

Ao acionar a noção de localidade como uma “propriedade da vida social”, Appadurai (2004) apresenta como contraponto a definição de bairro como uma forma social, ou seja, bairros são lugares socialmente demarcados e “efetivamente existentes” nos quais a “localidade se realiza”. Assim, não há como pensar sobre bairros sem mencionar a existência de contextos; tanto contextos que os definem e os formam, como contextos que são derivados deles, uma vez que “a produção de bairros tem sempre base histórica e por isso contextual. Em outras palavras, “bairros são o que são porque se opõem a outra coisa e derivam de outros bairros já produzidos” (APPADURAI, 2004, p. 243).

O Jardim Canadá, reconhecido como bairro, é produzido por e produz contextos, além de ser “um cenário real” para a produção de diversas localidades, sem que elas estejam necessariamente restritas aos limites dele. Neste tópico, apresento os contextos que filtrei como fundamentais para a consolidação do Bairro e, conseqüentemente, para a produção de localidades dentro dele. Em primeiro momento, localizo o Jardim Canadá dentro do município de Nova Lima, contando um pouco da história da fundação da cidade.

O início dessa narrativa está vinculado à fundação oficial do município de Nova Lima e não com as remotas e esparsas ocupações que ocorreram naquele território. A fundação oficial de Nova Lima como cidade aconteceu aproximadamente no fim do século XVII (PIRES, 2003 *apud* ANDRADE, 2006) e o surgimento do primeiro núcleo urbano é relacionado ao descobrimento de ouro no local. Nova Lima é uma cidade englobada pelo perímetro metropolitano, formado pelos municípios em torno da capital, a chamada Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), sendo vizinha de Belo Horizonte na porção sul.

Se a extração de ouro marca os primeiros tempos da cidade, ao findar-se o metal na região, essa atividade foi substituída pela extração do minério de ferro, prática que perdura com bastante força até os dias atuais. Assim, a existência da atividade minerária foi fundamental no contexto histórico de Nova Lima, não apenas pela sua pujança e continuidade ao longo do tempo, mas também pela existência de um vínculo direto entre aqueles que controlam essas atividades de extração de minério e as propriedades fundiárias no município. A primeira empresa mineradora no município, a inglesa *Saint John Del Rey Mining Company*, foi responsável pelo processo no qual “a propriedade do solo rural e urbana, em Nova Lima, foi se concentrando de 1834¹⁸ a 1950, majoritariamente, nas mãos da empresa” (PIRES, 2006, p. 374).

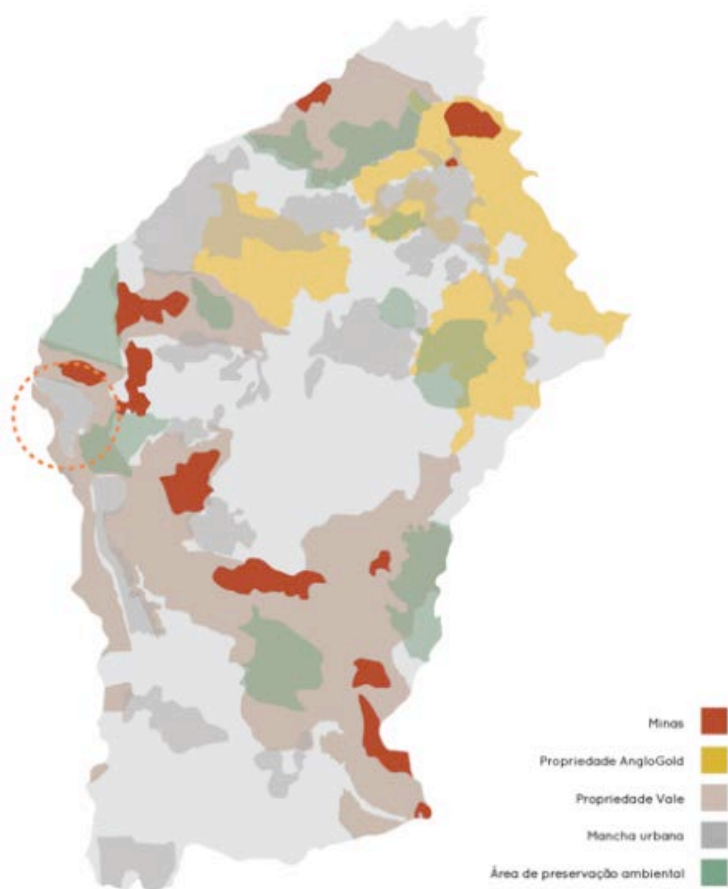
Atualmente é bastante representativa a concentração de terras reunidas nas mãos de duas empresas de mineração atuantes na cidade: a MBR – hoje, Vale – e a *AngloGold* (que englobou a *Saint John*); aproximadamente metade das terras de Nova Lima estão cambiando pela posse desses grupos (COSTA, 2006). Essas companhias mineradoras emergem como atores essenciais na dinâmica fundiária da cidade, não apenas por serem proprietárias de uma quantia considerável de terras, como já foi dito, mas também por atuarem com investimentos relacionados a elas, como o parcelamento do solo para empreendimentos imobiliários. O caso do Jardim Canadá não está fora desse cenário, uma vez ele está localizado em terras antes pertencentes à mineradora *Saint John Del Rey Mining Company* (PIRES, 2006), sendo um empreendimento dessa empresa.

Portanto, o resumo da distribuição das terras do município pode ser compreendido pela leitura da Figura 5 (abaixo), que destaca o Bairro Jardim Canadá (marcado com um círculo). Tal

¹⁸ O ano de 1834 marca o estabelecimento dessa empresa no Brasil.

mapa foi produzido no ano de 2014 e mostra as manchas de ocupações urbanas de Nova Lima em cinza mais escuro e as das minas em vermelho. Em verde estão as áreas de preservação ambiental, enquanto as manchas rosas e amarelas representam as terras que estão na posse da Vale e da *AngloGold*, respectivamente. Podemos observar também que, ocasionalmente, algumas manchas se fundem em lugares específicos, o que representa, por exemplo, a existência de reservas ambientais dentro de áreas pertencentes às mineradoras.

Figura 5 – Mapa de Nova Lima representando a divisão das terras do município



Fonte: Livro *Desejaca* (no prelo). Imagem editada por Andrew Assaf, em 15/09/2015.

Além da quantidade representativa de terras que são propriedade de companhias mineradoras, esse mapa revela como Nova Lima é um município ainda pouco ocupado: as partes do mapa em cinza mais claro, que representam as áreas excluídas da qualidade de “mancha urbana”, estão presentes em grande quantidade. Essa situação atual condiz com um quadro histórico de lento crescimento e urbanização da cidade.

Esse vagaroso processo de ocupação do município de Nova Lima começou timidamente a partir da segunda metade do século XX, quando algumas glebas do município foram, aos poucos, progressivamente reparceladas. Terras que se tornaram ociosas em função do esgotamento do minério começaram a ser capitaneadas como uma possibilidade de investimento das mineradoras, dessa vez para parcelamentos urbanos. Tais parcelamentos foram feitos, primordialmente, pela parceria das próprias mineradoras com incorporadores imobiliários privados e independentes, como no caso do Jardim Canadá (PIRES, 2006), um empreendimento paralelo da antiga *Saint John* com a Companhia Urbanização e Melhoramentos S.A.

Configurado como um loteamento aberto, planejado e parcelado no fim da década de 1950, o Jardim Canadá foi um dos primeiros exemplares dessa corrente de parcelamento do solo no município, que aconteceu quase exclusivamente por intermédio de planejamento urbano. Porém, o Bairro é um loteamento diferente da maioria dos seus contemporâneos em Nova Lima, tanto por não ser fechado como por ter sido um empreendimento em que apenas lançamento, terraplanagem e arruamento foram executados pelo empreendedor, não dispendo, portanto, de infraestrutura urbana básica (BHERING; MONTE-MOR, 2006) como seus pares.

Segundo o plano original, o Bairro seria destinado para habitações horizontais, propostas para militares, em uma conformação semelhante a uma vila, perfil de ocupação que abarcava uma intenção de uso essencialmente residencial, além de destinada para uma camada social de classe média. Ainda que o Jardim Canadá tenha sido projetado para camadas médias, ele foi um loteamento apenas arruado; a divisão dos lotes foi marcada e as ruas foram lançadas sem qualquer tipo de infraestrutura urbana básica, como pavimentação ou redes de água e esgoto. O fracasso da ocupação almejada para o Bairro aconteceu principalmente devido à ausência de infraestrutura urbana, que repeliu o público para o qual o empreendimento fora projetado e implementado. O insucesso do empreendimento foi evidente, agravado pelo abandono do grupo empreendedor, que não o executou em sua totalidade, relegando-o, como espaço urbano, à invisibilidade frente ao Estado.

O Jardim Canadá carrega, desde a sua fundação, problemas históricos em relação à sua infraestrutura urbana, absolutamente ausente em seus primeiros tempos e lentamente conquistada, pela sua população, ao longo dos anos. Seu projeto de parcelamento data de

1958, ano em que já estava em vigor o decreto de Lei 58 (Decreto-Lei Federal de 10 de Dezembro de 1937), que “dispõe a respeito de loteamento e venda de terreno para o pagamento em prestação” (BRASIL, 1937, p. 1). Tal lei já responsabilizava o empreendedor em relação ao fornecimento de soluções viárias, como também pela construção do sistema de abastecimento de água e coleta de esgoto sanitário, obrigações que, no caso do Bairro, não foram cumpridas pelo grupo responsável pelo empreendimento.

Tais problemas foram deixados a cargo da população e da administração municipal, que muito lentamente ainda os soluciona. A questão do esgotamento sanitário foi, segundo Nascimento e Lopes para a publicação “Diálogos Jardim Canadá” (2015), inicialmente resolvida pela população com o emprego de fossas (nem sempre sépticas). Devido aos problemas causados por essas fossas, que a prefeitura, muito recentemente (2004), instalou uma rede de esgoto e uma estação provisória de tratamento (ETE) no bairro. Atualmente, já existe um sistema de distribuição de água no Jardim Canadá, entretanto, conforme me informou uma moradora, até o ano 2000 o abastecimento de água no Bairro era feito por intermédio de caminhões-pipa. Ressalto como essas soluções são assustadoramente recentes e, quando não o são, predomina o improvisado, como o caso do uso constante de fossas negras, uma solução mais barata, mas também bastante questionável. Improvisado que acontece como única solução encontrada por essa população para contornar a sucessão de descasos, tanto dos responsáveis pelo empreendimento/Bairro como do Estado.

É nesse lugar “desurbanizado” (MARICATO, 1979) e em meio ao nada que as primeiras ocupações são resultado não do sucesso do empreendimento, mas exatamente do seu fracasso. A ausência de infraestrutura derrubou o preço das terras no Bairro, tornando-o acessível para uma população de baixa renda e desinteressante para as camadas de média e alta renda. Assim, na região sudeste do Bairro, que hoje recebe o nome de Jardim Canadá 1, é que estão os primeiros assentamentos do Jardim Canadá.

Raquel Teixeira (2014), em sua tese a respeito do Bairro Camargos, bairro operário da região industrial de Belo Horizonte, ao apresentar as narrativas daqueles que se mudaram para o local em seus primeiros tempos, aponta como “a ocupação desses loteamentos periféricos pelos primeiros moradores representa para os mesmos um alto custo social, dadas as

dificuldades de residir em áreas distantes desprovidas dos serviços e equipamentos urbanos” (TEIXEIRA, 2014, p. 87).

Esse alto custo social é combinado com trajetórias de vidas forjadas por dificuldades que são cotidianas, erguidas em lugares carentes de infraestrutura, nos quais o direito à cidade é sumariamente negado; custo comumente pago em muitas cidades brasileiras. Tanto para os primeiros moradores do Bairro Camargos como do Jardim Canadá restou construir suas casas por eles próprios, pela junção do trabalho e esforço de muitos anos, em lugares completamente deficitários em relação a infraestrutura e serviços¹⁹. Além do espaço da casa, Teixeira (2014) explica bem (usando o Bairro Camargos) como a prática da autoconstrução também é extensiva ao espaço urbano:

Os moradores ergueram suas casas, perfuraram poços em busca de água, construíram fossas para o esgoto e reivindicaram durante anos a implantação dos serviços urbanos.

Desse modo, o trabalho da autoconstrução não se limitou à casa, mas se estendeu pelo bairro [...] A construção da casa se articulava, então, à produção do próprio espaço urbano mediante os esforços dos moradores para a constituição de seu bairro (TEIXEIRA, 2004, p. 88).

Esses primeiros assentamentos do Jardim Canadá foram marcados pela autoconstrução, única alternativa arquitetônica possível naquele contexto, que Maricato (1979) define como “processo de construção da casa (própria ou não) por seus moradores que podem ser auxiliados por parentes, amigos, vizinhos ou por profissional remunerado” (p. 74). A autoconstrução é uma prática muito comum nas periferias brasileiras e conta com a produção da casa (e, por consequência, das cidades), feita diretamente pelos moradores, em um período geralmente longo de tempo, se configurando como “determinante para a sobrevivência” desses (MARICATO, 1979, p. 73).

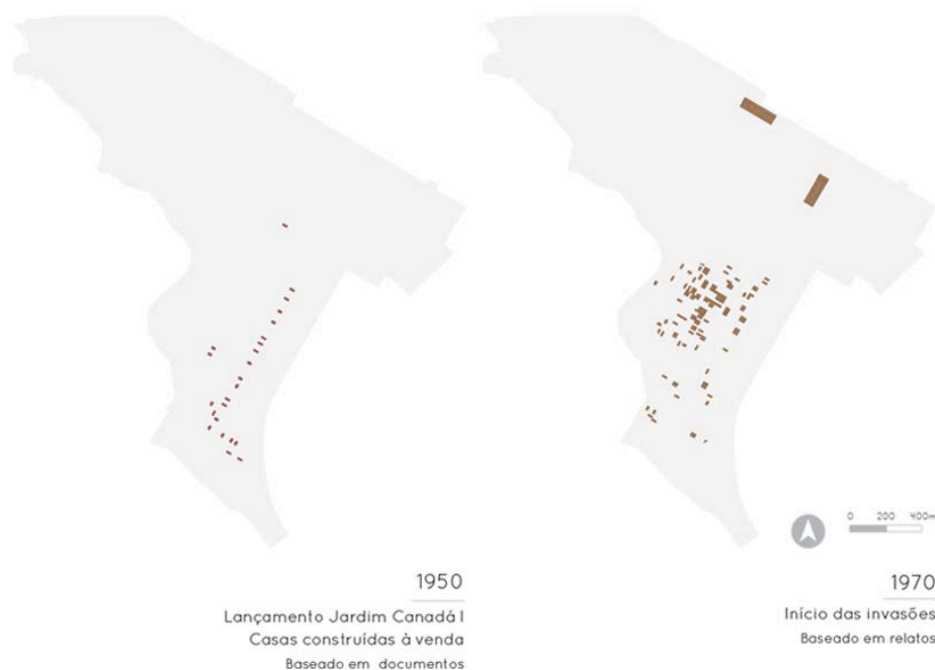
No Jardim Canadá, os primeiros moradores se fixaram na parte sudeste do Bairro, tanto porque o arruamento foi executado primeiramente nessa porção, mas também imagino terem sido atraídos porque, ao mesmo tempo, o condomínio vizinho Retiro das Pedras (1957) foi parcelado. O Retiro das Pedras é um condomínio horizontal fechado, um dos primeiros de

¹⁹ Como já mencionado na introdução desse trabalho, reconheço a ausência de relatos, vivências e narrativas tanto desses moradores mais antigos, provavelmente alocados no Jardim Canadá 1; no que concerne desde experiências em relação a construção desse espaço urbano, como de lutas e reivindicações, assim como de relatos atuais.

Nova Lima, “cujas as terras pertenciam aos ingleses do Morro Velho,”²⁰ e, assim como o Jardim Canadá, foi assentado em antigas terras da *Saint John Del Rey Mining Company*. Foi inicialmente ocupado como sítio de recreio, mas, diferente do Bairro, contava com uma boa infraestrutura desde a sua inauguração e era destinado a uma população de alta renda, em sua maioria oriunda de Belo Horizonte.

A Figura 6 é parte de um conjunto de diagramas (cujas sequências serão apresentadas ao longo do texto) que ilustram o processo de ocupação do bairro ao longo do tempo. A primeira representação, intitulada “1950”, mostra as primeiras ocupações no Jardim Canadá. Embora esteja datada pelo ano inicial da década de 1950, considero mais apropriado se esse diagrama fosse intitulado pela década seguinte, uma vez que o loteamento foi inaugurado em 1958. Tais ocupações, como já mencionado, estão concentradas na região sudeste e essa primeira parte ocupada do Bairro, com intervalo de anos para que começasse a expansão para o resto do Jardim Canadá, ficou posteriormente conhecida pelos moradores como Jardim Canadá 1.

Figura 6 - Representações das ocupações do Bairro Jardim Canadá em 1950 e 1970



Fonte: Livro *Desejaca* (no prelo). Imagem editada por Andrew Assaf, em 15/09/2015.

²⁰ Pela referência aos “ingleses” e à “mina do morro velho”, provavelmente essas terras também eram propriedade da *Saint John Del Rey Mining Company*. Dados retirados da seção “História do Retiro”, disponível em: <http://www.retirodaspedras.com.br/>. Acesso em: 14 de Abril de 2016.

O segundo diagrama desse grupo ilustra um momento posterior, “1970 - Início das invasões”, e destaca um aumento das ocupações na parte sudeste, próxima ao condomínio Retiro das Pedras, o que indica o início da consolidação da ocupação da parte chamada de Jardim Canadá 1. A proximidade com o Retiro das Pedras é relevante, uma vez que nesse assentamento de alto padrão estavam muitas oportunidades de emprego de baixa remuneração, o que atraiu mais gente para o Jardim Canadá.

A despeito de certa regularidade existente em seus primeiros tempos e de ter sido um bairro planejado, o Jardim Canadá foi ao longo dos anos predominantemente ocupado de maneiras diversas e consideradas não convencionais: tanto por invasões, ocupações sem respaldo legal, como também por ocupações multifamiliares concentradas no mesmo lote. Assim, o Bairro foi reconhecido por Laschefski e Costa (2008) como um “dos poucos espaços possíveis de urbanização espontânea da região” (p. 319). A partir de algumas poucas ocupações iniciais, grande parte do adensamento do Bairro aconteceu por intermédio de irregularidades fundiárias. Essa situação do Bairro foi ajustada muito recentemente, no que Joana me retratou como um processo em massa de regularização fundiária, descrito por ela como “regulamentação da bagunça”.

A irregularidade fundiária é um dos denominadores comuns referentes ao processo de urbanização das cidades brasileiras, mesmo que aconteça sob contextos distintos. Enquanto o Jardim Canadá era um bairro com infraestrutura urbana bastante deficitária, erguido à custa dos moradores, com uma arquitetura lenta e muitas vezes acidentada, os seus vizinhos representavam, em alguns pontos, o contrário: assentamentos fechados, bem equipados e dotados de infraestrutura e qualidade urbana, ocupados por uma população de alta renda. Sendo ambos marcados pela irregularidade fundiária. Como o Retiro das Pedras, um dos primeiros exemplares desse tipo de ocupação em Nova Lima, ao longo das últimas décadas do século passado, condomínios fechados se tornaram muito frequentes, apesar da discussão da legalidade desse tipo de ocupação.

Como aconteceu com o Condomínio Retiro das Pedras, os primeiros loteamentos residenciais e fechados localizados no eixo sul, principalmente em Nova Lima, eram costumeiramente apropriados como “sítios de recreio” (COSTA, 2006), ou seja, eram destinados a moradia, mas de caráter temporário, reservadas aos fins de semana e ocasiões similares. Entretanto, a

partir da década de 1970, houve um aumento significativo no número desses parcelamentos, o que proporcionou a ampliação desse fenômeno na década seguinte. Esses novos assentamentos, que abrigavam em sua maioria grupos de alta renda oriundos de Belo Horizonte, foram gradativamente perdendo seu caráter temporário e começaram a se tornar residência fixa para seus proprietários.

Outro fator que estimulou a permanência dessa população saída da capital em Nova Lima foi a inauguração de empreendimentos de grande porte em áreas limítrofes aos dois municípios, como o complexo comercial BH Shopping, em 1979, assim como um investimento pesado no sistema viário. Entretanto, por mais que Nova Lima tenha se estabelecido como local de residência fixa para esses grupos, a incidência de um movimento pendular desses novos habitantes em direção a Belo Horizonte é bastante alta.

Aos poucos, o município de Nova Lima foi acolhendo um grupo expressivo de alta renda saído da capital e adquirindo, para a maioria, função de cidade dormitório. Essa tendência de ocupação, descrita no vetor sul metropolitano, representa um *continuum* da inclinação original da zona sul de Belo Horizonte, que ainda é – e sempre foi – socialmente marcada como área de riqueza, concentrando grande parte da população de alto poder aquisitivo da região (COSTA, 2006). Enquanto isso o Jardim Canadá, mesmo localizado nessa região marcada como área de riqueza e ascendente prosperidade, foi erguido pelo esforço e luta de seus primeiros moradores, excluídos dessa dinâmica.

Esses assentamentos fechados de alto padrão foram se proliferando em Nova Lima a partir da década de cinquenta de forma praticamente ininterrupta, o que criou na tessitura do tecido urbano novalimense a condição que “mais têm se repetido na expansão das cidades brasileiras nos últimos vinte anos” (BHERING; MONTE-MÓR, 2006, p. 291). Tal conjuntura é retratada por esses autores como uma mistura desses condomínios, muitas vezes irregulares, mas com “habitações ricas e bem equipadas”, aos loteamentos nomeados como periféricos, em conjunto com vilas e favelas. Essas ocupações, como o Jardim Canadá, também possuem a irregularidade quase como constante, entretanto são desprovidas de “infraestrutura e condições básicas de habitabilidade” (BHERING; MONTE-MÓR, 2006, p. 291).

Mas considero que foi após a inauguração do conjunto fechado Alphaville Lagoa dos Ingleses, em 1999, que esse fenômeno teve seu apogeu, consolidando Nova Lima como uma cidade de condomínios. Localizado em uma área originalmente pertencente ao grupo de mineração MBR (hoje, Vale), esse Condomínio fica no extremo sul de Nova Lima e é um empreendimento também voltado para a camada de alta renda. É delimitado pelo entroncamento de duas rodovias federais, BR-040 e BR-356, ambas indo em direção ao Rio de Janeiro. Diferente dos seus predecessores, os loteamentos fechados construídos nas décadas anteriores (destinados a serem sítios de recreio), o Condomínio Alphaville é parte de um projeto muito mais ambicioso, tendo sido orquestrado por uma ação conjunta entre uma grande franquia de urbanismo de atuação nacional (o Grupo Alphaville) com outros empreendedores também de grande porte.

Apesar do grande investimento, durante os primeiros anos após o seu lançamento, o Condomínio foi considerado um fracasso, sendo pouco ocupado e recebendo o apelido jocoso de “Alphavela”. Entretanto, aproximadamente uns cinco anos depois da sua inauguração, a valorização do metro quadrado no Alphaville começou a crescer progressivamente, assim como a procura por lotes e casas no local.²¹

A consolidação do Condomínio Alphaville Lagoa dos Ingleses foi muito representativa de um processo de modificação da dinâmica de ocupação da região próxima, sendo em parte responsável por uma segunda corrente de ocupação expressiva no Bairro Jardim Canadá. A chegada de uma nova leva de moradores com alto poder aquisitivo para a região vizinha ao Bairro potencializou a demanda por mão de obra, momento que julgo como próximo ao que

²¹ A tabela retirada do site de aluguel, compra e venda de imóveis do portal eletrônico ZAPMÓVEIS mostra o aumento progressivo do preço do metro quadrado residencial no Condomínio Alphaville Lagoa dos Ingleses, a partir de 2009 até a data do acesso. Disponível em: <http://www.zap.com.br/imoveis/fipe-zap-b/>. Acesso em: 29 de Agosto de 2015.

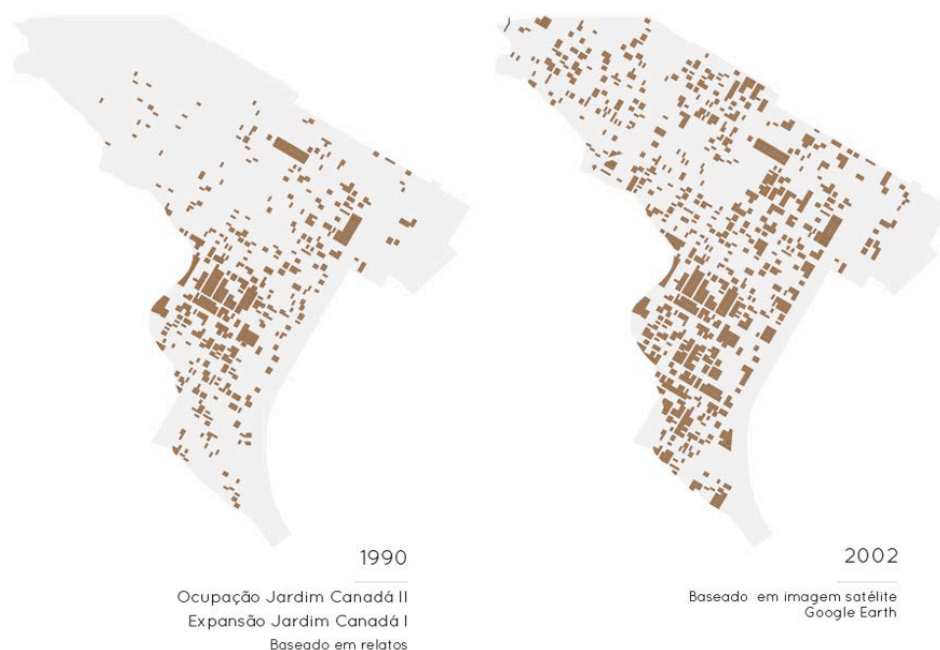


ocorreu após a inauguração do Retiro das Pedras. Atraídos por oportunidades de trabalho no condomínio e pelo baixo custo de se morar no Bairro, um grupo significativo de pessoas de baixa renda se deslocou, aproximadamente após aos anos 2000, para o Jardim Canadá em busca de oportunidades, tanto no Alphaville (e seus pares) como no Jardim Canadá mesmo. O baixo custo tanto da terra como de vida no Jardim Canadá também estava atrelado à desvalorização do Bairro, ainda com infraestrutura deficitária quarenta anos após sua inauguração.

Em paralelo também ao sucesso do Alphaville, não só houve uma explosão no processo de adensamento do Jardim Canadá como a estrutura do Bairro começou a sofrer grandes alterações. Mas, dessa vez, tais mudanças não se relacionavam somente ao aumento da população moradora do lugar; eram vinculadas também a uma mudança no perfil dos serviços oferecidos e à instalação de grandes equipamentos comerciais e industriais de alcance regional (COSTA, 2006) às margens da BR- 040, dentro do Jardim Canadá, como a expansão do complexo formado pelo Posto Chefão e seu restaurante, o Supermercado Verdemar, as agências bancárias e o pequeno *shopping*, instalado a meio caminho entre Belo Horizonte e o Alphaville.

O Bairro, que até então havia passado anos com baixíssima taxa de ocupação e que foi planejado para receber um tipo de uso essencialmente residencial, hoje abriga atividades e empreendimentos variados, como galpões industriais e estabelecimentos comerciais de grande porte. Além disso, recentemente há um processo no qual progressivamente o Jardim Canadá também começou a receber grupos com diferentes perfis de renda em seu território. Atualmente, apesar de o perfil majoritário de renda dos moradores ainda estar na faixa abaixo de três salários mínimos, há um movimento migratório recente de uma população de média e alta renda em direção ao Bairro, sobretudo para sua parte mais nova, o Jardim Canadá 2. Isso justifica os atuais investimentos em melhorias da infraestrutura urbana, assim como a valorização dos imóveis locais e da região próxima.

Figura 7 – Representações das ocupações do Bairro Jardim Canadá em 1990 e 2002



Fonte: Livro *Desejaca* (no prelo). Imagem editada por Andrew Assaf, em 15/09/2015.

A continuação do primeiro grupo de diagramas, vista na Figura 7, ilustra as primeiras ocupações na parte mais nova do Bairro (o Jardim Canadá 2), assim como um maior adensamento na parte anteriormente ocupada (Jardim Canadá 1), a partir da década de 1990. O diagrama da esquerda é anterior à construção do condomínio Alphaville, enquanto o da direita é datado de aproximadamente três anos após a sua inauguração e já mostra um rápido adensamento no Jardim Canadá 2. Apesar de o Alphaville, assim como o Retiro das Pedras e seus pares, estarem associados à categoria “condomínio” (ou “empreendimento”), eu me aproprio da definição de Appadurai (2004) para entendê-los também como bairros, uma vez que

[...] uso o termo bairro para referir as formas sociais efetivamente existentes em que a localidade enquanto dimensão ou valor se realiza de vários modos. Os bairros, nesta acepção, são comunidades situadas caracterizadas pela sua realidade, espacial ou virtual, e pelo seu potencial para a reprodução social (APPADURAI, 2004, p. 238).

Assim, com a inauguração e ocupação de “bairros” próximos, o contexto do Jardim Canadá se alterou drasticamente e de forma fundamental, o que influenciou diretamente na produção das localidades relacionadas a ele.

O último grupo de diagramas da mesma série (Figura 8, apresentada logo abaixo) mostra, em um intervalo bem menor do que os pares anteriores, a aceleração do processo de adensamento do bairro, ocorrido a partir de 2010.

Figura 8 – Representações das ocupações do Bairro Jardim Canadá em 2009 e 2013



Fonte: Livro *Desejaca* (no prelo). Imagem editada por Andrew Assaf, em 15/09/2015.

É muito recente esse aumento veloz no processo de ocupação do Bairro, entretanto essa nova população que se mudou para o Jardim Canadá, especialmente a partir de 2010, já não encontrou um bairro deficitário de infraestrutura urbana, mas um local bem equipado e razoavelmente caro (como discutido na seção anterior). Desde a fundação, os moradores conseguiram, ao longo dos anos, muitas conquistas em relação à qualidade do espaço. Aos poucos, foram providenciados sistema de distribuição de água (2000), coleta de esgoto (2004), pavimentação, iluminação na maioria das avenidas, escolas municipais e posto de saúde. Essas conquistas foram resultado das reivindicações dessa população que se mudou para o Jardim Canadá em busca de oportunidades e lá permaneceu, mas demoraram a acontecer.

Entretanto, foi apenas quando o Bairro começou a se tornar interessante para investidores e empresários, que viram nele “oportunidades”, é que o investimento do Estado aumentou e, como consequência, o processo de adensamento do Jardim Canadá se intensificou. Assim, as melhorias ocorridas nesse intervalo recente de tempo (a partir dos anos 2000) foram muito

significativas. Ivete, que veio para o Bairro em 1999, se refere ao momento de sua mudança como um deslocamento para um lugar do “nada”: “Quando a gente mudou não tinha nada aqui, aqui era nada”. Ainda que atualmente a parte na qual ela mora, o Jardim Canadá 2, não seja muito ocupada, há uma diferença notável com o período da sua mudança, pois, como ela diz: “antes nem luz tinha nessa rua (Vancouver), hoje tem pelo menos”.

Essa rapidez com a qual o Bairro foi ocupado nos últimos anos, além do recente interesse da administração municipal nele, vem junto com o fato de que há uma valorização econômica progressiva dos imóveis. De um “lugar fora das ideias” (MARICATO, 2000), até então praticamente excluído da agenda da administração municipal, o Jardim Canadá começa a progressivamente figurar nela. Entretanto, paradoxalmente, parte da população que tanto lutou por melhorias hoje é onerada por um Bairro que está se tornando progressivamente mais caro. Esse aumento de preço tanto do solo como do custo de vida é atrelado também às melhorias que aconteceram no Jardim Canadá; melhorias que atraíram grupos de média e alta renda para ele.

Não apenas a consolidação dos condomínios de luxo próximo contribuíram nesse aspecto, já que desde 2004 a exploração da mina vizinha ao Bairro, a Capão Xavier, pela Vale, aumentou o interesse no Jardim Canadá por esses grupos mais abastados. Um jovem morador do Jardim Canadá 1, Tiago, me deu o seguinte depoimento quando perguntei qual a diferença entre a parte 1 e 2: “nessa parte nova (o Jardim Canadá 2) mora uns bacanas, gente da Vale, uns engenheiros. Mas nem tão bacanas assim, que ai morava no Alphaville”.

Por último, ao falar sobre os contextos para a produção do Bairro, me delongo sobre a atividade que ocorre na mina e na articulação entre a população e a Vale. Conto a minha percepção sobre o impacto da atividade da Mina no Bairro em conjunto com a exposição da vivência do Alair, morador do Jardim Canadá 2 há aproximadamente dez anos, em uma rua vizinha à Mina Capão Xavier.

3.1.2 Alair, a Mina e a Vale

Nas primeiras vezes em que eu estive no Jardim Canadá, eu realmente esqueci que havia uma mina em atividade nas proximidades (ver Figura 9). Quando comecei a frequentar mais o

Bairro a pé, eu costumava lamentar a escolha desse lugar “poeirento” e vermelho como local no qual eu fazia minha pesquisa. As caminhadas a pé durante períodos sem chuva (especialmente no meio do ano) pelo Jardim Canadá 2, a parte mais nova do Bairro e vizinha à Mina, despertaram a minha percepção face ao meu estranhamento em relação a essa “poeira” e, mais ainda, à terra vermelha. Nas vezes em que fui ao bairro com o pé quebrado, reparava sempre minha bota preta ficar manchada em tons de vermelho.

Figura 9 – Foto de satélite da região da cidade de Nova Lima



Fonte: Livro *Desejaca (no prelo)*. Imagem editada pela autora, em 15/09/2015.

Eu também estranhava bastante a “atmosfera” do Bairro nesses períodos mais secos; não sabia exatamente como descrever a sensação, mas definitivamente havia algo acontecendo lá que eu não entendia bem o que era. Foi numa das primeiras visitas ao JA.CA, feita em julho, quando

alguém que estava lá reclamou da “poeira” e me explicou que ela invadia o bairro por causa da atividade na Mina Capão Xavier, é que eu comecei a entender a minha sensação física e o porque das ruas vermelhas. Foi também conversando no JA.CA, que a Joana me contou do Alair. Ela se lembrou dele exatamente porque falávamos sobre a “poeira”; a partir daí o assunto Mina/Vale surgiu, assim como a figura do Alair.

Alair me pareceu uma pessoa com bastante energia, impressão que se deveu não só pelo que Joana me falou dele, mas reforçada pelas poucas conversas que tivemos. Assim como a própria Joana, ele sempre se mostrou muito disposto, além de muito engajado nas lutas pelo Bairro. Nas nossas conversas, ele não deixava nada passar e sempre estava muito atento a qualquer detalhe, além de dar opiniões bastante diretas.

Amigo do Victor, pai da Joana, Alair é jornalista aposentado e morador do Jardim Canadá 2. Mora no bairro com sua esposa e ambos estão na faixa de idade dos sessenta, podendo ser englobados dentro do grupo de média/alta renda que se mudou para o Jardim Canadá depois da expansão da sua parte nova. Fora esse vínculo, Alair frequentou, juntamente com Joana, algumas reuniões da Associação de Moradores do Bairro. Numa dessas reuniões, segundo ela, ele expôs a ideia de criar um jornal para o Bairro, se disponibilizando a escrevê-lo, sem custos para a Associação. Entretanto, a única forma de financiamento que parecia possível para esse jornal era pedir verbas para a Vale. A empreitada foi logo abortada, uma vez em que, segundo Joana, o “Alair queria exatamente falar sobre a Vale”.

Ele passou os últimos anos antes de se mudar para o Bairro morando em um apartamento na Savassi (região do Bairro Funcionários, localizada na parte centro-sul de Belo Horizonte). Começou a frequentar o Jardim Canadá por causa de um curso de marcenaria oferecido no local, no qual ele se matriculou: “Como não dirijo, vinha de ônibus, o vermelhão; descia no Posto Chefão e subia a Vancouver até depois da Hudson, onde era, e é, o curso de marcenaria. Andarilho, comecei a passear pelo bairro e aprendi a gostar dele”.

O Vermelhão a que ele se refere é o nome popular dado à linha de ônibus intermunicipal que faz o trajeto Belo Horizonte/Nova Lima, o mesmo ônibus que eu utilizo para ir até o Jardim Canadá.

Com o dinheiro da venda do apartamento em Belo Horizonte e seu Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS), Alair e sua esposa compraram uma casa no Bairro, em 2004. Fizeram uma pequena reforma no imóvel e se mudaram para lá em 2005, cansados de morar em apartamento e lugares pequenos:

A casa fica na Rua Essex, que se inicia na Rua Niágara. É a última casa da pequena rua sem saída e meu vizinho do fim da rua é a Mina de Capão Xavier, então pertencente à MBR, hoje comprada pela Vale. Minha rua é na área industrial, tem quatro galpões, um que produz frascos de plástico, outro que faz pães especiais, outro vazio para alugar e um quarto, novinho, que vai mexer com drogas para purificar água de mineradoras (Depoimento do Alair).

Essa fala do Alair me remeteu ao início da minha pesquisa, quando eu estava procurando contatos dentro do Bairro e perguntei para muitas pessoas próximas o que elas conheciam do Bairro e se possuíam algum vínculo lá. Algumas me relataram ter conhecidos ou familiares que trabalhavam no Jardim Canadá. Não foi incomum encontrar pessoas aleatórias e com empregos diferentes com alguma relação com a Vale. A atividade de mineração sempre foi uma grande fonte de renda dentro de Nova Lima, gerando inclusive diversas outras demandas indiretas, como a que o Alair me retratou, assim como outros casos que encontrei.

Na rua do Alair foi inaugurado um galpão destinado à produção de “drogas para purificar água de mineradoras”. Eu também havia conversado com uma amiga, cujo irmão havia passado recentemente a trabalhar no Bairro. A empresa na qual ele trabalha ficava em Contagem (outro município da Região Metropolitana de Belo Horizonte) e se mudou recentemente para o Bairro justamente para prestar serviços de aluguel de caminhões para a Vale.

A mineração, assim como qualquer atividade relacionada a ela, não é a única fonte de renda e movimentação econômica no Bairro. No Jardim Canadá existem também, entre outras atividades, pequenos comércios, lugares de produção de cerveja artesanal, oficinas mecânicas para o atendimento de carros de luxo. Mas não há como negar que, quanto mais incursões a campo eu fazia, mais eu ouvia o nome Vale, ainda que por motivos completamente distintos. Nas conversas com o Alair eu pude descobrir mais algumas outras histórias relacionadas à empresa e à Mina. A partir da convivência com as pessoas do JA.CA, eu descobri o financiamento em massa (e o porque disso acontecer) da empresa para as organizações não

governamentais do lugar. Porém o Alair não era apenas um vizinho da Mina que havia tentado, sem sucesso, participar da Associação do Bairro. De todas as pessoas com as quais eu havia conversado, ele me parecia o mais engajado, mais direto em suas opiniões e o que não tinha a menor simpatia pela empresa.

Logo ele me contou um caso de quando havia se mudado para o Jardim Canadá. Ainda em 2005, pouco após a sua mudança, com o início do período de chuva, sua casa foi alagada. A Rua Essex tem um ligeiro declive em direção ao fundo e, sendo sua casa a última da rua, é exatamente para esse ponto que a água tende a escoar e acumular, caso não exista um sistema de drenagem pluvial. A situação foi agravada uma vez que “a rua era represada por uma montanha de rejeitos que a MBR, hoje Vale, fez o favor de colocar do lado de minha casa”. Depois desse incidente, por causa da “poeira e do aguaceiro”, ele procurou a então MBR, que nesse primeiro contato nada fez. A solução foi “ir para a justiça” e, assim que teve sua causa ganha, a empresa teve um prazo de trinta dias para “fazer um bueiro de escoamento de água e plantar o monte de rejeito para diminuir a poeira”. Tais medidas foram executadas, entretanto ele ressalta a total ausência da Prefeitura de Nova Lima, que mesmo com “inúmeras correspondências protocoladas” e constante procura do morador, nada fez.

Quando ele me contou esse caso, eu imaginei que a casa dele não deveria ser o único local afetado pela atividade na Mina. Indaguei ainda como a população do Bairro, de forma geral, lidava com a questão da exploração da Mina e com a Vale, imaginando que essa relação ocorresse em uma via de mão dupla. Se o Bairro já foi onerado pela falta de infraestrutura e pelo descaso da administração municipal, as obras feitas pela Vale me pareceram de alguma importância nesse contexto.

Em 2002, a então MBR (hoje, Vale), enquanto aguardava a aprovação do processo de licenciamento ambiental da Mina Capão Xavier, negociou acordos com a população do Bairro de maneira a minimizar a imagem negativa da empresa e como medidas compensatórias (WELTER, 2008). Tais acordos envolviam obras na Praça Quatro Elementos, a construção de um campo de futebol, assim como o asfaltamento de algumas ruas.

Entretanto, a presença da Vale no local também traz diversos problemas, fora o óbvio impacto ambiental. Por exemplo, o episódio referente à pilha de rejeitos de minério de ferro na porta

da casa do Alair, que acredita que “o povo não tem instrução e veneram a Vale quase como santa. Não veem o mal que a mineradora faz para o Bairro”. Na hora em que o ouvi, tal depoimento fez bastante sentido pra mim, pois observei que as denúncias são bastante pontuais e ligadas a pessoas (o próprio Alair) e movimentos (Capão Xavier Vivo)²² específicos. Ainda tem o fato de que a Vale financia a maioria das ONG dentro do Bairro, conforme Joana me relatou. Esse financiamento direto é uma maneira segura da empresa “amaciar” a sua relação com a população e ser lembrada mais pelos benefícios que oferece do que pelos impactos que causa.

O depoimento do próprio Alair também revela mais problemas nessa relação, relativos à exploração direta dessa Mina em uma área vizinha de ocupações residenciais. A atividade na Mina causa não só um impacto ambiental nessa área tão delicada e relevante ambientalmente, assim como “as explosões para tirar minério para a China, danificaram várias casas na vizinhança da Vale, inclusive a minha que tem trincas visíveis a olho nu”. Com as reclamações feitas por ele e ameaças “na justiça”, a Vale contratou um grupo, vinculado à UFMG, para fazer medições com sismógrafos a fim de detectar se havia abalos no solo das imediações por causa das explosões.

Segundo ele, não houve como acompanhar essa medição, pois ele estava ausente no dia. Foi feita uma reunião na Associação de Moradores e produzida uma ata sobre esse evento, entretanto ele relata que a “Associação de Moradores era e é pelega da Vale. Eles se reuniram com a Associação, fizeram uma ata que nunca vi e nada foi feito”. A situação só foi de certa forma solucionada pela diminuição das atividades da Mina, mas essa diminuição ocorreu pelo decréscimo na demanda pelo minério de ferro e não como medida para mitigar os impactos na região, o que, de certa forma, diminuiu um pouco a tensão entre Alair e a empresa: “Hoje agradeço à China que parou de levar ferro e as bombas que balançavam minha casa pararam de ser explodidas”.

²² O Movimento Capão Xavier Vivo é um movimento social que congrega diversas pessoas e entidades na luta pela preservação do meio ambiente e dos mananciais de abastecimento público da Região Metropolitana de Belo Horizonte: Ribeirões de Fechos, Mutuca, Catarina e Barreiro, integrantes do sistema Alto Rio das Velhas. O projeto de implantação da mina para exploração de 173 milhões de toneladas de minério de ferro pela MBR - Minerações Brasileiras Reunidas S/A é uma ameaça ao abastecimento público de Belo Horizonte, além de provocar grandes estragos ambientais. Disponível em: <http://www.capaovivi.org.br/>. Acesso em: 26 de outubro de 2015.

A história da exploração dessa jazida, que concentra grande quantidade de minério de ferro, começou no ano de 1998, quando a antiga MBR (hoje englobada pela Vale) protocolou junto à FEAM (Fundação do Estado de Meio Ambiente) uma solicitação de licença prévia (LP) para a exploração de minério no local. No início do ano 2000 foi realizada uma vistoria no lugar, quando foram encontradas diversas disparidades com o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e com o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) apresentados. Assim, a análise desse processo foi suspensa até a retificação dessas irregularidades (WELTER, 2008, p. 29). Dois anos depois, em 2002, a mineradora MBR entrou com uma nova solicitação de licença após a publicação de novos EIA/RIMA.

A licença prévia para a instalação desse empreendimento foi conquistada em 2003 e no mesmo ano a mineradora solicitou uma licença de instalação (LI), que foi concebida no fim desse, com a condição de que fossem cumpridas algumas condicionantes. No início do ano seguinte a MBR solicitou uma licença de operação (LO), concebida dois meses depois (março de 2004). Em 2006 a companhia Vale adquiriu todas as ações da empresa Caemi, que detinha 85% da MBR. Como já possuía 5% das ações, hoje (2015) a Vale detém 90% das ações da antiga MBR.

Durante esse período, enquanto esperava a licença prévia, a MBR, empresa responsável pela Mina até então, já havia tomado algumas medidas para diminuir o impacto da exploração dessa e conquistar as licenças solicitadas. Dentre essas medidas, estavam algumas diretamente relacionadas a melhorias na infraestrutura do Jardim Canadá, listadas acima. Desde então, apesar dos impactos negativos da atividade minerária na vizinhança próxima, pouco se ouve falar tanto da Mina quanto da Vale. Esse silêncio parece bastante curioso, uma vez que a exploração dessa jazida contraria algumas leis e decretos ainda em vigor.

Neste momento, dialogo com o estudo de Welter (2008) sobre os impactos socioambientais da instalação da Mina Capão Xavier numa área de preservação ambiental, o qual mostra como a obtenção das licenças prévia, de instalação e de operação vão em direção contrária a algumas legislações estaduais e federais ainda válidas. Dentre as leis e decretos descumpridos, levantados pela autora, destaco a Lei Estadual nº 10.793/1992, que dispõe sobre a proteção de mananciais destinados ao abastecimento público no Estado. Segundo o texto da própria lei, no item II do “Art. 4º - Fica vedada a instalação, nas bacias de mananciais, dos seguintes projetos

ou empreendimentos que comprometam os padrões mínimos de qualidade das águas: II - atividade extrativa vegetal ou mineral;”.

A interpretação dessa lei é bastante clara no sentido de que, nessa área, que contém quatro mananciais, a extração de minério de ferro, além de prejudicial, deveria ser vetada. Entretanto não é o que ocorre. A exploração da Mina acontece desde 2004, ainda que sob protestos de alguns poucos moradores e movimentos sociais, como Alair e o “Capão Xavier Vivo”.

Fora a discussão sobre a legalidade da exploração do minério nessa área com grande concentração de bacias hidrográficas, sem adentrarmos muito na questão dos impactos ambientais, existe toda uma multiplicidade de influências causadas pela existência de uma mina sendo explorada nesse local. Alair também relatou um triste episódio da morte de um jovem de dezoito anos, dentro do território da Mina. Esse lugar é frequentemente invadido pela população, inclusive alguns artistas residentes no JA.CA também fazem isso. Como o local é cercado apenas por frágeis telas de arame, “os moradores arrombam sempre para ir nadar, se drogar, fazer sexo, até pescar”; Alair nomeia o lugar como “cracolândia da Vale”. Existe um lago nessas imediações, no qual esse jovem morreu afogado em 2015.

O rapaz foi velado em uma pequena sala no bairro, construída com verbas da Vale. Segundo Alair, a empresa forneceu setenta mil reais para a construção dessa “saleta”, construída pela Associação de Moradores. Também relatou que a prefeitura sequer foi procurada para fornecer recursos:

O irônico é que, depois de fornecer recursos para a saleta-velório, a Vale agora parece querer fornecer também os cadáveres para serem velados. Sob pressão minha e de minha mulher, a Vale remendou as cercas de arame que já estão devidamente arrombadas. A responsabilidade social da empresa nunca existiu, só para inglês e chinês ver (Depoimento do Alair).

Alair me retratou a Associação do Bairro como “uma ONG fantasma” e relatou como ele tentou, sem sucesso, fazer parte dela:

Não tem nem um associado, ninguém dá um tostão para a Associação, não tem atas confiáveis, não tem convocação para eleição de diretoria, não se sabe quem elege quem, mas a turma dos políticos está lá grudada, igual carrapato e não tem interesse algum em regularizar a Associação. Tem até

gente de BH, “garrada” na associação e na igreja e nos comerciantes para tentar se eleger vereador pelo Bairro (Depoimento do Alair).

O relato de Alair vai ao encontro da opinião da Ivete (do JA.CA) sobre a Associação. Em uma de nossas conversas, quando perguntei se ela frequentava as reuniões, me falou: “não, não vou, lá só fala de condomínio”. Ela também me confirmou que os políticos até faziam campanha no Bairro e que na gestão atual havia um vereador saído de lá. Entretanto, assim que assumiam eles “viravam as costas para o Bairro”.

Durante muito tempo eu considerei a situação do Jardim Canadá, no que concerne à presença da Vale, como ambígua, pois diante do descaso histórico ao qual o Bairro fora relegado pelo poder público, a Vale, em alguns aspectos, trouxe benefícios para os moradores e para a estrutura do Jardim Canadá. A empresa, apesar de contribuir ferozmente para causar danos ambientais na região, ainda é fonte de renda, de empregos diretos e indiretos e, mesmo que de maneira bastante superficial, realizou algumas obras de infraestrutura no Bairro.

Assim como assumiu e ainda assume responsabilidades que deveriam estar a cargo da administração municipal, a Vale domina espaços de representação dos moradores, como a Associação, e controla muitas das organizações não governamentais locais. Joana, em um dos dias em que eu estava no JA.CA, me relatou que a ONG tem uma “relação engraçada” com a Vale. Como exemplo dessa relação, ela me contou um caso sobre uma reunião organizada pela empresa com outras ONGs situadas no Jardim Canadá; dessas, o JA.CA era a única que não recebia dinheiro da Vale. Ela me apresentou a relação do JA.CA com a Vale como amigável (“a Vale gosta da gente”), o que eu percebi tanto pela presença dela nessa reunião como pelo fato de ela também ter contatos dentro da empresa.

Entretanto, ficou nítida a desconfiança dela com a empresa (“todo lugar em que eu trabalhei sempre lidava com a Vale”) que, segundo ela, conseguia contaminar todas as suas relações, criando “uma grande dependência econômica” por onde passa. Ela também me explicou que era complicado se associar à Vale; mesmo o JA.CA não sendo uma ONG ambiental, a “Vale vicia as relações, ela dita as regras e a ONG vai amaciar as relações com a comunidade para ela”.

No contexto da vizinhança do Jardim Canadá, eu entendia o Alair, a Joana e o movimento Capão Xavier Vivo como alguns dos poucos que ofereciam resistência a essa presença predatória da mineração. Dentro de uma ótica desenvolvimentista, a despeito dos muitos impactos socioambientais, a empresa traz mais benefícios do que prejuízos para o Jardim Canadá. Essa nunca foi a forma pela qual eu observava a situação, apesar de achar compreensível o fato de a população, no geral, ter simpatia pela presença da Vale no Bairro.

Eu imaginava um grupo de moradores passivos, felizes com a constância da Vale no bairro e me deixei levar muito por uma fala do Alair, citada logo acima, a respeito da população entender a Vale como santa, como mãe. Entretanto, a fala do próprio Alair já narra um episódio de resistência. Existe nos arredores da mina uma lagoa, chamada por ele de “Cracolândia da Vale”, que os moradores frequentam, sem a menor cerimônia, como área de lazer.

Essa área da mina, a lagoa e seus arredores é literalmente invadida, sem entrar no mérito de que a posse de uma área com uma concentração de bacias hidrográficas, de tamanha riqueza e relevância ambiental, por uma empresa privada é, no mínimo, questionável fora da ideologia desenvolvimentista dominante. Porém, eu havia deixado de considerar que, a despeito das relações muito assimétricas entre a Vale (e seus beneficiários) e grande parte da população moradora do bairro, havia também resistências. Foucault (2003) define bem o fato de que toda dominação carrega em si a semente para a resistência:

Nesses casos de dominação – econômica, social, institucional, ou sexual – o problema, com efeito, é o de saber onde vai se formar a resistência. [...] Numa tal situação de dominação, deve-se responder a todas essas questões de um modo específico, em função do tipo e da forma precisa de dominação. Mas a afirmação, “você enxerga o poder em todo lugar; logo não existe lugar para a liberdade”, parece-me absolutamente inadequada. Não se pode atribuir a ideia de que o poder é um sistema de dominação que tudo controla e não deixa lugar para a liberdade (FOUCAULT, 2003, p.51).

Mesmo que essas resistências aconteçam de formas diferentes da que eu esperava, elas existem em outros lugares, além da ação e da fala dessas poucas pessoas que eu mencionei. Transformar parte do território da mina em área de lazer funciona como uma forma cotidiana de resistência (SCOTT, 1985), o que me soou como uma lembrança da escassez de espaços públicos de qualidade no Jardim Canadá e como uma das maneiras que a população encontra para lidar com tal fato.

Faço um paralelo com o trabalho de Ana Gabriela Ferreira (2015), uma monografia a respeito das narrativas e dos cotidianos relacionados com os efeitos da mineração na cidade de Itabira, Minas Gerais. Assim como Nova Lima, Itabira tem seus primeiros registros oficiais no período do ciclo do ouro e foi o lugar no qual a antiga Companhia Vale do Rio Doce, hoje apenas Vale, foi fundada. É uma cidade fortemente marcada pela atividade minerária, assim como pela presença dominante da Vale. A pesquisa de Ferreira (2015) apresenta uma abordagem crítica a respeito das narrativas contadas em relação ao desenvolvimento da cidade, focando em como seus habitantes lidam com a questão da mineração.

Nesse estudo, são apresentados trechos de literatura e poesia brasileira, como também são expostas “uma pluralidade de vozes”, inclusive a da autora, que nasceu e foi criada na cidade. Ferreira (2015) exhibe as relações assimétricas existentes entre a mineração e seus sujeitos, alguns atingidos, outros beneficiados (os filhos da “mãe Vale”, que trabalham na empresa) e alguns em posição híbrida. Apresentando a assimetria dessas relações, a autora as reconhece como “relações de poder” e também expõe alguns atos de resistência que acontecem tanto na literatura como nos relatos e nas histórias de vida dos sujeitos afetados. Ferreira (2015) relata:

Um dado sistema de intenções de poder projetou sobre um dado espaço – conhecido como Itabira – um sistema sêmico, e por ele tornou enunciável a territorialização da mineração; mantendo-a dominante ao logo dos anos por atualizações no enunciado que, reiteradamente, apregoam o extrativismo como caminho racional e único em direção ao melhor de uma sociedade (FERREIRA, 2015, p. 27).

Tal enunciado foi feito sobre Itabira, mas a analogia com Nova Lima é bastante próxima. Assim, se são reconhecidas práticas dominantes como a mineração e a existência de sujeitos beneficiados por ela, a autora expõe algumas formas de resistência dos subjugados nessa dinâmica, que passa pela “resistência poética”, como a criação de uma linguagem local chamada Camaco.²³ Durante a década de 1950 Itabira abrigava diversos falantes da língua inglesa, entre eles engenheiros e equipe técnica que ocupavam cargos de relativa importância dentro da Vale. Os trabalhadores itabiranos criaram a linguagem Camaco e “assim podiam

²³ Segundo Ferreira (2015) “a linguagem Camaco consiste em trocar a primeira consoante ou grupo consonantal da segunda sílaba pela primeira letra da primeira sílaba. Assim, ‘linguagem’ vira ‘guinlagem’ (ou ‘guilagem’) e macaco vira ‘camaco’” (p. 70).

conversar em liberdade em meio aos dirigentes estrangeiros, sem perigo ao emprego” (FERREIRA, 2015, p. 70).

A criação da linguagem Camaco, assim como a invasão da “lagoa da Vale” na mina Capão Xavier, são atos de resistência cotidianos, como bem define Scott (1985). As invasões da lagoa, atos sorrateiros praticados por alguns moradores do bairro, subvertem e desafiam as relações de propriedade e, salvo no caso do afogamento, divulgado nos meios de comunicação locais, esse tipo de ação não produz manchetes nos jornais.

Assim, a produção do Bairro Jardim Canadá acontece sob diversos contextos; no meu recorte, priorizei mostrar os que estão relacionados de forma direta ou indireta com as ações das mineradoras, desde a exploração da Mina Capão Xavier aos outros “bairros”. No próximo tópico, abordarei um momento reconhecido como o de fundação do Bairro Jardim Canadá.

3.2 Dos planos à fundação do Bairro

3.2.1 O contexto do planejamento

Após a apresentação de alguns dos contextos da produção do Bairro Jardim Canadá, discuto, neste tópico, o momento da sua fundação, a partir da exposição do projeto e dos planos iniciais que foram feitos para ele. Esse momento foi marcado pela ação de empreendedores privados (tanto a mineradora proprietária das terras nas quais o Bairro foi parcelado como a empresa responsável pelo projeto e pela urbanização) que, por meio do planejamento urbano, criaram sobre o espaço existente a demarcação para o Bairro que seria inaugurado. Nesse aspecto, Appadurai (2004) reconhece:

A construção de localidade tem sempre um momento de colonização, um momento histórico e fenotípico em que há um reconhecimento formal de que a produção de um bairro requer ação deliberada, arriscada, até violenta, relativamente ao solo, às florestas, aos animais e aos outros seres humanos (APPADURAI, 2004, p. 244).

Resgato os resquícios de um “mito fundador”, sobre o qual eu não encontrei nenhuma fonte oficial ou publicação, de que o Bairro foi nomeado Jardim Canadá pela presença de pequenos assentamentos de migrantes canadenses no local. Eu não consegui verificar a veracidade da

história, mas, ainda assim, os rastros da existência de ocupações iniciais nesse espaço foram apagados dos relatos e da narrativa oficial. Não apenas dos relatos; esses sujeitos foram obliterados do próprio lugar para que o Bairro Jardim Canadá passasse a existir.

Embora o parcelamento do Bairro tenha inicialmente acontecido com o financiamento exclusivo da iniciativa privada, a criação de espaços concebidos por planejamento comumente recebe forte incentivo do Estado, em paralelo à inibição das ocupações que, por ventura, ocorram de maneira espontânea. Esse incentivo resulta, por exemplo, no fato de a atual Legislação de Uso e Ocupação do Solo de Nova Lima ser extremamente permissiva para os empreendedores, de maneira a incentivar e facilitar a construção de condomínios fechados e empreendimentos similares na cidade.

Esse incentivo do Estado para o ordenamento do seu território, sendo o planejamento urbano fundamental para tanto, vai ao encontro do que Foucault (1978) expõe sobre a criação de Estados nacionais e a necessidade de que seja mantido o equilíbrio entre eles e neles. Cada Estado deve se manter forte o suficiente para se conservar, sem que isso engula os outros Estados, nem o leve à destruição. Um dos instrumentos para tanto é a “polícia”,²⁴ definida “como conjunto dos meios pelos quais é possível fazer as forças do Estado crescerem, mantendo ao mesmo tempo a boa ordem desse Estado” (FOUCAULT, 1978, p. 421).

Dessa forma, a polícia deve se ocupar de inúmeras ações, sendo uma delas relacionada com o controle da população, já que a força de um Estado também está vinculada aos seus habitantes. Tal controle não acontece apenas numericamente, uma vez que deve ser assegurada a “boa vida” dessa população, além do seu crescimento numérico. A boa vida ocorre tanto pelo suprimento de necessidades básicas como pelo tratamento do “problema da saúde”, questão posta como coletiva, sendo a saúde cotidiana almejada como “objeto permanente de ocupação da polícia” (FOUCAULT, 1978, P. 436).

As cidades, portanto, reconhecidas pela capacidade do alastramento de doenças, foram repensadas de maneira a criar

²⁴ O termo “polícia” apresentado por Michel Foucault (1978) “tem um sentido totalmente diferente do que hoje entendemos” (FOUCALUT, 1978, p. 420).

[...] um novo espaço urbano que será submetido, subordinado a princípios, a preocupações de saúde: largura das ruas, dispersão dos elementos que podem produzir miasmas e envenenar a atmosfera, os açougues, os matadouros, os cemitérios. Portanto toda uma política do espaço urbano ligada a esse problema de saúde” (FOUCAULT, 1978, p. 436).

Assim, o ordenamento das cidades acontece como medida fundamental para assegurar a governamentalidade. Por meio do controle sobre a produção do espaço, operada, entre outros meios, pelo planejamento urbano, feito por equipes profissionais específicas, com respaldo do saber técnico, é que se almeja a existência de cidades mais habitáveis e salubres, nas quais predomine a “urbanidade”. É na suposta qualidade desses espaços que está garantida a segurança da população e, logo, a força de um Estado.

Ironicamente, o projeto do Bairro Jardim Canadá sobreveio seguindo esses princípios, em conformidade com a proposta de produção de espaços urbanos guiados pelo planejamento e, em especial, aquele que prioriza uma configuração funcional e higienista. O Bairro foi pensado e executado com avenidas e traçado típicos do estilo de urbanismo moderno, repetindo o padrão frequente nos projetos urbanos brasileiros, no qual “o modernismo tem sido o idioma dominante da arquitetura e do planejamento urbano no Brasil até hoje” (CALDEIRA, 2000, p. 310).

Podemos ver no traçado do Jardim Canadá uma disposição regular, ortogonal e que, na linguagem coloquial recorrente entre os profissionais de planejamento urbano, pode ser chamado de “militar”. O Bairro é composto por avenidas amplas, com intenção de serem arborizadas, que deviam garantir, além do trânsito seguro de pessoas e veículos, uma boa qualidade de vida para aqueles que morassem e circulassem por lá. Teoricamente, essa qualidade do espaço é assegurada não apenas pela presença de áreas verdes, mas também pela presença de uma infraestrutura urbana certificada pela previsão de sistemas de coleta de esgotamento sanitário e distribuição de água ao longo das largas avenidas, o que, apesar de ter sido previsto nos planos, não foi exatamente o que aconteceu no âmbito do espaço vivido (LEFEBVRE, 1991).

O projeto urbano do Jardim Canadá é marcado pela “racionalidade, funcionalidade e regularidade” típicos do urbanismo modernista sobre o qual discorre Vainer (2000). Esse autor dispõe sobre o urbanismo modernista em paralelo com um novo modelo de

planejamento, o planejamento estratégico (que será discutido posteriormente), mostrando analogias de ambos os modelos de planejamento com a gestão de uma empresa:

Não é a primeira vez que, para efeito de seu planejamento, a cidade toma como protótipo a empresa privada; de fato, todo o urbanismo modernista teve como modelo ideal a fábrica taylorista, com sua racionalidade, funcionalidade, regularidade e produtos estandardizados.

"Lendo a Carta de Atenas, cremos às vezes estar lendo uma transposição quase direta das teses de Taylor ao urbanismo [...] *A cidade adquiriu o caráter de uma empresa* estudada de antemão e submetida ao rigor de um plano geral... a cidade não será mais o resultado desordenado de iniciativas acidentais [...] O acaso sucederá ante a previsão, o programa sucederá a improvisação" (ASCHER, 1995, p. 87 apud VAINER, 2000, p. 85. Grifos do autor)

3.2.2 O projeto do Bairro

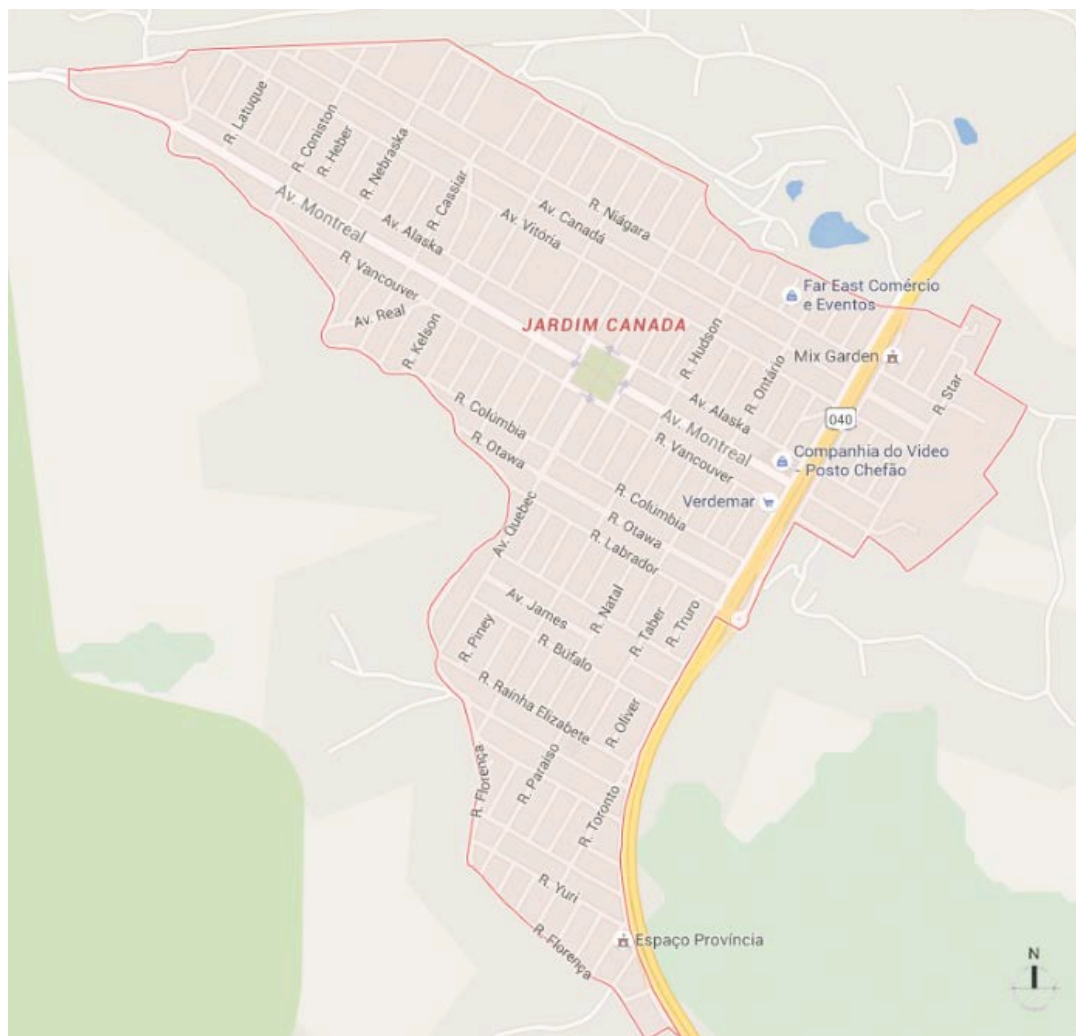
A Figura 10, apresentada na próxima página, é uma representação retirada do *Google Maps* e ilustra a conformação do Bairro, deixando claro como o projeto e a execução do loteamento tenderam para esses pressupostos modernistas. O desenho é ortogonal, com os eixos principais bem demarcados. O sistema viário é composto por ruas e avenidas largas, o que podemos perceber pela comparação com a rodovia federal, destacada em amarelo.

Dentre as avenidas, podemos destacar as maiores e principais (em termos de hierarquia no sistema viário), que cortam o Bairro longitudinalmente, como eixos viários fundamentais. A Avenida Montreal funciona como uma espinha dorsal, sendo a maior via do local, tanto em extensão como em largura. Sai diretamente da BR-040 e é interceptada pela Praça Quatro Elementos no seu ponto central e mais alto, chegando até o fim do loteamento. Há uma alternância no sentido da disposição das quadras, o que permite a criação de diversas avenidas paralelas semelhantes à Montreal e que, embora menores, também são diretamente ligadas à BR-040.

A BR-040 também é um eixo essencial no Bairro, chegando a cortar um pedaço dele. Entretanto a articulação que a Rodovia oferece é em escala diferente daquela representada pela Avenida Montreal. A presença da BR funciona como uma conexão em escala regional, não apenas por ser uma ligação viária fundamental com outros lugares de Nova Lima (o

Alphaville, por exemplo) como também por ser uma rodovia federal e fazer a conexão com outros estados e com outros pontos da cidade.

Figura 10 – Imagem do Bairro Jardim Canadá retirada do *Google maps*



Fonte: *Google maps*. Acesso em: 02 de julho de 2015. Edição da autora.

O Jardim Canadá foi projetado com 227 quadras e aproximadamente seis mil lotes distribuídos nesse traçado regular, ordenado por avenidas que atuam como grandes eixos cortados perpendicularmente por ruas menores e secundárias. Dos lotes disponíveis no bairro, 500 foram designados para implantação da Mina de Capão Xavier e da Estação Ecológica de Fechos.²⁵ Tal projeto urbano, tanto no que se refere à demarcação das vias como à divisão dos

²⁵ “Na área conhecida como Estação Ecológica dos Fechos, que fica entre a BR-040, o distrito de São Sebastião das Águas Claras (Macacos) e os condomínios Vale do Sol, Pasárgada e Morro do Chapéu, estão sete nascentes responsáveis pelo abastecimento de parte da Região Sul de Belo Horizonte, com vazão de 500 litros de água por segundo”. Disponível em: <http://www.valedosol.org/estacao-ecologica-fechos/itemid-25>. Acesso em: 22 de setembro de 2015.

lotes, permaneceu com pouquíssimas alterações formais de desenho e forma desde a época do seu planejamento.

Praticamente todos os lotes no Bairro possuem as mesmas medidas, área e forma. Essa homogeneidade, além de ser fruto desse estilo de desenho ortogonal e cartesiano que prioriza linhas retas e relações de perpendicularidade entre elas, é um facilitador para o controle do Estado (como também dos agentes privados) sobre a propriedade. Segundo Scott (1998), em uma analogia sobre homogeneização de florestas, a mesma lógica pode ser aplicada nesse padrão de projeto, no qual “não apenas a regularidade da malha cria legibilidade para a taxa tributária, mas é uma forma conveniente de agrupar terras e mercado em unidades homogêneas” (SCOTT, 1998, p. 67, tradução da autora).

Em sua maioria (se não todos), os lotes do Jardim Canadá têm área de 360m², tamanho que é acolhido pelo mercado como destinado para ocupação das camadas de média a baixa renda. O lote padrão possui testada (frente) de 12m e profundidade de 30m. A área mínima exigida pela Lei Federal de Parcelamento do Solo (Lei n 6.766, de 19 de dezembro de 1979) é 125m², menos da metade da área padrão do Bairro. Entretanto, essa área usada no Jardim Canadá é a mínima no contexto de Nova Lima (determinado pelo plano diretor da cidade, legitimado pela Lei n° 2007, de 28 de agosto de 2007) para ocupações residenciais que não sejam de interesse social.

A homogeneidade dos lotes corresponde a uma intenção não apenas de desenho, mas também facilita o controle sobre essas terras, assim como demarcam um direcionamento da venda para grupos sociais de média e baixa renda. Essa intenção também é fortalecida pela ortogonalidade das avenidas, escolha de projeto e execução que, além de confluir com o padrão do estilo do planejamento adotado, é revertida em ruas cuja implantação é mais fácil e barata do que aquelas com trajetórias não lineares.

Quando executada, uma rua não é apenas um caminho asfaltado, mas envolve toda uma infraestrutura urbana atrelada a ela. Geralmente, essa estrutura conta com sistema de drenagem, esgotamento sanitário, distribuição de água, iluminação, sendo alguns desses elementos subterrâneos e outros não. Esse não é exatamente o caso do Jardim Canadá, cuja

infraestrutura urbana não foi totalmente executada pelo grupo empreendedor responsável pelo parcelamento do Bairro. Esses sistemas operam em rede e, além disso, só funcionam por retas interligadas; não há como executar alguma rede desse tipo por tubulações curvas. Avenidas retas como as vistas no Bairro são mais favoráveis tanto para a própria demarcação no solo como para a instalação desses sistemas; logo, são mais baratas de serem executadas. No caso de uma rua curva, esses sistemas continuam funcionando em linha reta (única forma possível de executá-los), mas exigem quebras e adaptações para que as curvas sejam retificadas, o que obviamente encarece bastante o processo, o que não é o caso das avenidas do Bairro.

Desenhos predominantemente orgânicos, cujas avenidas são fluidas e curvas, quase sempre acontecem em parcelamentos de luxo ou alto luxo. Loteamentos de padrão popular são desenhados para serem os mais baratos possíveis. Logo, a ortogonalidade do projeto é também uma marca de loteamentos destinados para classes de poder aquisitivo menor, salvo quando a topografia do terreno, por ser acidentada, torna quase inviável a execução de ruas retas. Existe um pequeno manual de grande circulação, especialmente entre os urbanistas que trabalham com loteamentos, feito por um engenheiro civil brasileiro chamado Juan Luis Mascaró. Seu “caráter é essencialmente prático” (MASCARÓ, 2002, p.3) e ele contém algumas diretrizes para os projetistas desses loteamentos. Uma parte do manual orienta:

Do ponto de vista de sua economia, pode-se dizer que, em princípio, todos os traçados não ortogonais têm custos maiores que os ortogonais e apresentam taxas de aproveitamento menores, porque formam glebas irregulares, significando assim uma dupla “deseconomia”. Seus custos são ainda superiores, porque os quilômetros de vias necessárias para servir a uma mesma área urbana são maiores, e o perímetro dos quarteirões aumenta na medida em que afastamos do quadro. Os cruzamentos, por serem atípicos, também terão maior superfície a ser pavimentada (MASCARÓ, 2002, p. 37).

Então, o traçado idealizado para o Jardim Canadá já inscreve um tipo de ocupação desejável para ele: destina-se às classes médias. Vale ressaltar que nem sempre esse estilo ortogonal acontece exclusivamente com essa intenção de economia. O hipercentro de Belo Horizonte, por exemplo, também foi projetado por esses princípios modernistas, mas a intenção, assim como a época, eram outras. No caso de um loteamento recente, do fim da década de cinquenta e executado por um empreendedor privado, esse tipo de desenho representa não apenas uma inspiração nos traços mais frequentes do planejamento brasileiro (cujo padrão comum é alinhado ao estilo moderno), mas também uma clara intenção de obter vantagens econômicas por intermédio de um tipo específico de projeto.

3.2.2.1 As pequenas mudanças no projeto original

A Figura 11 mostra uma sobreposição do projeto urbano original do Bairro marcado com diferentes manchas representando as alterações da sua forma. O triângulo laranja mais escuro, localizado na parte superior, indica algumas quadras que estavam no plano original, mas não foram executadas. Essa área atualmente foi englobada como parte do território da Mina Capão Xavier.

Figura 11– Foto de satélite do loteamento do Bairro Jardim Canadá



Fonte: Livro *Desejaca* (no prelo). Imagem editada por Andrew Assaf, em 15/09/2015.

Do outro lado da BR-040, marcadas em laranja mais claro, estão quadras que, assim como as mencionadas, fazem parte do projeto original, mas não foram parceladas nem apropriadas dessa forma, uma vez que a área sobre a qual elas estão situadas foi posteriormente transformada em área de preservação ambiental da Estação Ecológica de Fêchos. Essa estação foi inaugurada em 1994, por força de um decreto estadual, e abrange os mananciais Mutuca e Fêchos (WELTER, 2008). Além dos mananciais, também estão situadas nessa área grutas e sítios arqueológicos, reconhecidos pelo Instituto Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico (IPHAN) como patrimônio natural.

Esses lotes hoje são motivo de processo. À época da aprovação do projeto do Bairro, seguida de sua execução, a empresa responsável pelo processo (Companhia Urbanização e Melhoramentos S.A., 1958) doou esses lotes para a Prefeitura de Nova Lima em troca da isenção da responsabilidade de construir a Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), o sistema de captação e drenagem de águas fluviais, assim como o parque ecológico para o Bairro. Essa responsabilidade foi passada para a prefeitura da cidade, mas não foi cumprida por ela. Posteriormente, esses lotes foram transferidos para a Prefeitura de Belo Horizonte, em conjunto com essa responsabilidade.

Tendo em vista a não execução dessas obras prometidas, os herdeiros dos donos da Companhia Urbanização e Melhoramentos pedem a devolução desses lotes para que eles se responsabilizem por essas obras. O interesse nesses lotes, aproximadamente cinquenta anos após a inauguração do Bairro, é justificado pelo valor deles, pois atualmente o metro quadrado no Bairro vale, em média, R\$ 3.000,00. Portanto, estamos falando de terras que, hoje, valem aproximadamente cem milhões de reais.

Na mesma Figura 11 estão marcadas com manchas transparentes em tons de amarelo áreas que não fazem parte do parcelamento original, mas que foram posteriormente parceladas e ocupadas, mesmo fora desse plano, se tornando parte do território do Bairro. Independente da existência de um projeto urbano para o loteamento do Bairro Jardim Canadá, assim como da execução que parece bastante fiel a ele (com algumas pequenas alterações), o espaço vivido (LEFEBVRE, 1991) apresenta diferenças bastante perceptíveis do espaço concebido.

O projeto urbano é apenas uma das formas usadas para tentar controlar os processos de produção do espaço, mas obviamente existem outras ferramentas para isso, como os instrumentos legais. Discuto no próximo tópico o papel de mecanismos legais que também operam como ferramentas reguladoras de produção do espaço: as leis (federais e municipais) específicas para a regulamentação e coordenação do uso e ocupação do solo. Apresento brevemente alguns pontos do Plano Diretor de Nova Lima (2007) em paralelo ao Estatuto da Cidade (2001) e à Constituição Federal (1988). Analiso como essas legislações e planos apresentam uma intenção de cidade e quais são as aspirações percebidas dentro do escopo dessas leis para o Bairro Jardim Canadá, o que envolve não apenas o que foi almejado em um momento inicial, mas principalmente as aspirações futuras.

3.2.3 Os dispositivos legais

Não é apenas o projeto urbano que compõe a empreitada para a ordenação e controle da produção do espaço. Para garantir que a ordem seja mantida e que o crescimento das cidades não ocorra desordenadamente, o planejamento urbano faz parte de um grupo de medidas para a regulação urbana, composto também pelas legislações urbanas, sendo elas, no que concerne à elaboração e fiscalização, responsabilidade do Estado. Se o planejamento funciona com mais eficácia no momento de parcelamento do solo, as legislações operam tanto nessa etapa como condicionam potencialidades e intenções futuras. Neste tópico, analiso com maior ênfase o mapa de zoneamento do Bairro, parte integrante do Plano Diretor de Nova Lima (2007) e discuto brevemente aspectos gerais dos textos do plano e da Lei de Uso e Ocupação do Solo do município.

O Plano Diretor da cidade de Nova Lima foi legitimado pela Lei nº 2007, de 28 de agosto de 2007. Dentro do arcabouço de instrumentos para políticas urbanas, reconhecido como tal pelo Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10 257, 10 de julho de 2001), um plano diretor funciona como ferramenta para “ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana” (ESTATUTO DA CIDADE, 2001, p. 1).

Segundo Vianna (2014), a análise documental se revela rica na medida em que, na própria construção desses documentos, existem indicativos de relações que tanto existem como são configuradas a partir deles:

É no desenho sinuoso da produção de suas faltas e parcialidades que devemos procurar sua riqueza específica, sua força como constructo e como agente social, como marcas que nos indicam os mundos de onde emergem, mas também os novos mundos que fazem existir (VIANNA, 2014, p. 47).

Tal afirmação é especialmente relevante na medida em que esse documento estudado é um Plano Diretor, uma ferramenta pública de planejamento e ordenação do espaço da cidade na qual estão contidas intenções futuras de uso e ocupação dos lugares, de “novos mundos que fazem existir”.

Dentro do escopo de um Plano Diretor, há uma série de mapas, bem como relatórios referentes a lugares particulares e suas respectivas diretrizes. Essas diretrizes são

condicionadas para cada zona específica e reúnem certo potencial e parâmetros de ocupação reconhecidos para essas áreas (tanto do idealizado no planejamento, caso o tenha, como o aspirado para um momento futuro).

Como previsto em alguns artigos da Constituição Federal (1988) e reafirmado pelo Estatuto da Cidade (2001), o Plano Diretor de Nova Lima (2007) reconhece e dispõe sobre a necessidade de que a cidade funcione bem e que seus bairros possuam um mínimo de infraestrutura urbana, para assegurar a qualidade de vida da população, como podemos ver no seguinte artigo:

[...] implantar o processo de planejamento permanente do desenvolvimento urbano, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente (NOVA LIMA, 2007, p. 7).

Assim, são levantados pontos que remetem a questões sanitárias e medidas de gestão do espaço urbano, cuja responsabilidade de manutenção e fiscalização é do Estado,²⁶ que também deve gerir e manter uma infraestrutura urbana de qualidade na cidade e providenciá-la onde não existe. Essa concepção está em conformidade com o que Foucault (1978) relaciona com a função da “polícia”: “deve se ocupar é do viver e mais que viver, o viver e o melhor viver” (FOUCAULT, 1978, p. 450).

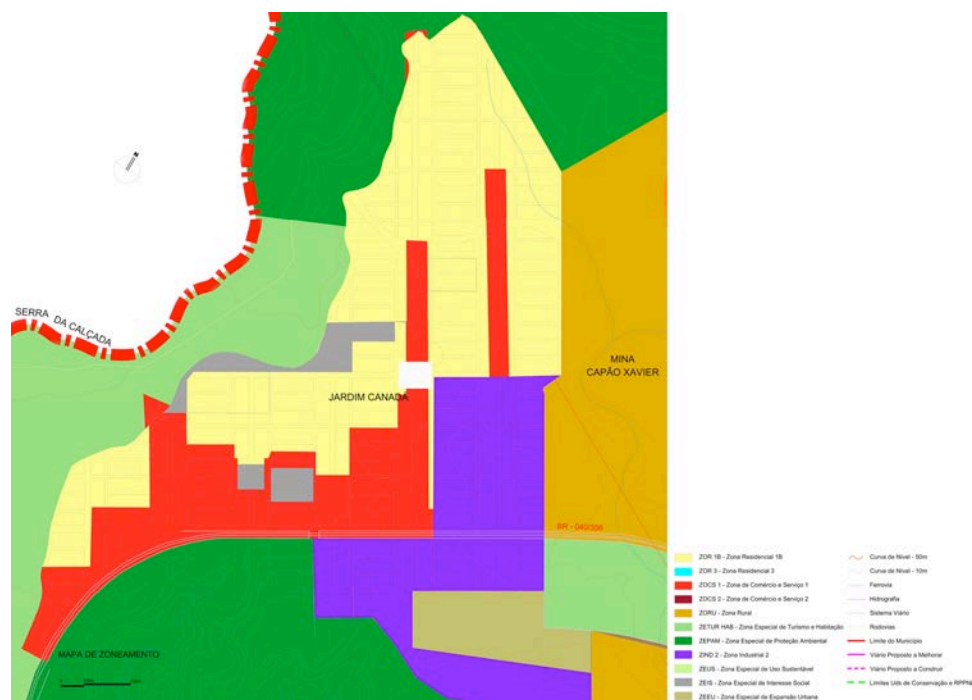
Tanto o projeto urbano do Bairro como as legislações que o afetam possuem uma concordância a esses valores. Entretanto, já foram mencionadas as dificuldades e demoras para a instalação e melhoria da infraestrutura urbana no Jardim Canadá. Embora a questão referente a garantia da qualidade do espaço apareça tanto no projeto do Bairro como no escopo das leis referidas, a situação do espaço vivido é bastante distante da situação aspirada, do espaço concebido (LEFEBVRE, 1991).

Dentre os elementos que formam os planos diretores, além do texto da lei, estão os mapas de zoneamento que, em Nova Lima, são representados respeitando os limites dos bairros, diferente da representação de Belo Horizonte, na qual os inúmeros mapas são organizados por quadrantes. O zoneamento do Bairro, disponibilizado pela prefeitura de Nova Lima (2007),

²⁶ Quando digo Estado, englobo as administrações federais, estaduais e municipais, ficando geralmente a gestão das cidades mais a cargo dos municípios.

demarca no próprio território a divisão do Jardim Canadá em diferentes áreas (Figura 12). Tais áreas são delimitadas não apenas pelo contexto presente dos locais, mas representam também uma intenção de ocupação, assim como estabelecem parâmetros para isso.

Figura 12 – Mapa de zoneamento do Bairro Jardim Canadá



Fonte: Prefeitura de Nova Lima, 2010, disponível em: http://www.arq.ufmg.br/praxis/blog/dialogos_jardim_canada/?p=54. Acesso em: 02 de julho de 2015

- ZOCS1 (Zona de Uso Predominante de Comércio e Serviços)
- ZOR1B (Zona de Uso Predominantemente Residencial)
- ZIND1A (Zona de Uso Predominantemente Industrial)
- ZEIS (Zona Especial de Interesse Social)

O mapa representativo do zoneamento do Bairro impressiona pela ausência de detalhes, sendo dividido por blocos uniformes de cor, cada uma relativa a uma diferente zona. Essa aparente simplicidade é resultado do recorte da representação, uma vez que a intenção não é apresentar a complexidade do contexto dos bairros, mas sim dispor sobre essas categorias administrativas e, mais do que isso, fazer indicações futuras para a produção do espaço que representam. Nesse sentido, Scott (1998) afirma sobre alguns mapas:

Eles não representam a atividade verdadeira da sociedade que eles retratam, e nem possuem essa intenção; eles representam apenas o pedaço do interesse do observador oficial. Eles não são apenas mapas. Ao invés disso eles são mapas que, quando aliados ao poder do estado, habilitam que a realidade que retratam possa ser refeita (SCOTT, 1998, p. 3).

Assim, esse mapa lida com quatro diferentes zonas englobadas pelo Jardim Canadá.²⁷ Tais zonas são as categorias administrativas que demarcam o interesse para a produção desse mapa de zoneamento, sendo elas: ZOCS1 (Zona de Uso Predominante de Comércio e Serviços), a ZOR1B (Zona de Uso Predominantemente Residencial), a ZIND1A (Zona de Uso Predominantemente Industrial) e a ZEIS (Zona Especial de Interesse Social). No mapa acima (Figura 12), a primeira está representada de vermelho, a segunda de amarelo, a terceira de roxo e a última de cinza, conforme observado na legenda.

Podemos observar a mancha de serviços e comércio (representada pelo vermelho) nas áreas próximas à BR-040 e também nas avenidas principais do Bairro, como a Montreal e a Vitória (avenida paralela à Montreal). Tal mancha se encontra com a área destinada para a implantação de galpões industriais, localizada mais na entrada do Bairro (no sentido de quem vem de Belo Horizonte), representada em roxo, que também abrange o pedaço do Jardim Canadá que é cortado pela BR e o início da Avenida Vitória.

²⁷ Segundo o plano diretor de Nova Lima, tais zonas são definidas pelos seguintes artigos:

Art. 190 - ZOCS 1 são zonas que permitem o exercício de atividades não residenciais de comércio varejista e serviços de pequeno porte (...)

Art. 193 - As Zonas de Uso Predominantemente Industrial ZIND1A são porções do território onde é permitido o uso industrial com indústrias de pequeno porte com até 1.000 (hum mil) metros quadrados de área construída (...)

Art. 197 - As Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS são áreas onde há irregularidade fundiária, urbanística e irregularidade de edificação, ocupadas por população de baixa e média renda, onde existe, por parte do poder público, interesse em promover investimentos para atenuar problemas habitacionais e urbanísticos assegurando a melhoria dos indicadores de qualidade de vida local.

§1º - As Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS encontram-se identificadas e delimitadas no Mapa 04 – Zoneamento Municipal anexo.

§2º - A construção ou reforma de moradias, bem como as obras de infraestrutura urbana, em ZEIS poderão ser efetuadas com recursos financeiros subsidiados destinados a Habitação de Interesse Social (HIS), inclusive provenientes do Fundo Municipal de Habitação.

§3º - Nas ZEIS serão implantados programas habitacionais, de reurbanização e regularização fundiária para a população de baixa renda e de mercado habitacional popular.

§4º - Nas ZEIS, serão implantados obras e serviços de infraestrutura urbana básica, destinados a assegurar aos moradores destas áreas o usufruto de moradia, incluindo a recuperação de imóveis degradados, a provisão de equipamentos sociais e culturais, de espaços públicos, de áreas verdes e de estabelecimento de serviços e comércio de caráter local para atendimento da população moradora.

§5º - As ZEIS deverão ter planos urbanísticos específicos e programas de implantação desenvolvidos pelos órgãos municipais respectivos com a participação da população atingida, apreciados pela Comissão de Política Urbana e aprovados pelo Poder Executivo.

Imagem 10 – Galpão industrial no início da Avenida Alaska, localizado em lugar demarcado pela Lei de uso e ocupação do solo de Nova Lima pela cor Roxa, ZIND1A (Zona de Uso Predominantemente Industrial)



Fonte: Acervo pessoal. Foto realizada em 17 de novembro de 2015.

Imagem 11– Supermercado Verdemar, localizado em lugar demarcado pela Lei de uso e ocupação do solo de Nova Lima pela cor Vermelha, ZOCS1 (Zona de Uso Predominante de Comércio e Serviços)



Fonte: Acervo pessoal. Foto realizada em 17 de novembro de 2015.

O resto do Bairro é predominantemente destinado para uso residencial, sendo que o tamanho mínimo demarcado para os lotes na lei é o mesmo tamanho dos lotes do Bairro (360m²). No mapa da lei de uso e ocupação do solo, essa zona está representada pela cor amarela.

Imagem 12 – Casas na Rua Kelson, localizadas em lugar demarcado pela Lei de uso e ocupação do solo de Nova Lima pela cor Amarela, ZOR1B (Zona de Uso Predominantemente Residencial)



Fonte: Acervo pessoal. Foto realizada em 17 de novembro de 2015.

Imagem 13 – Casas na Rua Niágara, localizadas em lugar demarcado pela Lei de uso e ocupação do solo de Nova Lima pela cor Amarela, ZOR1B (Zona de Uso Predominantemente Residencial)



Fonte: Acervo pessoal. Foto realizada em 17 de novembro de 2015.

Além dessas três zonas, as partes representadas em cinza são as áreas definidas como ZEIS: Zonas de Especial Interesse Social. Curiosamente, a definição empregada pela lei remete à questão da irregularidade fundiária como parâmetro marcador para esse tipo de local.

Entretanto, uma forte característica do Bairro remete ao alto índice de irregularidade fundiária.

Imagem 14 – Casas na Avenida Quebec, próxima ao limite do bairro, localizadas em lugar demarcado pela Lei de uso e ocupação do solo de Nova Lima pela cor Cinza, ZEIS (Zona Especial de Interesse Social)



Fonte: Acervo pessoal. Foto realizada em 17 de novembro de 2015.

Embora a definição da lei seja ambígua, uma vez que um dos parâmetros usados para essa definição pode, tranquilamente, ser aplicado em outras áreas do Bairro, por eliminação fica entendido que essas zonas foram delimitadas por outro critério: a renda dos moradores. Porém, atualmente, a maioria dos moradores do Jardim Canadá está englobada na faixa de renda de até três salários mínimos por família, como já foi mencionado.

Assim, parece que há certa aleatoriedade nessa marcação, uma vez que parte considerável do Bairro se encaixa nos dois parâmetros apontados. Entretanto, ao analisarmos a localização mostrada no mapa em conjunto com imagens do local, percebemos que tal marcação é mais relacionada com a repetição de um baixo padrão arquitetônico nas áreas com maior concentração de residências sem acabamento, ou quando existem, executados em materiais de baixo padrão. Essas zonas delimitadas na lei também se sobrepõem a algumas áreas de ocupação mais antigas do Bairro (pertencentes ao Jardim Canadá 1), situadas às margens dele, próximas ao Condomínio Retiro das Pedras.

A demarcação legal, representada em toda sua abstração nesse mapa, cujas zonas são identificadas por cores, tem certa distância do que encontramos no espaço vivido. Apesar de que demarcação rígida, uma idealização do espaço, certamente condiz em alguns aspectos com o que é encontrado no âmbito do vivido. Mas, como exemplo ilustrativo, o vermelho que demarca quase toda a Avenida Montreal como área de uso predominante e ocupação desejável destinada a “comércios e serviço” deixa passar toda a heterogeneidade dessa rua. A mancha vermelha e uniforme esconde a diversidade e heterogeneidade que encontramos na referida rua, não apenas de uso, mas de padrões arquitetônicos, assim como das sensações que podemos sentir ao caminhar por ela. Essa heterogeneidade é uma constante não apenas no Jardim Canadá, assim como em outros lugares sintetizados por esses mapas.

Mesmo apresentando alguns exemplos ilustrativos para essas zonas com algumas casas, galpões e estabelecimentos comerciais que parecem condizentes com essa demarcação, fica obscurecida a diversidade presente no Bairro. Essas manchas funcionam mais quando entendidas como o que realmente são: abstrações que visam mais direcionar os processos de produção desses espaços, demarcando-os e regularizando-os. Mas elas deixam nebuloso como esses lugares de fato são, quando vivenciados. Mais do que uma forma de organizar e entender esse Bairro, essas manchas são representações de pretensões de como ele deve ser futuramente ocupado (SCOTT, 1998).

Há ainda outro problema em relação a esse tipo de representação: sua obsolescência programada. Scott (1998) apresenta uma boa analogia, comparando esse tipo de mapa com fotografias de um rio em movimento:

O mapa cadastral é muito parecido com uma fotografia de um curso de um rio em movimento. Ele representa uma parcela de terra como essa foi arranjada e pertencente no momento em que a pesquisa foi conduzida. Mas a corrente está sempre se movendo, e em períodos de maior mudança e crescimento social uma pesquisa cadastral pode congelar uma cena de intensa turbulência (SCOTT, 1998, p. 46).

Se, conforme Massey (2010), “lugares, dentro de uma interpretação não ‘reacionária’ são absolutamente não estáticos”, um mapa representando usos e ocupações de determinado lugar já está fadado a se desatualizar constantemente.

Esses mapas e leis, mais indicativos para a produção futura do espaço, são parte da ação tanto do poder público como de planejadores, agentes que tendem a querer controlar a produção do espaço. Fora a ação desses agentes, ainda há a ação das companhias mineradoras, responsáveis, sob diversos aspectos, pela produção de muitos contextos fundamentais para a formação do Bairro Jardim Canadá.

Assim, nesta seção, apresentei alguns elementos da produção do Jardim Canadá, expondo os contextos e o processo histórico (APPADURAI, 2004) para a conformação desse Bairro. Mostrei também, a partir da fundação do Bairro, tentativas do Estado e da iniciativa privada para controlar a produção desse espaço. A próxima seção dispõe a respeito do Jardim Canadá como espaço vivido (LEFEBVRE, 1991), embora esteja fundamentalmente concentrada em experiências no Jardim Canadá 2; e sobre a produção de localidades relacionadas a ele.

4 DO PLANEJADO AO NÃO PLANEJADO

4.1 A categoria oficial: o bairro

O mundo encontra-se organizado em subespaços articulados dentro de uma lógica global.
(SANTOS, 1988, p. 17)

Dentro das categorias oficiais, próprias da racionalidade das práticas dos Estados modernos, o Jardim Canadá pertence à categoria bairro, integrando o conjunto daqueles referentes à cidade de Nova Lima. Logo, mais do que formas sociais, lugares socialmente demarcados e cenários reais para a produção de localidades, como classifica Appadurai (2004), a definição de bairro na dinâmica do Estado faz parte de uma demarcação que é uma categoria administrativa.

Esse tipo de categoria é fundamental como ferramenta para organização e controle de territórios. A divisão do território em subcategorias visa a adaptar a complexidade da realidade; “para que os oficiais (do Estado) possam compreender os aspectos do conjunto, que a realidade complexa deve ser reduzida para categorias esquemáticas” (SCOTT, 1998, p. 73, tradução da autora). Essas “categorias esquemáticas” são necessárias para classificar os “subespaços articulados dentro de uma lógica global” (SANTOS, 1988, p. 17).

Portanto, se a categoria bairro existe fundamentalmente para organizar o território, há a óbvia necessidade de que tal território, então, para se enquadrar nessa categoria, seja delimitado. Essa categoria não existe sozinha, sem ser vinculada a um lugar específico. E para limitar domínios é necessária a demarcação de fronteiras e limites, como bem explica Hissa (2002):

Fronteiras e limites são desenvolvidos para estabelecer domínios e demarcar territórios. Foram concebidos para insinuar precisão: a precisão que pede o poder. Enquanto forma de controle a precisão é necessária para o exercício pleno do poder, em suas diversas instâncias. Fronteiras e limites reclamam pela exatidão, pela presença insinuante da linha visual que muitas vezes não possuem (HISSA, 2002, p. 35).

Dessa forma, essas fronteiras e limites devem ser apresentados em uma forma legível para o poder público. Não adianta existirem, nem serem representados; para serem assimilados pela lógica do Estado devem ser legíveis para ele. Veena Das e Deborah Poole (2008) refletem sobre a relação do Estado com a legibilidade e, em contraponto, apresentam a existência de

lugares em parte ilegíveis (bem como híbridos): as margens. Afirmam que, para garantir essa legibilidade, há necessidade de “documentos e estatísticas”, uma vez que

[...] grande parte do estado moderno se constrói através de suas práticas escritas. Reconhecemos que as práticas estatais que reúnem documentos e estatísticas se referem, todas elas, em algum sentido, a consolidar o controle do estado sobre seus sujeitos, populações, territórios e vidas. [...] a ideia do que o estado “consiste” de alguma maneira em sua legibilidade (DAS & POOLE, 2008, p. 11).

Assim, o que torna determinada delimitação de qualquer território legível para o Estado é a representação dela como um documento. Para ser um documento, uma representação gráfica deve ser feita nas normas e na linguagem técnica específica dos “oficiais” (SCOTT, 1998). Para essa demarcação ser, então, lida e relacionada a alguma categoria, ela deve preencher expectativas e padrões de representações. Um desenho com canetas coloridas, sem a assinatura de um técnico especialista, permanece invisível ao Estado, pois está longe de ser um documento. Já um projeto urbanístico assinado por técnicos considerados capacitados, representado em linguagem técnica (a única possível para o Estado) e submetido à regulamentação, fiscalização e aprovação pelo poder público é um documento, logo, legível para o Estado.

Então, o reconhecimento de um local como bairro acontece quando essa categoria é acionada para determinado território. Território devidamente documentado, cartograficamente registrado. Registros que devem estar na linguagem assimilada pelo Estado. Dessa forma, além da produção do espaço no âmbito do vivido, a dinâmica do Estado produz um tipo específico de espaço: o espaço idealizado, produzido em planos, projetos e documentos, o que Lefebvre (1991) reconhece como produção do espaço concebido.

Assim, o Jardim Canadá, um bairro oficial, foi produzido e reconhecido também em uma dimensão idealizada, tendo lugar nas ideias, como nomeia Maricato (2000), ao menos no contexto do seu planejamento. A despeito de ter sido posteriormente jogado para “fora das ideias”, sendo ocupado espontaneamente o Jardim Canadá é reconhecido como bairro oficial desde sua fundação, em 1958.

O Bairro Jardim Canadá foi registrado, documentado e seu território foi demarcado em representações cartográficas que foram regulamentadas e constam como documentos oficiais.

O Bairro, então, não existe apenas em um contexto de lugar no qual a “propriedade da vida social” pode acontecer e localidades podem ser produzidas; é bairro também para o Estado, nesse caso, reconhecido oficialmente como tal no município de Nova Lima.

4.2 A resignificação da categoria de bairro: o Jardim Canadá 1 e Jardim Canadá 2

Esquemas burocráticos de ordenação e classificação de populações podem ser seguros no papel, mas são frágeis na prática (LI, 1999, p. 298, tradução da autora)

Em artigo que reflete sobre o programa oficial de reassentamento de populações em lugares isolados na Indonésia, Tania Li (1999) apresenta como esse tipo de programa vai ao encontro da busca do Estado por governamentalidade, que ela apresenta da seguinte forma:

Governamentalidade é a forma abreviada de Foucault para o surgimento de uma forma distinta e moderna de poder que visa governar ou regular as condições em que as pessoas vivem suas vidas; a racionalidade que torna a atividade de governo pensável aos seus praticantes e aqueles sobre quem ela é praticada; e a concentração do governo no (expandido) aparelho que nós viemos a chamar de "estado" (FOUCAULT, 1982 *apud* LI, 1999, p. 296, tradução da autora).

Logo, algumas discussões tratadas aqui - como a aplicação de regulamentação urbana (desde o projeto até as legislações urbanas), assim como o reconhecimento e fragmentação do espaço em sub-territórios (SANTOS, 1988), o que aciona categorias como a de bairro - estão em consonância com a tentativa do “aparelho que chamamos de Estado” de exercer a governamentalidade.

Entretanto, Li (1999) argumenta que essa enorme empreitada de racionalização e controle sobre a população e o território no cotidiano, que abrange o entendimento de governamentalidade, funciona mais quando entendida como “projeto” de poder. Na prática, existem as contingências e nunca os planos são seguidos à risca, o que pode ser confirmado pela existência de

[...] categorias que frequentemente não se encaixam, planos que falham, [...] exponham a natureza frágil não só dos órgãos governamentais que promovem este ou aquele programa de desenvolvimento, mas da própria ideia do "Estado", como conhecedor, árbitro e provedor para "o povo" (LI, 1999, p. 297, tradução da autora).

O caso do Jardim Canadá consegue tanto abranger a dimensão de “planos que falham” como a de “categorias que não se encaixam”. Conforme discutido na terceira seção desse trabalho, o Bairro planejado (ainda que por agentes privados) foi ocupado, em diversos momentos, de formas muito diferentes das que foram almejadas. A questão de “categorias que não se encaixam” será discutida neste tópico, no qual construo a ideia de que a categoria oficial de bairro é, nesse caso, insuficiente e foi ressignificada no cotidiano.

Apesar do reconhecimento coletivo e oficial do Jardim Canadá como bairro, ele se divide em duas regiões²⁸ diferentes: Jardim Canadá 1 e Jardim Canadá 2, que não estão documentadas em nenhum registro oficial e que, por serem extraoficiais, não são lidas pelo Estado.

Talvez eu tenha deixado passar algum registro, mas desde o projeto original do bairro (Companhia Urbanização & Melhoramentos S.A., 1958) até a legislação urbana de Nova Lima (2007) não existe nenhuma referência a essas regiões no curso do texto da legislação, assim como também não há qualquer representação gráfica delas. Considerando também outros mapas de algumas pesquisas e estudos que analisei (DESEJACA, 2014 *(no prelo)*; LASCHEFSKI & COSTA, 2008; DIÁLOGOS JARDIM CANADÁ, 2015), não consegui encontrar representação gráfica de qualquer limite, nem menção a qualquer demarcação dessas regiões dentro do bairro.

A divisão entre Jardim Canadá 1 e 2 ainda está invisível aos olhos do poder público e dos órgãos oficiais. Mesmo procurando com exaustão, não encontrei nenhum mapa, técnico ou não, apresentando com clareza (logo, com um limite “certo”) as duas regiões do Jardim Canadá.

Assim, ainda sobre representações gráficas, Benedict Anderson (2008) define de forma compacta como três instituições de poder: o censo, o mapa e o museu, juntas, “moldam profundamente a maneira pela qual o Estado colonial imaginava o seu domínio” (ANDERSON, 2008, p. 227) para, assim, o governar. Anderson (2008) fala a respeito de lugares colonizados, mas o paralelo não deixa de fazer sentido quando falamos de instituições apropriadas pelo Estado para reconhecer e, conseqüentemente, controlar, sua população, seu território e sua história, respectivamente. Sem entrar, neste tópico, no mérito das outras duas

²⁸ Apesar de falho em alguns aspectos, uso o termo “região” por achar o mais adequado ao caso.

instituições (o censo e o museu), o registro cartográfico dos lugares, o “mapa” (mas não um mapa qualquer, como visto), é uma forma de torná-los legíveis ao sistema oficial, passíveis de serem controlados e, dessa forma, governados pelo Estado. Logo, a ausência de representação do Jardim Canadá 1, como do 2, ilustra como essas categorias não são lidas pelo Estado.

Entretanto, esse registro cartográfico legível para o Estado não seria útil para ninguém que frequenta ou mora no Bairro, uma vez que eu mesma passei meses tentando entender essa demarcação e não havia nenhuma representação oficial dessa divisão. O que, de fato, me ajudou a perceber essa divisão do Bairro foi a experiência de vivenciá-lo.

O que demarca a divisão entre o Jardim Canadá 1 e o 2 é o reconhecimento coletivo (mas não unânime) de lugares dentro do Bairro que pertencem a cada uma dessas regiões. Eu tentei encontrar regras para definir essa divisão, que passavam da variação do padrão arquitetônico ao padrão de afastamento das construções, mas todas essas teorias me pareciam insuficientes; sempre havia um contra exemplo e esses parâmetros, na prática, não diziam muito. Eles me pareciam interessantes como arquiteta e urbanista, ou como alguém que estava analisando a legislação urbana da cidade, entretanto, no espaço vivido (LEFEBVRE, 1991), não representavam nada exatamente significativo, uma vez que as pessoas já compartilhavam o entendimento dessa divisão sem precisar desses parâmetros.

Meu primeiro contato com essas demarcações cotidianas aconteceu ao observar os ônibus que saem de Belo Horizonte em direção ao Jardim Canadá (a linha intermetropolitana 3910, que sai do centro da Capital, parando ao longo da BR-040 e circulando por todo o Bairro), o “vermelhão”, como chama Alair. A frente dos ônibus dessa linha anuncia “Jardim Canadá” e a lateral deles exibe um painel luminoso que alterna as informações “Jardim Canadá I” e “Jardim Canadá II” (os numerais são escritos em algarismos romanos).

Os letreiros dos ônibus foram as únicas referências não orais que eu encontrei dessa demarcação. As regiões Jardim Canadá 1 e 2 são associadas a alguns atributos reconhecidos coletivamente e, diferente da ideia sequencial que os nomes sugerem, operam em oposição: novo e velho, leste e oeste, para cima e para baixo da Praça. Entretanto, se o que demarca coletivamente essas regiões são características postas em oposição, o que as nomeia não.

Essas duas regiões poderiam ser nomeadas de outras formas, algumas frequentes no arcabouço de nomenclatura de bairros e loteamentos no Brasil, como: Jardim Canadá e Novo Jardim Canadá, Jardim Canadá de baixo e de cima etc. Imaginei essas alternativas resgatando nomes de bairros que conheço em duas cidades próximas a mim. Na região Nordeste de Belo Horizonte, por exemplo, existe o Bairro Cachoeirinha e seu derivado, Nova Cachoeirinha, enquanto em Divinópolis (minha cidade natal, na região centro-oeste de Minas Gerais) há o trio Cacôco de Baixo, Cacôco de Cima e Cacôco do Meio, nomeados assim em decorrência da posição altimétrica dos bairros.

Entretanto, a escolha de números simultâneos 1 e 2 (eu escrevo em numerais arábicos porque sempre que pedi para algum interlocutor escrever os nomes, eles foram escritos assim) representa não uma ruptura, mas sim o que eu identifico como sequência. Entendo que essa sequência é relacionada ao tempo da ocupação, embora, obviamente, essas regiões possuam também outros atributos.

Eu imagino que o fato de essa nomenclatura indicar uma sequência evita uma fragmentação do Bairro. O entendimento que me pareceu consoante foi de que Jardim Canadá 1 e 2 são regiões do mesmo bairro, e não bairros diferentes, como os exemplos citados. Entretanto, a invisibilidade dessas regiões, ignoradas pelo poder público, em nada se relaciona com a experiência coletiva e com a produção do espaço vivido (LEFEBVRE, 1991), uma vez que o reconhecimento oficial delas não aconteceu (e eu não consigo prever se algum dia vai ocorrer) simplesmente porque isso ainda não favorece nem ao Estado, nem ao capital.

Logo, eu suponho ter acontecido no Jardim Canadá uma ressignificação da categoria bairro. Como categoria administrativa, o Bairro Jardim Canadá permanece intacto e no singular. Na perspectiva de bairros como espaços demarcados, mas nos quais são produzidos cotidianos, é que eu identifico essa ressignificação, uma vez que, para os sujeitos que vivenciam esses lugares, existem regiões diferentes e complementares que, a despeito de englobarem categorias de reconhecimentos diferentes, integram o mesmo conjunto.

Quando perguntei a Silas, cobrador de uma van na qual eu fui para o Bairro uma vez, se Jardim Canadá 1 e 2 eram o mesmo bairro me respondeu que “é tudo nosso, mas um é um, dois é dois”. Tal fala, que precede a introdução deste trabalho e também o nomeia, me

pareceu significar que o Jardim Canadá é entendido como uma unidade, mas composta por dois mundos distintos. E que, apesar de lido pelo Estado como um bairro único (a demarcação da categoria administrativa de bairro permanece intacta), no cotidiano do Jardim Canadá tal categoria foi ressignificada, uma vez que “o mundo não tem nenhuma obrigação de corresponder às categorias por meio das quais ele é pensado” (SAHLINS, 2007, p. 316).

Essas categorias por meio das quais o mundo é pensado e de certa forma organizado podem ser associadas à definição de estrutura social, que Edmund Leach (1996) apresenta como “o sistema formal de relações existentes entre pessoas e grupos de pessoas dentro de um sistema social” (p. 162). Como toda sociedade possui um grande número de grupos, esses são costumeiramente classificados pelo que os agrega. Assim, Leach (1996) reconhece que os esquemas mais frequentes de referência são relacionados com “localidade, parentesco, sexo, idade”.

Nessa direção, um bairro pode ser entendido como uma referência (o que Leach chamou de “localidade”) para a formação de grupos sociais como, por exemplo, o grupo formado pelos moradores do Jardim Canadá. Entretanto, essa categoria de bairro também opera como elemento que compõe uma estrutura social, por ser uma unidade típica da divisão de território das cidades ocidentais.

Assim, entendendo a categoria bairro também como elemento integrante da estrutura social da nossa sociedade e analisando um caso no qual ocorre uma ressignificação dela, devemos refletir sobre como um elemento da estrutura social pode ser modificado. Marshall Sahlins (1990; 2007) apresenta, em resposta ao clássico debate na Antropologia, como a estrutura não é fixa e pode ser alterada pela história. Apesar da oposição costumeiramente posta entre estrutura e história, ou estrutura e ação, ele afirma que esses pares não são opostos e nem isolados.

Esse autor reconhece certa estabilidade na estrutura (o que não a torna estática), entretanto, se ela é “construída na sociedade”, está sujeita a constantes alterações na ação. Indivíduos em suas ações, na prática, colocam a estrutura em risco; risco de ser ressignificada, alterada pela ação:

Os homens em seus projetos práticos e em seus arranjos sociais, informados por significados de coisas e de pessoas, submetem as categorias culturais a riscos empíricos. Na medida em que o simbólico é, desse modo, pragmático, o sistema é, no tempo, a síntese da reprodução e da variação.

Se a cultura for, como querem os antropólogos, uma ordem de significação, mesmo assim os significados são colocados em risco na ação (SAHLINS, 1990, p. 9).

Assim, a não tão sólida categoria bairro não foi aniquilada nesse caso, mas sim no contexto de análise que envolve o Jardim Canadá; o entendimento dessa concepção foi modificado pela própria história de ocupação e assentamentos dos sujeitos no lugar. Reforço que tal dimensão não enterrou uma categoria inteira, nem a ressignificou em outros lugares, mas a ampliou naquele contexto específico. Essa ampliação ocorreu pela possibilidade de a definição de bairro, nesse caso, poder engolir duas “regiões” em uma só. Não são, segundo consenso coletivo, dois bairros diferentes e fragmentados, mas dois bairros sequenciais, agrupados em um.

A seguir, apresento registros gráficos dessas regiões amalgamadas no imaginário daqueles que frequentam o Bairro. Diferentes dos mapas oficiais, feitos em linguagem técnica, essas representações - os mapas mentais - foram feitas em papel comum, com canetas coloridas e sem a “exatidão que pede o poder” (HISSA, 2002, p.35). Mas intencionam representar graficamente as regiões do Jardim Canadá 1 e 2, não apenas tensionando algum limite (um pedido meu), mas apresentando características dessas regiões.

4.2.1 Os mapas mentais

Se o reconhecimento de um determinado espaço como bairro, perante os olhos do Estado, exige o registro cartográfico dele em linguagem técnica, com seus limites representados, produzido por profissionais qualificados para tal tarefa, apresento, em contraponto, a representação de lugares por mapas mentais.

Os mapas mentais são bastante diferentes dos registros cartográficos oficiais, que dependem tanto da linguagem, ou seja, da forma técnica para representação, como da intencional falta de conteúdo para se fazerem válidos, como bem resumiu Scott (1998) sobre o que ele nomeia como os “mapas cadastrais”:

O valor do mapa cadastral ao Estado reside na sua abstração e universalidade. Em princípio, pelo menos, o mesmo padrão objetivo pode ser aplicado em todo o país, independentemente do contexto local, para produzir um mapa completo e inequívoco de todas as terras da propriedade. A competência do mapa cadastral depende, de forma curiosa, do seu desenho abstrato, da sua falta de detalhes, da sua “pobreza”. Observando isoladamente, é essencialmente uma representação geométrica das fronteiras ou limites entre pacotes de terra. O que se encontra dentro do pacote é deixado em branco - não especificado - uma vez que não é pertinente para o mapa em si” (SCOTT, 1998, p. 44, tradução da autora).

Em comparação aos atributos dos “mapas cadastrais”, os mapas mentais também são representações abstratas do espaço, entretanto não existem padrões exigidos para a produção (e validação) deles. Ao contrário dos mapas oficiais, eles são representações que independem de uma linguagem técnica de desenho, pois são amalgamados pelos traços e pela memória de quem os faz. Podem ter detalhes ou não, dependendo da vivência e da percepção de quem os traçou.

Os mapas mentais são empregados como ferramentas para expressão de conhecimento espacial e, segundo Mendonza (2012), operam como “representações de lugar e imaginação espacial que fornecem informação não apenas locais, mas também sobre as identidades e comportamentos territoriais dos indivíduos” (p. 30). Em oposição ao que Scott (1998) afirma sobre os “mapas cadastrais”, os mapas mentais não são apenas ferramentas para reprodução e redução espacial, mecanismos para representar a cidade por sub-territórios, como chamou Santos (1988); eles “também servem para (re)construir as realidades territoriais” (MENDONZA, 2012, p. 30).

Dessa forma, emprego os mapas mentais buscando de entender não apenas a divisão territorial do Bairro Jardim Canadá em 1 e 2, mas também como forma de “capturar imagens de lugares e sentimentos e identidades que os indivíduos desenvolvem neles” (MENDONZA, 2012, p. 30). Os mapas mentais apresentados a seguir foram recolhidos em situações informais; a maioria deles foi traçada por pessoas que frequentam e/ou trabalham no JA.CA. Eu pedi para cada pessoa, isoladamente, que desenhasse dois mapas para mim.

Determinei que o procedimento que eu adotaria envolveria a produção de dois mapas: o primeiro seria feito sem qualquer espécie de referência; depois que esse primeiro fosse produzido, eu apresentaria uma base com a planta do Bairro para a produção de um segundo

mapa, mais simples e direcionado para a representação apenas das duas regiões. Posteriormente eu me arrependi de ter pedido esses segundo mapa, pois ele não é exatamente um mapa mental, mas uma tentativa minha de tentar encontrar o limite preciso (e inexistente) entre essas duas regiões.

Para a produção desse segundo mapa, utilizei uma base impressa com a forma do Bairro, que demarcava os quarteirões, mas não representava as vias, na qual pedia para as pessoas marcarem os limites entre o Jardim Canadá 1 e 2. Imaginei que assim eu evitaria que as pessoas se sentissem inibidas (por não terem experiência ou capacidade para representação espacial) ou intimidadas (por não saberem exatamente a forma do Bairro). Apesar da minha falta de cuidado em lembrar que esses limites não eram oficiais e que essas marcações eram cotidianas, os segundos mapas foram muito congruentes com a flexibilidade dessas categoriais.

Os primeiros mapas nesses parâmetros que eu recolhi foram feitos pela Joana, do JA.CA, uma mulher de um pouco mais de trinta anos, de classe média, que mora na região centro-sul de Belo Horizonte e vai ao Jardim Canadá essencialmente a trabalho, em dias úteis. Fora isso, ela frequenta o Bairro por causa dos serviços concentrados às margens da BR-040 (quando vai ao condomínio Retiro das Pedras) ou então aos sábados, no Festival Experimente (que será apresentado adiante).

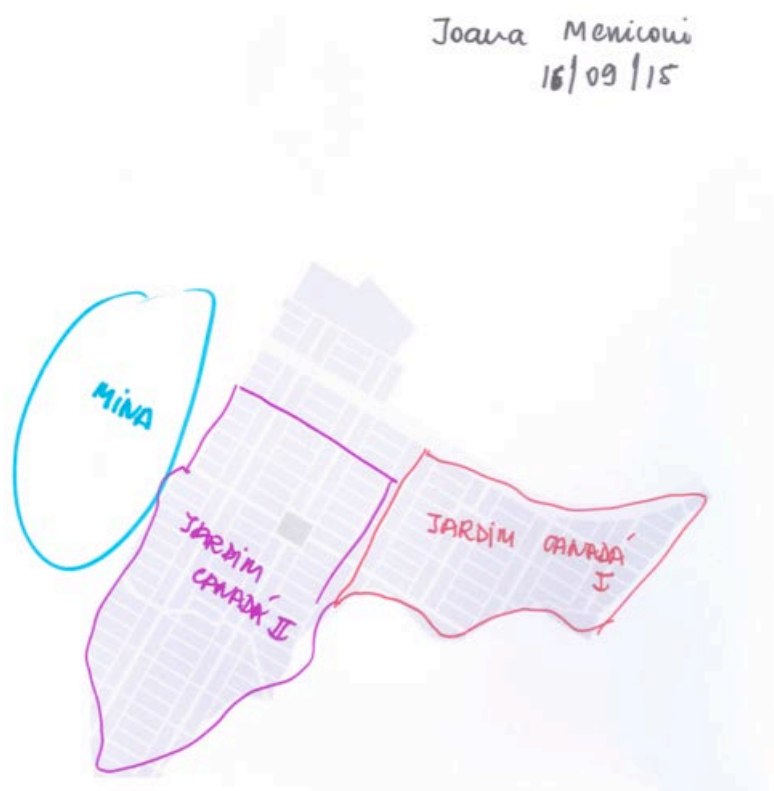
Seu primeiro mapa é bastante detalhado, fruto da grande familiaridade dela com o Jardim Canadá. Ela marcou os lugares que tem costume de ir como funcionária do JA.CA e os de “uso pessoal”, além de algumas referências dentro do Bairro como a Praça Quatro Elementos e a BR-040. Também teve bastante atenção com o traçado urbano e o desenho das vias. Reparei que os lugares que ela destacou como “uso pessoal” seriam os mesmos que eu destacaria: o Supermercado Verdemar, o JA.CA e um restaurante *self service*.

A parte do bairro que fica além da rodovia não foi representada no desenho, tendo aparecido apenas pela existência de um estabelecimento que ela indicou como um dos “fornecedores do JA.CA”.

às suas margens (Avenida Toronto), os quais ela frequenta assiduamente. Apesar de frequentar o Jardim Canadá quase que diariamente, imagino que a vivência dela no Bairro ocorre principalmente por motivos profissionais.

No segundo mapa, feito com a base, Joana dividiu o Jardim Canadá em três: as partes 1 e 2 e uma outra região não demarcada que ela nomeou “lugar nenhum”, parte que “ninguém sabe o nome”. Ela também representou (porque eu pedi) a localização da Mina Capão Xavier. Pode parecer que a Mina está representada nesse mapa sem contexto, mas antes de ela o produzir o assunto era exatamente a Mina, assim como a Vale, companhia que a administra.

Figura 14 – Mapa indicativo das regiões Jardim Canadá 1 e 2, desenhado sobre base impressa por Joana Meniconi



Fonte: Acervo pessoal. Elaborado por Joana Meniconi, em 16 de setembro de 2015.

Dentre os interlocutores aos quais pedi para produzirem esse segundo mapa com a base, Joana foi a única que representou esse limite com muita assertividade e segurança. Entretanto, apesar da segurança para desenhá-lo, posteriormente teve dúvidas em relação à sua

representação. Ela me explicou que usou como referência para sua demarcação a oposição leste/oeste, mas que tinha feito a divisão “da cabeça dela”, onde a porção leste estava relacionada ao Jardim Canadá 1 e a oeste ao Jardim Canadá 2. Dessa forma, tanto a parte mais próxima à entrada do Bairro (para quem vem de Belo Horizonte), a parte que concentra o complexo de serviços de alcance regional (COSTA, 2006), como a região adjacente (que abriga grande quantidade de galpões) foram excluídas da sua demarcação. A região do outro lado da BR, em relação à maioria do Bairro, também foi excluída.

Como a região do lado oposto a rodovia também foi ignorada, imaginei que, para Joana, essas categorias eram assimiladas como indicativas de uso residencial, ou seja, as regiões do bairro nas quais há uma maior concentração de comércio, serviços e indústrias foram excluídas dessa classificação, ficando sem categoria alguma.

Posteriormente, pedi a outra pessoa que desenhasse esses mesmos mapas para mim. Essa segunda pessoa é um dos meus amigos que frequentou assiduamente o Jardim Canadá durante os meses de junho até agosto de 2015 (tendo passado algum tempo hospedado no JA.CA durante esse período). Manuel também está na casa dos trinta anos, é artista plástico e sua convivência no Bairro durante esse período aconteceu por causa do projeto de residência artística²⁹ no JA.CA (mencionado na segunda seção deste trabalho).

O procedimento que adotei foi praticamente o mesmo que usei com Joana. A Figura 15 mostra o primeiro mapa produzido pelo Manuel. Diferentemente do mapa produzido pela Joana, o dele ocupou a folha toda e não tinha nenhuma outra representação do limite do Bairro a não ser a Rodovia. A outra parte do Jardim Canadá, que fica além da BR-040 e separada do resto, foi ignorada por ambos. No desenho, Manuel dá grande destaque à entrada do Bairro, especialmente à parte de serviços de grande porte indicados pelos números 1 e 2 (1- Supermercado Verdemar e 2- Posto Chefão). Imaginei que tal importância esteja relacionada ao fato de Manuel morar em Belo Horizonte e o acesso dele ao Bairro acontecer pela rodovia, o que eu percebi também pela orientação do mapa. O ginásio e a escola (indicados pelo número 3) foram representados, segundo ele, por serem pontos de referência dele dentro do Bairro, uma forma de localização quando ele percorria o Jardim Canadá a pé.

²⁹ Residência artística é uma prática que reúne a hospedagem temporária de artistas em determinado local para a produção.

Eu pedi que ele marcasse o JA.CA (local de sua estadia temporária e trabalho), assim como o Bar da Vandinha, estabelecimento que eu já sabia que ele frequentava.

Figura 15 – Mapa mental feito por Manuel Carvalho, dia 23 de Setembro de 2015



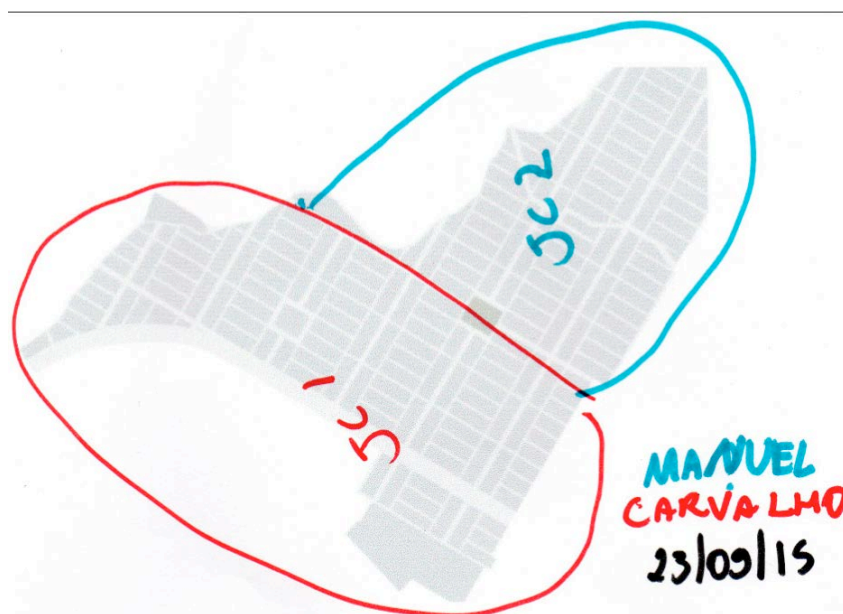
Fonte: Acervo pessoal. Elaborado por Manuel Carvalho, em 23 de setembro de 2015.

Pude perceber, tanto pelo mapa como pelo que Manuel me contou, que, diferente de Joana, ele transitou pelo Bairro principalmente a pé, apesar de chegar a ele de carro (vindo da região centro sul de Belo Horizonte, como Joana). O destaque dado aos quarteirões, assim como a representação em uma escala maior (o que permite mais detalhes), mostram como a vivência dele aconteceu essencialmente caminhando nessas ruas. Manuel também me contou que andava bastante pelo Bairro e, pelo recorte na sua representação, provavelmente ele percorria essa região representada, o que influenciou o entendimento dele sobre o Bairro.

Em relação às escalas observadas no desenho, há que se ressaltar o destaque dado por Manuel à Praça Quatro Elementos. Sem que eu perguntasse, ele me falou que, para ele, o que dividia o Jardim Canadá 1 do 2 era exatamente a Praça: “A Praça é o que divide tudo ali”. Depois ele também alterou o limite da divisão, envolvendo a Avenida Canadá. Ele me explicou que as casas, assim como os lotes, no Jardim Canadá 1 pareciam menores, eram “todas espremidas”. Para Manuel, no Jardim Canadá 2 os terrenos pareciam maiores e as casas mais espaçadas. Mesmo sabendo que, na verdade, os lotes têm o mesmo tamanho, ele me relatou que teve essa impressão porque viu que, às vezes, no Jardim Canadá 1, alguns lotes eram ocupados por mais de uma casa (ocupação horizontal multifamiliar), enquanto no Jardim Canadá 2 tinha mais lotes vagos.

O segundo mapa produzido por Manuel (Figura 16) foi feito sobre a base que eu já havia preparado. Julguei esse mapa mais simples; o primeiro me revelou bem mais sobre a percepção dele a respeito da divisão entre o Jardim Canadá 1 e 2.

Figura 16 – Mapa indicativo das regiões Jardim Canadá 1 e 2, desenhado sobre base impressa por Manuel Carvalho



Fonte: Acervo pessoal. Elaborado por Manuel Carvalho, em 23 de setembro de 2015.

Eu entendi que, para Manuel, a demarcação de Jardim Canadá 1 e 2 estava relacionada com uma oposição entre parte alta e parte baixa, tendo a Praça Quatro Elementos (que também é um dos pontos mais altos do Bairro) como marcador dessa divisão. Existem algumas

diferenças entre o entendimento de Joana e o de Manuel, uma vez que Joana me relatou que, para ela, essa divisão acontecia mais no sentido que ela nomeou como leste-oeste do que alto-baixo.

Tive a oportunidade de pedir para que outro participante dessa mesma residência artística realizada por Manuel desenhasse dois mapas para mim. Warley Desali está na mesma faixa etária de Manuel e Joana, também mora em Belo Horizonte (mas na região nordeste) e é artista plástico. Adotei com ele o mesmo procedimento usado anteriormente.

Figura 17 – Mapa mental feito por Warley Desali



Fonte: Acervo pessoal. Elaborado por Warley Desali, em 24 de setembro de 2015

Ao contrário de Joana e Manuel, Desali representou o pequeno pedaço do Jardim Canadá que fica além da rodovia. Há, em relação ao mapa feito por Manuel, uma mudança na orientação da própria representação: a rodovia está localizada na parte superior, indicada pelas duas vias

maiores e paralelas. A Praça e a Avenida Montreal também foram indicadas, funcionando como eixos centrais do mapa.

Desali me explicou que, para ele, o Jardim Canadá 2 também parecia ser maior, com casas e lotes maiores (o que pode ser percebido pela escala maior dos quarteirões no desenho), enquanto no Jardim Canadá 1 estavam “as quebradinhas”, na representação dele as quadras menores e mais agrupadas.

Assim como o de Joana, o mapa mental produzido por Desali me lembrou (com mais exatidão do que o dela) uma vista aérea do Bairro. O mapa mental dele pareceu bem distante e me remeteu ao pouquíssimo contato dele com o Bairro, o que eu imaginei ser resultado de uma vivência praticamente concentrada no JA.CA, que foi a única marcação de destaque feita por ele. Imaginei que ele chegava ao Bairro de carro, permanecia dentro do JA.CA a maior parte do tempo e, quando saía da ONG, não o fazia caminhando.

A segunda representação produzida por ele (Figura 18) é bastante parecida com o segundo mapa feito por Manuel, sem muita definição e com uma percepção que me pareceu relacionar essa divisão com alto e baixo.

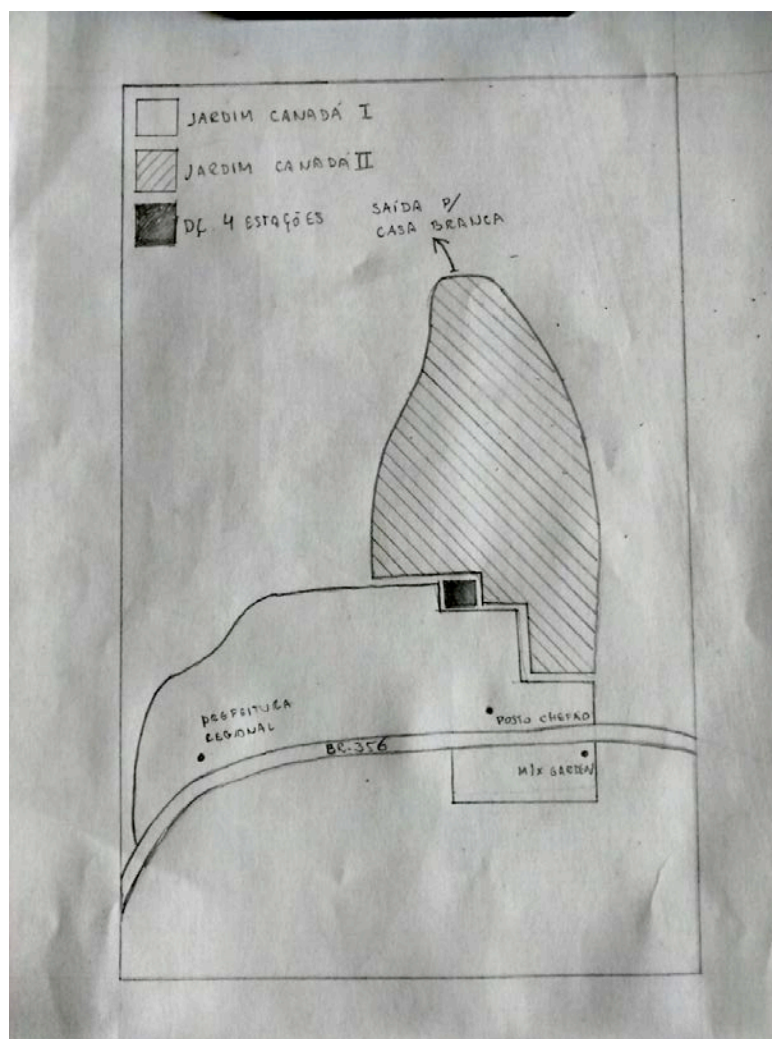
Figura 18 – Mapa indicativo das regiões Jardim Canadá 1 e 2, desenhado sobre base impressa por Warley Desali



Fonte: Acervo pessoal. Elaborado por Warley Desali, em 24 de setembro de 2015

Como todos os mapas que eu havia recolhido, até então, tinham sido desenhados por pessoas que frequentavam mais a parte mais nova do Bairro, decidi me desconectar um pouco do JA.CA e procurar um amigo que trabalha na sede da Prefeitura de Nova Lima, localizada no Jardim Canadá 1. Ele já morou no centro de Nova Lima, mas hoje mora na região centro-sul de Belo Horizonte.

Figura 19 – Mapa mental feito por Bernardo Becker



Fonte: Acervo pessoal. Elaborado por Bernardo Becker, em 25 de fevereiro de 2016

O mapa que Bernardo desenhou me lembrou mais o da Joana: uma representação bastante próxima do limite oficial do bairro (sendo que o dele não ignora a parte depois da BR), com a divisão entendida mais no sentido “leste-oeste” do que alto-baixo. Perto da Praça, que aparece constantemente como referência da divisão, ele desenhou algumas quebras. Quando eu perguntei o que eram “esses dentes”, ele me explicou que esse pedaço não era muito claro para ele: “não sei exatamente o que acontece ali”.

O conjunto desses mapas me mostrou a existência de algumas áreas nebulosas, em especial a região perto da Praça e o pedaço do outro lado da BR-040 (curiosamente, nem as vans, nem os ônibus que saem de Belo Horizonte param nesse pedaço). Eu mesma fui nessa área pouquíssimas vezes e nunca tive a menor vontade, nem de atravessar a rodovia, nem de caminhar a pé por essa região cujo uso, em sua maioria, é industrial, intercalado com os diversos depósitos de *containers*.

Considerando esses mapas, pude perceber que todos têm em comum o fato de ilustrar a grande dificuldade que as pessoas tiveram para a demarcação desse limite entre as partes 1 e 2: ou as pessoas trabalhavam com manchas (Manuel e Desali) ou então tentavam fazer uma representação mais incisiva desse limite entre as regiões (Joana e Bernardo), criando parâmetros próprios para conseguirem desenhar essa linha. Bernardo me mostrou um limite cheio de recortes, mas não soube me explicar o sentido deles, enquanto Joana usou as avenidas.

Havia uma outra questão relacionada ao que eu pedi para as pessoas no segundo mapa: “desenhe a divisão entre o Jardim Canadá 1 e 2”. A minha forma de expor essa demanda também incluía a minha expectativa de que as pessoas representassem um limite. Eu estava interessada anteriormente em produzir essa representação, exata e “definitiva” de um limite, o que refletiu na forma como eu solicitei alguns mapas, especialmente os feitos sobre a base impressa. Pela minha própria demanda, induzi as pessoas a tentarem desenhar essa divisão entre as regiões. Entretanto, tal pedido resultou na representação do que há de mais característico nessa divisão: a indefinição, a incerteza e a ausência de linhas, o que também é bastante significativo de que essas regiões, criadas no cotidiano, não são delimitadas com “a exatidão que pede o poder” (HISSA, 2002, p. 35).

Por fim, existe também a minha própria representação (que eu não classifico como mapa mental) sobre o que eu entendia desses limites e dos territórios nos quais estavam essas regiões, expressa na Figura 1 (segunda seção deste estudo). Assim como a Joana, eu também usei as vias como guias para representar a divisão entre as regiões. Curiosamente, eu não percebi na hora como havia representado essa divisão: eu não usei uma linha cheia (que deveria ser usada nesse caso tanto pela norma técnica como pelo costume) e sim uma linha

que alternava traço e ponto para desenhar esse limite. Esse tipo de linha, na linguagem técnica de representação espacial (a qual eu estou acostumada a usar), simboliza interrupção no objeto representado ou do próprio desenho. Para forçar a existência desse limite inexistente, eu usei uma linha de quebra (e não uma linha cheia) para a sua construção, o que faz sentido com a minha percepção de que essas regiões eram fragmentadas (e não sequenciais), quando produzi esse esboço.

Entretanto, depois de frequentar o Bairro contexto essa suposta fragmentação entre o Jardim Canadá 1 e 2, ambos coletivamente reconhecidos como parte do mesmo Bairro. Entretanto, ainda que as regiões representadas por essas categorias sejam entendidas como partes diferentes de um conjunto, apresento a seguir o caso da Feira Experimente, uma feira de cervejas artesanais que acontece no Bairro uma vez por mês, na Praça Quatro Elementos, Esse evento tem relação direta com a nova forma de apropriação de alguns espaços do Bairro (no singular), sendo o uso da Praça um bom exemplo.

Continuo, no próximo tópico, a discussão iniciada na segunda seção sobre a mudança de perfil social dentro do Bairro (nas duas regiões, mas com maior concentração na parte nova) e como essa mudança é muito mais uma substituição de grupos sociais, classificados por um critério econômico. Em outras palavras, falo sobre a sumária expulsão de camadas mais pobres do Bairro em eco com a discussão apresentada anteriormente.

Assim, reflito como essa Feira, frequentada quase que exclusivamente por moradores de Belo Horizonte e dos condomínios de alto poder aquisitivo situados nos arredores, representa a apropriação de “bens raros”, como define Bourdieu (1997). Dessa forma, há uma diferença entre esse tipo de evento e uma ressignificação coletiva da categoria bairro, que aconteceu de “dentro para fora” e englobou o que, teoricamente, seriam duas representações de bairro em um só, na qual existiria uma unidade. Tal ressignificação é muito diferente do “sequestro dos lugares” por uma população mais abastada, sequestro que inibe a população de baixa renda moradora do Bairro de frequentar esses locais, o que, a meu ver, é uma fragmentação.

Localidades, na significação adotada por Appadurai (2004), são também produzidas nesses lugares e o próprio Festival³⁰ parece contribuir muito nesse sentido. Percebo um público progressivamente cativo e, aos poucos, laços serem formados. Entretanto, em conjunto com outras localidades que de alguma forma se relacionam ao Bairro, não há exatamente um vínculo entre elas. Portanto, a produção de localidades, por hora desconexas, a despeito de serem de alguma forma relacionadas ao Jardim Canadá, ainda não se encontram.

4.3 A produção de localidades desconexas

"O que o capitalismo visa é sequestrar todo o gesto criativo produzido pelas vidas" (Félix Guattari, 1986).

"Canadá 1, 2, BH Shopping, Chefão, Verdemar!". É assim que costumeiramente os cobradores/porteiros das tantas vans que fazem o trajeto entre o centro de Belo Horizonte (passando pela região sul) e o Jardim Canadá gritam ao abrir a porta delas em frente aos pontos dos ônibus oficiais. Essas vans passam por todo o Bairro Jardim Canadá, fazendo o mesmo percurso dos ônibus e parando nos mesmos pontos.

As vans são conduzidas por motoristas, auxiliados por uma pessoa que exerce a função conjugada de cobrador e porteiro (a porta de passageiros é pesada e precisa ser aberta manualmente, pela parte de dentro do veículo). É bastante frequente encontrar pai e filho nessas funções, que são essencialmente masculinas; geralmente a pessoa mais velha assume o volante, enquanto o mais novo fica com a função de lidar com os passageiros e o dinheiro. Costumeiramente os cobradores ficam em pé quando estão perto dos pontos, ou alternando de lugar quando existem assentos vagos.

Normalmente essas vans "sobem para o bairro" lotadas, assim como os ônibus que saem da capital também em direção ao Jardim Canadá. Mas, diferente dos ônibus, a maioria delas possui ar condicionado e música tocando, além de não serem regulamentadas e não terem nenhum texto na parte externa (mas quase todos os veículos são prateados). De maneira geral, as trilhas sonoras das vans são compostas por uma seleção de músicas bem aleatórias: sucessos populares e internacionais de décadas passadas que são intercalados com o que eu

³⁰ Apesar de o nome oficial do evento ser "Feira Gastronômica Experimente", as pessoas costumeiramente o chamam de "Feira" ou "Festival", sendo "Festival" adotado mais no cotidiano e "Feira" em divulgações. Eu uso as duas categorias ao longo da seção.

imaginei serem músicas famosas e atuais do estilo brasileiro chamado sertanejo universitário (eu não sei o nome da maioria dessas músicas, mas aprendi a cantar alguns trechos das mais tocadas). Quase sempre os motoristas mudam a estação de rádio sem a menor cerimônia e parecem preferir músicas do estilo sertanejo.

Das primeiras vezes em que fui ao Jardim Canadá preferia os ônibus, mas com o tempo passei a gostar muito mais de ir de van. Não é difícil reconhecê-las; além de que o percurso e as paradas são os mesmos dos ônibus, logo é fácil se localizar. O preço da passagem delas é um pouco maior do que a dos ônibus, mas os veículos são muito mais confortáveis.

No segundo sábado de dezembro de 2015, um dos dias em que eu iria na Feira Experimente encontrar com uma amiga, resolvi pegar uma van no mesmo lugar da Savassi em que eu sempre esperava tanto os ônibus como as vans. Essa Feira reúne produtores e apreciadores de cerveja artesanal e acontece todo segundo sábado de cada mês, na Praça Quatro Elementos. A Praça é um lugar conveniente para a implantação da Feira (e é o único espaço público possível para abrigá-la dentro do Bairro), pois existem algumas casas de produção de cerveja no Bairro próximas a essa, tais como a cervejaria *Krug Bier*. A realização dessa Feira é bastante recente, sendo que sua primeira edição aconteceu no dia oito de dezembro de 2014.

Em decorrência da Feira, algumas vans fazem o itinerário direto entre a Savassi e a Praça Quatro Elementos, sem parar nas intermediações. Normalmente, os passageiros vão e voltam no mesmo veículo e pagam vinte e cinco reais pela ida e a volta. Entretanto, “as paradoras”, as vans que fazem o percurso normal (forma pela qual eu fui para o Bairro naquele dia), são mais baratas (aproximadamente oito reais a passagem, no valor atual).

Nesse dia, a van que eu peguei era dirigida por um homem na faixa de quarenta anos e o filho dele, de aproximadamente vinte anos, executava a função de cobrador/porteiro. Eles conversavam bastante durante o caminho, inclusive comigo, o que é muito comum de acontecer nas vans, sendo que o diálogo começou quando eu pedi para me avisarem quando fossem passar pelo Jardim Canadá 2. Eles logo reconheceram que eu deveria estar indo à Feira de cervejas e, além de prometerem me avisar quando chegassem à Praça, me deram o cartão profissional deles para quando “você acabar de beber e for voltar para casa”.

Depois de entrar no Bairro, a van começou a se esvaziar rapidamente, fazendo um trajeto idêntico ao que os ônibus fazem, como o esperado. Eu achei muito divertido esse percurso dessa vez, pois tanto o pai (o motorista) quanto o filho gritavam as pessoas na rua e pediam para algumas delas esperarem porque eles voltariam. Umás três vezes o motorista da van parou para conversar com alguém ou buzinou para os motoristas de ônibus que passavam no lugar.

Quando a van começou a adentrar as ruas do que eu entendo como Jardim Canadá 2, eles me avisaram que dali a pouco eu chegaria ao meu destino. Eles fizeram piada, falando para eu não me preocupar, nem ter pressa, pois “aquelas cervejas caras não vão acabar de jeito nenhum”. Eu expliquei que nunca tinha ido no Festival, que estava lá porque minha amiga havia me convidado (o que era, em parte, verdade) e perguntei quem costumava ir. Eles me animaram falando que o “pessoal é bem bonito” e que “lá tá cheio de gente de BH e dos condomínios”.

Os dias de Feira proporcionam os raros momentos em que a Praça Quatro Elementos fica cheia e, nesse dia, como de costume, havia várias barracquinhas (de cerveja e de comidas diferentes) e muitas tendas formando um caminho em cruz. Essa foi a ocasião em que eu fiquei mais tempo nessa Praça. Eu concordo com o que o motorista da van me falou: o Festival não me pareceu frequentado pelas pessoas do Bairro e eu achei tudo bastante caro; gastei mais dinheiro do que eu havia previsto. A Imagem 15 é uma foto retirada de uma reportagem a respeito da primeira edição da Feira (que já me pareceu cheia):

Imagem 15 – Primeiro dia da Feira Experimente



Fonte: Disponível em: <http://guia.uol.com.br/belo-horizonte/noticias/2014/12/12/festival-de-cervejas-artesanais-e-gastronomia-movimentada-o-jardim-canada.htm>; Acesso em: 16 de abril de 2016.

Desde a primeira edição da Feira a entrada no evento não é cobrada, entretanto o preço das bebidas e das comidas e também o perfil do evento selecionam um público de classe média e alta. As pessoas que frequentam o local são, em sua maioria esmagadora, brancas. O estilo recorrente de indumentárias que eu identifiquei nas edições do Festival em que eu fui alterna peças reconhecidas por seu caráter informal (*jeans*, camiseta de malha, sapatos baixos, ou tênis), que me parecem mais condizentes para um evento ao ar livre, com roupas mais elaboradas.

No entanto, mesmo as pessoas que usavam peças mais elaboradas não pareciam destoar do conjunto. Pude observar algumas mulheres usando salto alto, bastante maquiagem e roupas que eu julgo como ligeiramente pomposas para um evento ao ar livre (vestidos longos, tecidos nobres ou peças com brilhos). Os homens, quando mais “arrumados”, usavam a costureira combinação camisa de gola polo e calça jeans. Tanto em relação aos homens como às mulheres, observei muitos exemplares de marcas famosas e caras, mesmo entre os que estavam vestidos de maneira informal. Os muitos carros parados nas ruas próximas à Praça eram de bom padrão e muitos eram automóveis de luxo, cujo perfil é semelhante ao das pessoas que frequentam o Verdemar. A Imagem 16 foi cedida por um amigo que frequenta o Experimente e mostra a estrutura das tendas instaladas, assim como algumas pessoas consumindo nos *stands*.

Imagem 16 – Tendias da Feira Experimente



Fonte: Foto de Almir Santana, realizada em 10 de outubro de 2015

Todas as pessoas com quem conversei nas edições da Experimente que eu fui ou eram de Belo Horizonte (em sua maioria) ou dos condomínios da região, constatação que engloba inclusive as pessoas que trabalhavam nos *stands* da Feira. Em contrapartida, ninguém que mora no Jardim Canadá e que eu perguntei se frequenta o Festival disse que sim. Em uma matéria de um periódico de Belo Horizonte fica explícito como a organização da Feira parece esperar que o público venha da capital e não de Nova Lima (e muito menos do Jardim Canadá):

Para a estreia, são esperadas 3 000 pessoas na Praça dos Quatro Elementos, no Jardim Canadá, em Nova Lima. Para chegar até lá, uma iniciativa louvável: vans sairão de meia em meia hora da Savassi (Rua Rio Grande do Norte, 1411) rumo ao evento e trarão os visitantes de volta.

[...]

Para acompanhar as bebidas, o chef Eduardo Avelar criou um cardápio especial, que será produzido pelas equipes de casas como o Grampa's Attic Pub, Vintage 13 e Seu Romão Cervejaria (REVISTA VEJA BH, 2014)

Essa intenção pode ser percebida tanto pelo local no qual a Feira foi anunciada (uma revista de Belo Horizonte) como pela divulgação de “como chegar no local” (saindo da capital) e também pela expectativa de público para o primeiro dia do Festival: três mil pessoas, aproximadamente metade da população do Bairro Jardim Canadá. O tom da matéria também deixa claro que tipo de público é aguardado nesse Festival. Não apenas o tom, como o tipo de produto oferecido: cervejas especiais e um “cardápio especial” criado por um renomado *chef*.

Aliás, tudo vendido no Experimente parece reunir atributos como “artesanal”, “especial” ou “*gourmet*”. Em uma das edições em que eu fui estava fazendo muito calor e eu decidi comprar um sorvete. Para minha surpresa não existiam sorvetes a venda, mas sim *gelatos*. *Gelato* é a palavra em italiano para sorvete. Apesar da língua usada, eu não sei se, de fato, existe uma diferença significativa entre um sorvete e um *gelato* (além do preço, pois um pote com aproximadamente cem gramas custava algo em torno de dez reais).

No *stand* em que eu comprei um pequeno pote de *gelato* as duas funcionárias estavam elegantemente uniformizadas: calça e camisa com as cores da marca (não lembro quais) e sobre essa combinação um avental limpíssimo. Esse tipo de indumentária parece fazer parte de um código que eu suponho não ser declarado, mas frequentemente adotado pelos funcionários que trabalham nos *stands* da Feira: todos estão uniformizados e o avental parece ser um item fundamental. Fora os uniformes que eu achei bem elegantes, reparei também nos sabores refinados dos *gelatos* oferecidos: limão siciliano, creme especial e chocolate belga; o

único sabor que não tinha ingredientes estrangeiros, o creme, era incrementado pelo atributo “especial”.

Apesar da minha implicância com o preço, o tal *gelato* de fato era bem bom, parecia ser feito com material de ótima qualidade e ter uma execução primorosa, sem aqueles cristais de água que são formados em sorvetes de baixa qualidade. Eu comprei o de “chocolate belga”, que era incrementado com grandes pedaços de um excelente chocolate e possuía uma cor marrom intensa. Comparados com os sorvetes costumeiramente vendidos nas sorveterias populares brasileiras, que possuem predominantemente cores pastéis e os sabores têm nomes infantis (pedacinho do céu, chicletes e outros), esses *gelatos* me pareceram muito refinados.

Quase tudo que é vendido ali carrega essa aura de refinamento, como uma versão do popular prato brasileiro “*filet* com batatas fritas”, que era anunciado como “*filet* especial com cebolas caramelizadas”, com a opção para o cliente escolher entre mandioca e batata frita. Em outro *stand* os camarões grandes e fritos eram servidos em uma embalagem bonita de papelão, igual as de pipocas compradas em cinema, e recebiam o criativo nome de “pipoca de camarão”. Aliás, o termo barraca, comumente adotado em feiras brasileiras, foi trocado pela sua variação em inglês: *stand*.

O uso desses nomes criativos, com muitas adaptações desnecessárias para expressões estrangeiras, é uma forma de agregar valor aos produtos, o que, a despeito da inegável qualidade de tudo que eu consumi no Festival, também é um artifício para aumentar os preços deles. Eu também tive a nítida impressão que havia um rigoroso controle de qualidade por parte dos organizadores da Feira sobre tudo que era vendido. Aliás, o funcionamento da Feira é unificado, semelhante às populares quermesses que acontecem especialmente nas cidades de interior no Brasil. As quermesses são festas paroquiais, cuja administração é feita pela unidade paroquial que a organiza. As barracas não são independentes e nada é vendido diretamente, sendo preciso comprar fichas nos caixas e apenas com elas é possível consumir. O Experimente também funciona assim, com o acréscimo de que nesses caixas centrais são aceitos cartões de crédito e débito de bandeiras variadas.

Eu não estive nas primeiras edições do Experimente, mas fui em algumas posteriores, Acompanhando o desenvolvimento da Feira, reparei que ela fica mais cheia a cada edição e a

expectativa de frequentadores parece ter sido cumprida. Em uma matéria do dia 11 de dezembro de 2015, quase um ano após a inauguração da Feira, publicada no periódico *Diário do Comércio*, a estimativa de público do Experimente foi calculada em oito mil pessoas. Não saberia dizer se esse número é verdadeiro, mas parece provável, pois o evento ocorre das onze da manhã até o fim da tarde e é aberto; logo, a circulação de pessoas pode ser bastante alta. Não apenas por essa estimativa de público, mas pela apropriação do local, o contraste da Praça Quatro Elementos nos dias de Festival com os outros dias do mês é gritante. A Imagem 16 foi retirada da matéria citada e é uma vista aérea da Praça, sendo que tal foto foi cedida pela organização:

Imagem 17 – Vista aérea da Praça Quatro Elementos durante uma das edições da Feira Experimente



Fonte: Disponível em: http://www.diariodocomercio.com.br/noticia.php?tit=cervejas_artisanais_experimente_reune_mais_de_8_mil_pessoas. Acesso em: 17 de abril de 2016.

Apesar da imagem bastante bonita, mostrando a Praça cheia, com as tendas instaladas e a estonteante vista das montanhas típicas da paisagem natural de Nova Lima, fora os dias de Feira a Praça me parece um triste resultado de uma boa intenção do planejamento urbano. Seguindo o padrão modernista (em consonância com o projeto do Bairro, conforme já foi discutido) ela é um lugar central, amplo, grande e bem equipado. A Praça foi reformada recentemente pela Vale (como apresentado na seção anterior), por isso a maior parte do seu piso e dos equipamentos (parquinho infantil e equipamentos da academia da cidade) estão em boas condições.

Entretanto, ela fica em um dos pontos mais altos do Bairro e tem apenas uma concentração de árvores na sua parte mais alta (em direção à entrada do Parque do Rola-Moça), enquanto a maior parte dela é completamente descoberta, sem muito abrigo. Assim, eu tenho a percepção dela como um enorme descampado, onde a permanência não é agradável nem no verão e nem no inverno. Não sem motivo, todo Festival Experimente é desenvolvido sob toldos montados especialmente para o evento, o que melhora muito a qualidade do espaço.

Nos dias do Experimente algumas poucas barracas são instaladas nas intermediações do Festival, mas sem pertencerem a ele. São barracas “paralelas”, as quais, Leonardo, um amigo meu que frequenta assiduamente a Feira, me retratou assim: “não chega a ser uma feira, mas é uma ou duas barraquinhas que surgem e somem. Tem uma que tenho ido, que tem um pastel grande, bem gostoso. Essa é no lado norte, não tenho ideia do nome da rua”. Segundo ele, essas barracas paralelas são frequentadas tanto por quem vai à Feira (em busca de alternativas mais baratas, esse pastel grande, por exemplo custa cinco reais), mas essencialmente por uma população que mora no Bairro “ai rola umas pessoas que dá pra perceber que são, provavelmente, do Bairro. Umhas pessoas que levam *Skol* latão para beber por lá, mas são bem poucas”.

Essas “pessoas que bebem *Skol* latão” e são identificadas como moradores do Bairro também podem ser demarcadas pelos itens de vestuário que frequentemente adotam, os quais destoam muito da indumentária usada pela maioria das pessoas que frequentam a Feira (mas não moram no bairro). Sobre o reconhecimento de elementos de vestuário que operam como um código de formação de grupo, Sahlins (2007) declara:

A “mera aparência” deve ser uma das formas mais importantes de asserção simbólica na civilização ocidental, pois é pelas aparências que a civilização transforma a contradição básica de sua construção num milagre da existência: uma sociedade coesa formada por perfeitos estranhos (SAHLINS, 2007, p. 212).

Essa afirmação faz bastante sentido uma vez que há uma coesão entre o estilo desse grupo, o que também acontece com o outro (as pessoas que não moram no Bairro, mas vão no Festival). O que Sahlins (2007) reforça nessa coerência é a “possibilidade de apreender os outros, sua condição social”, a partir de certos padrões e repetições de elementos nas indumentárias.

Dessa forma, as pessoas desse grupo (os moradores do Bairro) geralmente usam roupas em estilo casual composto, em sua maioria, por bermudas e moletons para os homens; saias, shorts curtos e calças justas para as mulheres. Peças em *jeans* são muito usadas pelas mulheres e os homens parecem preferir roupas em tecidos sintéticos, especialmente em tons fortes, muitas vezes reunidos com grandes estampas e/ou marcas escritas em fontes enormes, agrupadas em combinações não muito ortodoxas. Frequentemente, os acessórios são empregados sem economia: grandes correntes douradas ou prateadas para ambos os sexos e bonés de aba reta para os homens. Esse estilo é bem frequente nas periferias brasileiras, sendo que, no Jardim Canadá (especialmente no 1), eu reparei uma variação masculina dele: o acréscimo da meia ao costumeiro de chinelo esportivo, o que eu achei bem característico e singular. Imagino que a meia seja adotada para compor o estilo, mas também pelo frio que faz em Nova Lima durante a noite.

Entretanto, em conjunto com a indumentária, o que demarcou esse grupo também foi o fato dessas pessoas consumirem “*Skol* latão” em um Festival de cervejas artesanais. A referência à cerveja consumida é um forte indicativo de classe social, tão forte quanto o vestuário desses sujeitos. A *Skol* é uma marca popular de cervejas industrializadas e amplamente distribuída no território nacional, sendo uma marca que nada tem de “especial”, “artesanal”, ou “*gourmet*”. O formato latão também é a forma de armazenamento menos refinada na qual essas cervejas são vendidas. Popularmente, as garrafas de vidro possuem fama de conservar melhor as bebidas, enquanto as latas menores são mais práticas. O latão, apesar de conter uma quantidade razoável de bebida e ser de fácil manuseio (sem o risco de quebrar como facilmente acontece com as garrafas de vidro), também é uma forma de armazenamento negativamente estigmatizada, uma vez que a cerveja esquenta mais rápido depois de aberta e ele não tem o mesmo potencial do vidro.

Enquanto um latão de seiscentos mililitros é vendido a cinco reais (ou na promoção de três unidades por dez reais, o mesmo preço do singelo potinho de *gelato*), contendo cerveja industrializada e barata, as cervejas do Experimente são vendidas em elegantes garrafas de vidros ou servidas em copos de plástico. No Experimente, eu sempre priorizei consumir as cervejas que dentro desse arcabouço de “cervejas especiais” tivessem um preço razoável, entretanto eu vi pequenos copos (com aproximadamente trezentos mililitros de capacidade) serem vendidos a vinte reais.

Também já observei grupos de jovens usando esse tipo de roupa (provavelmente moradores do Bairro) frequentando o Festival com outras bebidas. Embora não seja uma regra declarada, fica óbvio pela expressão de repreensão no rosto de alguns frequentadores que levar bebidas (especialmente as baratas) é encarado como um desvio da norma do evento. Assim, os sujeitos que transitam com as “*Skol* latão” ou com garrafas de vidros em sacolas plásticas, consumidas coletivamente e “no bico”, são associados a estigmas sociais negativos. Tal estigma negativo não é ligado apenas ao comportamento não recomendado, frequentemente adotado por esses grupos, mas também está intrinsecamente relacionado à classe social e ao baixo poder aquisitivo deles; esses grupos são reconhecidos como “farofeiros” e referidos em um tom de escárnio contido.

Mas, paradoxalmente, há no comportamento desses “farofeiros” tanto uma subversão direta ao código social do evento como um certo distanciamento “respeitoso”; apesar de irem para as proximidades do Festival, ficam nas ruas laterais ou nas partes não cobertas da Praça. Esses grupos geralmente permanecem nas ruas adjacentes à Praça e, quando muito, circulam restritamente nos espaços localizados às margens dela; quase nunca frequentam os eixos formados pelas tendas, os espaços centrais. Existe uma clara distinção social inscrita também no espaço, pela qual as áreas menos nobres e externas do Festival são frequentadas por esses grupos delimitados por um perfil social menos favorecido, de sujeitos que não possuem capacidade pecuniária para consumir no evento e nem se enquadram no perfil padrão de classe média e alta. Segundo Bourdieu (1997), essa dinâmica determina que “os que não possuem capital são mantidos a distância, seja física, seja simbolicamente, dos bens sociais mais raros e condenados a estar do lado das pessoas ou dos bens mais indesejáveis e menos raros” (BOURDIEU, 1997, p. 164).

Logo, quem não possui capital para consumir, nem a aparência desejável, até frequenta o Evento, mas não circula e nem permanece na região coberta, além de nunca sentar nas mesas e cadeiras oferecidas pelos organizadores. A foto mostrada abaixo (Imagem 18) foi tirada por mim, no primeiro dia em que eu estive no Bairro. Nesse dia, fotografei o pedaço da Praça que estava ocupado, enquanto as outras partes estavam vazias, mas ainda assim, considerando seu tamanho, ela é bem pouco ocupada. A Praça Quatro Elementos tem forma quadrada (quando vista em planta) e é dividida em quatro quadrantes (as tendas do Experimente estão na divisão desses quadrantes, formando um eixo em cruz). A Imagem 18 mostra uma das pontas da praça

que, pela presença de equipamentos, não é muito apropriada no Festival, porém é o lugar mais frequentado nos outros dias.

Imagem 18 – Praça Quatro Elementos em um fim de semana



Fonte: Acervo pessoal. Foto realizada em 28 de fevereiro de 2015.

Fora os dias nos quais são realizados o Experimente, a Praça fica frequentemente vazia, sendo muito pouco ocupada. A despeito desse contraste de uma praça lotada nos segundos sábados do mês para um lugar quase vazio, Bourdieu (1997) apresenta uma importante contribuição de que “a capacidade de dominar o espaço, sobretudo apropriando-se (material ou simbolicamente) de bens raros (públicos ou privados) que se encontram distribuídos, depende do capital que se possui” (BOURDIEU, 1997, p. 163).

Assim, para o Bairro, a Praça se enquadra na definição de “bem raro”, uma vez que está no ponto mais alto dele e é um importante marco visual do Jardim Canadá, assim como é o único espaço público destinado ao lazer. Entretanto, ela só foi apropriada, de fato, por um grupo atraído por um evento específico para um público de alta renda. O caso desse Festival, feito no Bairro e frequentado por esse público fundamentalmente externo e de alta renda, compõe parte importante no processo de gentrificação descrito na segunda seção.

Tal Festival, como dito, acontece no Bairro desde dezembro de 2014 e a escolha do Jardim Canadá como local para ele não foi coincidência, nem ocorreu aleatoriamente. Como toda a estrutura do evento é móvel, não há nenhuma relação direta com a Praça, fora o fato de, pelo tamanho, ela poder tanto abrigar essa estrutura como receber um grande público. O Festival acontece no Bairro também pela proximidade com as cervejarias da região, as quais só estão na região em decorrência da apropriação progressiva do Jardim Canadá (especialmente o 2) por grupos de alta renda (sendo a presença dessas cervejarias também importante para esse processo).

Mas além da expulsão de alguns grupos de baixa renda do Bairro, esse processo vem acompanhado de um outro fenômeno. Como já foi apresentado, um bairro é um cenário real para a produção de localidades (APPADURAI, 2004), mas um bairro que como o Jardim Canadá, segmentado extraoficialmente e coletivamente em duas regiões, além de possuir populações com perfis completamente distintos, me parece um lugar no qual, obviamente, diversas localidades são produzidas, mas talvez muitas delas não se conectem.

4.3.1 Da Feira Gastronômica Experimente ao Bar da Vandinha

Todas as edições do Experimente em que eu fui, havia, em determinado momento, um *show* em um palco montado especialmente para isso, que eram apresentações de bandas que tocavam versões de músicas de grupos consagrados de *rock* internacional, como *Beatles* e *Rolling Stones*. Costumeiramente as pessoas ficam em pé e parecem apreciar bastante essa escolha musical.

Enquanto o *rock* é um estilo frequente entre os jovens de classes mais abastadas no Brasil, outros estilos musicais (cujas músicas não tocam no Experimente) são amplamente difundidas em outros grupos sociais. Os carros de som do Bairro, assim como os bares no Jardim Canadá, tocam massivamente sucessos do gênero *funk* e do novo sertanejo (variações do estilo sertanejo, mas que parecem terem sido misturadas com outros estilos, como o “arrocha” e o próprio *funk*). Sobre o *funk*, o antropólogo Hermano Vianna (1990) dispõe que “desde o início dos anos 70 o *funk*, estilo musical inventado por negros norte-americanos, anima um número impressionante de festas realizadas no Rio de Janeiro e frequentadas por jovens que pertencem às camadas mais pobres da população” (VIANNA, 1990, p. 244). Tal constatação

não restringe o *funk* a esses grupos, mas demonstra a origem desse estilo e como ele, apesar de ser progressivamente aceito e escutado por outras camadas sociais, tem uma origem e um estigma relacionado a lugares e grupos periféricos.

Dentre esses bares do Bairro que, diferentemente do Festival, tocam *funk* e sertanejo, existe o Bar da Vandinha, que fica no Jardim Canadá 1, lugar que meus amigos que faziam residência artística no JA.CA frequentam. Como quase todos os bares do interior do Jardim Canadá, o ambiente é bastante simples e o público essencialmente masculino. O bar tem uma sinuca, na qual as pessoas ficam jogando enquanto bebem e dançam sucessos populares desses estilos listados, com letras em linguagem bastante coloquial. A indumentária frequentemente adotada pelos frequentadores desse bar é semelhante à retratada aqui como usada pelos “farofeiros” do Festival.

Diferente do Festival, no qual as cervejas são artesanais, produzidas em lugares de pequeno a médio porte, as cervejas vendidas no Bar da Vandinha são patrocinadas por uma popular marca brasileira. São cervejas industrializadas que especialistas e entendedores do assunto chamam pejorativamente de “cervejas de milho”. O bar é administrado por um homem cujo nome eu não me recordo, que mora em um cômodo nos fundos dele com a filha pequena. A menina circula pelo ambiente do Bar sem maiores problemas, apesar de os meus amigos me recomendarem seriamente para não ir nesse estabelecimento, que eles chamaram de “ponta de faca”, por ser, segundo eles, potencialmente perigoso.

A minha presença nesse bar não passou nem um pouco despercebida, mas eu imagino ter sido mais uma questão de gênero do que relacionada à diferença de classe social. A diferença entre os preços dos alimentos e cervejas servidas na maioria dos bares do Jardim Canadá (incluo nessa conta tanto o 1 como o 2) e os produtos vendidos no Experimente é gritante.

Essa diferença também está fundamentada na qualidade dos produtos. Uma cerveja artesanal feita de trigo, por exemplo, é de fato mais cara para ser produzida do que as cervejas “de milho” feitas em larga escala e armazenadas em embalagens econômicas. Entretanto, o que está a venda não são apenas as cervejas, junto com o produto levamos também seus atributos. Sahlins (2007), em uma reflexão antropológica sobre as sociedades ocidentais, apresenta como o valor de troca de mercadorias não é definido apenas por um critério econômico.

A cerveja artesanal não é mais cara apenas porque seu processo de produção é mais oneroso, mas também porque existe nelas um valor social, sendo que “ao dar forma ao produto, o homem não apenas aliena seu trabalho, congelado assim de uma forma objetiva, como também, pelas modificações físicas que efetua, sedimenta um pensamento” (SAHLINS, 2007, p. 192). O critério de taxação da mesma categoria de produtos - nesse caso, cervejas e acompanhamentos - não é essencialmente prático, mas passa por todo um sistema simbólico, no qual esses produtos têm diferentes significados.

Além dos produtos consumidos, essa distinção simbólica também está inscrita no espaço, o que, segundo Bourdieu (1997), torna essas diferenças sociais muito difíceis de serem revertidas, na óptica dos “desprovidos de capital”. Entretanto, a relação inversa é obviamente facilitada. A fantasmagórica Praça Quatro Elementos, que até dois anos atrás era pouco frequentada, foi de fato apropriada com a criação do Festival Experimente. Quando eu falo que a Praça foi apropriada pelo público do Festival não pretendo julgar que tipo de uso é legítimo para uma praça, pois não há posição hierárquica de inferioridade entre os poucos jovens andando bicicleta e as crianças no parquinho em relação ao Festival, ambas são ocupações possíveis para essa Praça.

Contudo, o Festival recebe aproximadamente oito mil pessoas, número maior do que a população do Bairro. Assim, por esse número de frequentadores, especialmente considerando que a maioria esmagadora dessas pessoas não mora no Bairro, eu entendo a Praça, nesses dias de Festival, como um “bem raro”, como chama Bourdieu (1997), sumariamente sequestrado pelo capital. Assim como a Praça, outros lugares do Jardim Canadá (especialmente no 2) são progressivamente arrebatados pelo capital.

Entretanto, a presença desses grupos de alta renda no Bairro também produz localidades dentro dele. Mas existe um processo de fragmentação entre as muitas localidades existentes e produzidas, as quais dificilmente se encontram. Assim, o Bairro, formado por duas regiões extraoficiais que, a meu ver, possuíam uma relação sequencial, provavelmente caminha para uma rachadura.

4.4 Por cidades do dissenso

Seria ingenuidade propor que essas localidades produzidas no Bairro, em sua maioria, não possuem nenhuma interseção entre si. Entretanto, não há como ignorar que ocorre, tanto na região do Jardim Canadá 1 como na 2, um processo inegável e sem volta de mudança de perfil social. Fica implícito no eufemismo contido na palavra “mudança” que existe uma crescente diáspora das camadas mais pobres, presentes no Bairro em seus primeiros tempos, assim como uma avassaladora chegada de grupos mais abastados.

Tais grupos são munidos de capital, logo da capacidade de apropriação também de lugares, uma vez que a distinção social também está inscrita no espaço. Com e pela chegada desses grupos, o Bairro voltou a figurar como “lugar dentro das ideias” (MARICATO, 2009) e tal retorno sempre vem acompanhado da atenção do Estado.

Essa atenção do Estado é potencialmente perigosa, uma vez que a tendência da gestão urbana, especialmente nos termos tratados por Vainer (2009) sobre a atual cidade empresa gerida pelo planejamento estratégico, tem o consenso como premissa (o que gera as cidades do “pensamento único”). Esse “pensamento único” sempre é voltado para o desenvolvimento econômico em uma dinâmica de cidade que é tratada (e consumida) como mercadoria, no qual figura o consenso (especialmente entre Estado e empresas privadas) sobre a necessidade de crescimento e desenvolvimento.

Logo, em um bairro inserido dentro de uma cidade gerida pela necessidade de criar consensos, tal como faz a atual gestão municipal de Nova Lima, não é difícil prever qual tipo de uso e ocupação é mais desejável e quais vão receber um forte incentivo do Estado, em detrimento de outros.

O que se pretende aqui, não é propor um isolamento do Jardim Canadá, nem indicar medidas de inibição para que esses grupos de alta renda que progressivamente se apropriam do Bairro não o façam. Mas sim, atentar contra a imposição de um consenso, sobre o qual Rancière (2006) discorre:

O consenso não é portanto simplesmente a opinião razoável de que é melhor discutir do que brigar, e a busca de um equilíbrio que distribua os papéis da melhor maneira – ou da menos má -, de acordo com interesses de cada parte. O consenso é a pressuposição de uma objetivação total dos dados presentes e dos papéis a distribuir. É um sistema perceptivo que identifica o povo político à população real e os atores políticos às partes do corpo social. É essa identificação que operam exemplarmente as sondagens de opinião. Estas efetuam uma redução permanente que nos apresenta uma igualdade irreduzível entre a soma total das opiniões enunciáveis e a soma total das partes da população. E também, ao decompor esse total, ao nos dizer quais partes da população privilegiam esta ou aquela “opinião”, definem uma população estritamente idêntica à redução dos grupos de interesses e das classes etárias. Em suma, o consenso suprime todo cômputo dos não-contados, toda parte dos sem-parte (RANCIÈRE, 2006).

Ou seja, nas cidades geridas pelo consenso o que se quer é suprimir o conjunto dos “não contados, dos sem parte”. O tal consenso seria, então, uma forma de apelar para a suposta expurgação de conflitos, repetindo em uníssono os interesses de camadas privilegiadas, sendo que o dissenso, em oposição, não seria a “guerra de todos contra todos” (RANCIÈRE, 2006), mas a forma de manutenção de diferenças. Assim, “o consenso então não é nada mais que a supressão da política”, na qual a política, segundo o autor, se refere “ao conjunto das atividades que vêm perturbar a ordem da polícia pela inscrição de uma pressuposição que lhe é inteiramente heterogênea” (RANCIÈRE, 2006).

Assim, essa produção de localidades que, a meu ver, guarda em si muitas desconexões é o resultado da imposição de um consenso nas cidades. Nesse caso, a tomada do Bairro, tanto pela criação de um “eixo cultural” como pelo grande incentivo para a acolhida desses grupos mais abastados (ressalto aqui que o Bairro é o segundo maior arrecadador de impostos para o município) cria, pela tentativa de homogeneizar, mais fragmentação do que coesão.

Diferente das categorias nativas que sequenciam o Bairro em dois, mas que não o quebram, essa tentativa de consenso parece conduzir para um processo de fragmentação. Rancière (2006) reflete que “quando se quer suprimir o povo dissensual da política pela população consensualmente gerida, vê-se aparecer em seu lugar um outro povo, mais antigo, mais instável, o povo da etnia que se declara incompatível com a etnia vizinha” (RANCIÈRE, 2006).

No contexto da citação acima há uma menção aos casos frequentes na Europa de xenofobia e racismo, o que não se aplica ao caso do Bairro. Entretanto, tais formas extremas são

resultados de uma ruptura. Ruptura que vemos começar a acontecer quando, por exemplo, apresentamos o caso da Feira Experimente, que acontece na Praça Quatro Elementos, um dos lugares mais importantes do Bairro, mas é pouco frequentada por seus moradores.

Atento também para a fragilidade da produção de localidades no que define Appadurai (2004) sobre as dificuldades para manter relações entre sujeitos locais, cujas vidas se entrelaçam no cotidiano em um contexto frequente de “diáspora” de alguns grupos. Finalizo, então, essa discussão com uma citação de Appadurai (2004) sobre o

[...] desafio de produzir um bairro nestes ambientes da instabilidade inerente das relações sociais, da forte tendência para a própria subjetividade local ser mercantilizada e da tendência dos Estados-nações, que por vezes obtêm importantes rendimentos desses sítios, para obliterar a dinâmica interna local mediante modos de credenciação e produção de imagens impostos de fora (APPADURAI, 2004, p. 255).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como tantos bairros brasileiros, o Jardim Canadá foi, em 1958, parte de um ambicioso projeto de parcelamento do solo em um lugar que, a princípio, era bastante afastado de outros núcleos urbanos, sendo o jovem condomínio Retiro das Pedras, inaugurado em 1957, seu vizinho mais próximo. Em seus primeiros tempos, mal havia uma ligação viária entre Belo Horizonte e o Bairro, assim como era também muito desconectado do resto de Nova Lima. Até muito recentemente (aproximadamente 2010), conforme me informou a Joana, para se chegar ao centro de Nova Lima de ônibus, saindo do Jardim Canadá, era necessário ir até a Capital.

O loteamento, batizado em homenagem ao Canadá - país colonizado e conhecido por ser terra de oportunidades, característica que o acompanha desde o período da sua colonização até os dias atuais -, tem avenidas e ruas nomeadas pelas principais cidades desse país. Entretanto, se a ideia era apresentar o Jardim Canadá como lugar de oportunidades e produção de riqueza, tal intenção permaneceu apenas na nomeação do Bairro e de seu sistema viário.

Como foi apresentado ao longo deste trabalho, o Bairro foi rapidamente abandonado pelo grupo empreendedor que o projetou e que executou parcialmente apenas o arruamento e a marcação dos lotes. Por pouco tempo, então, o Jardim Canadá permaneceu como “lugar dentro das ideias” (MARICATO, 1979), posteriormente passando anos completamente invisível ao Estado.

Graças ao insucesso do Bairro como empreendimento, o Jardim Canadá, paradoxalmente, se tornou um lugar de “oportunidades”, mas muito diferentes das imaginadas pelo grupo empreendedor. Com pouquíssimas alterações no projeto original, o Bairro foi ocupado de maneira espontânea, com a predominância da autoconstrução e da informalidade. Foi então um lugar de “oportunidades” para uma população de baixa renda que, no contexto brasileiro, é frequentemente condenada aos lugares distantes e com infraestrutura urbana precária. Mas mesmo assim, pelo baixo custo dos lotes, o Jardim Canadá figurou como uma alternativa para a realização, ainda que lenta e descontínua, da possibilidade dos integrantes desses grupos terem um imóvel próprio.

Apresento brevemente como o Bairro foi sendo ocupado: sob alto custo social para seus moradores e relegado ao quase completo esquecimento pelo Estado. Porém, tal esquecimento durou apenas o tempo necessário para que uma “rica periferia” se desenvolvesse à sua volta. Um dos pontos que destaco como muito emblemático para a consolidação dessa vizinhança rica foi a inauguração do Condomínio Alphaville Lagoa dos Ingleses, em 1999.

De um lugar no meio do nada, como não raro escutei durante minhas incursões a campo, naquele momento o Bairro passou a estar exatamente no meio do caminho entre a Capital e o então bem sucedido condomínio de alto padrão Alphaville e seus pares. Alguns empreendimentos de alto padrão foram sucessivamente instalados na Avenida Toronto (colada à rodovia federal, que liga Belo Horizonte ao Bairro e ao Alphaville) e os que já existiam, como o Posto Chefão, foram ampliados e, aos poucos, reformados. E como parte de um processo recente, esses lugares começaram a ser frequentados por grupos de alta renda, composto pelos moradores desses condomínios vizinhos.

Não sem conexão com o novo tipo de público que progressivamente começava a frequentar o local (ainda que apenas nas suas margens), mas também como resultado dos anos de esforços e reivindicações da população do Jardim Canadá, a “urbanidade” chega ao Bairro. A instalação do sistema de distribuição de água em 2000, de coleta de esgoto em 2004, assim como o asfaltamento das avenidas e ruas até então vermelhas pela quantidade de minério de ferro no solo, são assustadoramente recentes.

Assim, tanto na segunda quanto na quarta seção, reflito sobre esse processo de revitalização urbana que aconteceu no Bairro, que se deve também à formação bastante acelerada de um “eixo cultural” no local. Esse processo vem tendo como uma de suas consequências a substituição de grupos de baixa renda por camadas mais abastadas, o que é apresentado aqui como gentrificação, especialmente no Jardim Canadá 2. Em um dos itens da segunda seção, destaquei uma citação que encontrei em um periódico britânico de que a “gentrificação é apenas a barbatana sobre a água” e que abaixo está o resto do tubarão.

Considero uma das narrativas que encontrei no Bairro muito simbólica e ligada a essa constatação: a história da trajetória da ONG (antigo Centro de Artes) JA.CA, várias vezes citada neste trabalho. Para mim, as várias mudanças de endereço do JA.CA e seu papel

ambíguo nesse processo (agente da consolidação do “eixo cultural” e, ao mesmo tempo, parte prejudicada nessa dinâmica) revelam como ele é muito mais complexo do que parece.

Conto também um pouco da história da Ivete, gentilmente compartilhada por ela. Tal história também me remete à complexidade desse processo, no qual Ivete, dona de lotes no Jardim Canadá e no vizinho ainda mais pobre, o Água Lima, passou a alugar esses imóveis, prática bastante comum no Bairro. Ivete compõe um grupo de moradores do Bairro que se tornaram investidores (e, logo, especuladores) imobiliários e lá permaneceram, a despeito de tantos outros que já foram embora, assim como dos que estão sendo expulsos do Jardim Canadá.

Por último, reflito sobre a Feira Gastronômica Experimente, uma adaptação de luxo das tradicionais quermesses brasileiras. Enxergo a criação bastante recente dessa Feira (a primeira edição ocorreu no final de 2014) como outra parte desse complexo “tubarão”. Frequentada por um público majoritariamente externo, com renda bastante superior à média encontrada no Jardim Canadá, a Feira também figura como um sequestro mensal de um “bem raro” (BOURDIEU, 1997) dentro do Bairro, a Praça Quatro Elementos.

Como já sugeri, não me oponho essencialmente a essa chegada progressiva de grupos de alta renda ao Jardim Canadá. Entretanto, espero que o Bairro não se torne, como aconteceu e acontece em muitas cidades brasileiras, um lugar do “pensamento único” (VAINER, 2009). Pensamento único que opera como ferramenta para favorecer aqueles que detêm capital e subjugar aqueles que não o possuem.

Não pretendo também sugerir que tal resignificação e as mudanças relacionadas ao Bairro sejam contidas, uma vez que, no cotidiano, no âmbito do vivido, os espaços (e os sistemas simbólicos) estão constantemente sujeitos a elas. Essas mudanças nos planos é que marcaram a trajetória de produção de localidades no Bairro: um bairro único que engloba dois (o Jardim Canadá 1 e 2), assim como a completa e constante alteração dos planos originais ao longo do seu processo de formação histórica.

Por fim, deixo em aberto, neste trabalho, algumas questões. Joana, em uma de nossas conversas, imaginou que esse processo de substituição de perfil social fosse parar em determinado ponto, no qual o Bairro seria habitado, em sua maioria, por grupos de classe

média (como já foi dito, apesar dessa valorização, o Jardim Canadá, segundo critérios do IPEAD, ainda pertence à categoria “popular”). Entretanto, a experiência da Feira Experimente me fez conjurar uma outra teoria: a de que, na verdade, esse processo esteja apenas começando e talvez não pare no ponto que Joana imaginou.

Outra dúvida que deixo lançada está relacionada às regiões Jardim Canadá 1 e Jardim Canadá 2. Sobre elas eu ainda não consegui tecer nenhuma hipótese; não sei se em algum momento serão reconhecidas pelo Estado, chegando a se tornar (na mais extrema das teorias), algum dia, bairros oficialmente separados. Imagino tal questionamento relevante na medida em que esse processo, chamado aqui de gentrificação, acontece com muito mais força na parte mais nova do Bairro, o Jardim Canadá 2.

Finalizo, então, meus questionamentos e espero que o leitor (que tenha chegado até aqui) tenha formulado outras hipóteses, assim como questões.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Luciana Teixeira de. Os Condomínios Fechados e os Novos Empreendimentos de Cultura e Lazer em Nova Lima. In: COSTA, Heloisa Soares de Moura (org.). *Novas Periferias Metropolitanas*. A expansão metropolitana em Belo Horizonte: dinâmica e especificidade no eixo Sul. Belo Horizonte: C/Arte, 2006.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- APPADURAI, Arjun. Soberania sem Territorialidade: notas para uma geografia pós-nacional. *Novos Estudos Cebrap*, n. 49, p. 7-32, novembro 1997.
- _____, Arjun. A Produção de Localidade. In: APPADURAI, Arjun. *Dimensões Culturais da Globalização: a modernidade sem peias*. Lisboa: Teorema, 2004, p. 237-263.
- ARANTES, Otilia Beatriz Fiori. Uma Estratégia Fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, Otilia Beatriz Fiori; VAINER, Carlos B.; MARICATO, Ermínia. *A Cidade do Pensamento Único*. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
- BHERING, Iracema Generoso de Abreu; MONTE-MOR, Roberto Luís de Melo. Dinâmica do Crescimento das Cidades Brasileiras: pobres periferias ricas. In: COSTA, Heloisa Soares de Moura (org.). *Novas Periferias Metropolitanas*. A expansão metropolitana em Belo Horizonte: dinâmica e especificidade no eixo Sul. Belo Horizonte: C/Arte, 2006
- BOURDIEU, Pierre. Efeitos do Lugar. In: BOURDIEU, Pierre (org.). *A Miséria do Mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997, p.159 a 166.
- _____. O espaço dos pontos de vista. In: BOURDIEU, Pierre (org.). *A Miséria do Mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997, p.11 a 15.
- BRASIL. Lei n. 2007, de 28 de agosto de 2007.
- _____. Lei 6766, de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras providências.
- _____. Decreto-lei n. 58, de 10 de dezembro de 1937.
- _____. Lei Estadual n. 10.793/1992.
- CAPORALI, Francisca (org.). *Habitar o Deserto*. Belo Horizonte: JA.CA, 2011.
- _____. (org.). *Vende-se/Aluga-se*. Belo Horizonte: JA.CA, 2014.
- CALDEIRA, Teresa P. do Rio. *Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.
- CARDOSO, Ruth. “Aventuras de antropólogos ou como escapar das armadilhas do método”. In: CARDOSO, Ruth (org.). *A Aventura Antropológica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 95-105.

COSTA, Geraldo Magela; PACHECO, Pollyana Dias. Planejamento Urbano no Ambiente Metropolitano: o caso do município de Nova Lima na Região Metropolitana de Belo Horizonte. In: COSTA, Heloisa Soares de Moura (org.). *Novas Periferias Metropolitanas. A expansão metropolitana em Belo Horizonte: dinâmica e especificidade no eixo Sul*. Belo Horizonte: C/Arte, 2006.

COSTA, Heloisa Soares de Moura. Mercado Imobiliário, Estado e Natureza na Produção do Espaço Metropolitano. In: COSTA, Heloisa Soares de Moura (org.). *Novas Periferias Metropolitanas. A expansão metropolitana em Belo Horizonte: dinâmica e especificidade no eixo Sul*. Belo Horizonte: C/Arte, 2006.

DAS, Veena; POOLE, Deborah. El Estado y sus Márgens. *Revista Académica de Relaciones Internacionales*, GERI-UAM, n. 8, junio de 2008.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E EMPREENDEDORISMO NO JARDIM CANADÁ. Deseja.ca. Disponível em: <https://programadesejaca.wordpress.com/>. Acesso em: 21 de maio de 2015.

DURHAM, Eunice Ribeiro. A Sociedade Vista da Periferia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 1, n. 1, 1996.

ESCOBAR, Arturo. Cultures its in places: reflections on globalism and subaltern strategies of localization. *Political Geography*, 20, 2001. p. 139-174.

_____. O Lugar da Natureza e a Natureza do Lugar: globalização ou pós-desenvolvimento?. In: LANDER, Edgardo (org). *A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Colección SurSur*, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, p. 133-168, setembro 2005.

ESTATUTO DA CIDADE. *Guia para Implementação pelos Municípios e Cidades*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002.

FERREIRA, Ana Gabriela Chaves. *Mineração em Serra Tanto Bate até que Seca: A presença da Vale em Itabira para além do desenvolvimento dos conflitos ambientais*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território, População: curso Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008 (Coleção Tópicos).

_____. *Ditos e escritos IV. Ética, estratégia, poder-saber*. MOTTA, Manoel Barros da (org.). Tradução de Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

FREITAS, Cristiane Motta de. *A Reconquista do Centro: uma reflexão sobre a gentrificação de áreas urbanas*. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

FURTADO, C. R. *Gentrificação e (Re)estruturação Urbana no Brasil: o caso de Porto Alegre: 1965- 1995*. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

GLASS, Ruth. Introduction: aspects of change. In: GLASS, Ruth. *London: Aspects of Change*, ed. Centre for Urban Studies, London: MacKibbonandKee, xiii–xlii. (1964)

HISSA, Cássio Eduardo Viana. *A Mobilidade das Fronteiras: inserções da geografia na crise da modernidade*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

JACOBS, Jane. *Morte e Vida de Grandes Cidades*. São Paulo: Editora WMF/Martins Fontes, 2009.

LASCHEFSKI, Klemens; COSTA, Heloisa Soares de Moura. Segregação Social com Externalização de Conflitos Ambientais: a elitização do meio ambiente na APA-Sul, Região Metropolitana de Belo Horizonte. *Ambiente & Sociedade*. Campinas, v. XI, n. 2, p. 451-46, jun-dez 2008.

LASCHEFSKI, Klemens. 500 anos na busca pela sustentabilidade urbana. *Cadernos Metrópole* (PUC-SP), v. 15, p. 143-169, 2013.

LEACH, Edmund Ronald. *Sistemas políticos da Alta Birmânia*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

LEFEBVRE, Henri. *The Productions of Space*. Oxford: Blackwell Publishing, 1991.

_____. *A Produção do Espaço*. Tradução Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: fev. 2006. Belo Horizonte: *no prelo*.

_____. O Direito à Cidade. In: LEFÉBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2008, p. 105-118.

LI, Tania Murray. Compromising Power: development, culture, and Rule in Indonesia. *Cultural Anthropology* 14(3), p. 295-322. 1999. American Anthropological Association.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. *Festa no Pedaco: cultura popular e lazer na cidade*. 2. ed., São Paulo: Hucitec, 1998.

_____. Etnografia como prática e experiência. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 129-156, jul./dez. 2009.

_____. De Perto e de Dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira De Ciências Sociais* - v. 17, n. 49, 2002.

MARICATO, Ermínia. As Idéias Fora do Lugar e o Lugar Fora das Idéias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otília Beatriz Fiori; VAINER, Carlos B.; MARICATO, Ermínia. *A Cidade do Pensamento Único*. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. Autoconstrução: a arquitetura possível. In: MARICATO, Ermínia (org.). *A Produção Capitalista da Casa (e da cidade) no Brasil Industrial*. São Paulo: Alfa-Omega, 1979, p. 71-93.

MASCARÓ, Juan Luis. *Loteamentos Urbanos*. Porto Alegre: Masquatro Editora, 2005.

MASSEY, Dorem. Um Sentido Global de Lugar. In: ARANTES, Antônio. *O Espaço da Diferença*. Campinas: Papirus, 2000.

MENDONZA, Critóbal. Mapas mentales, sentido de lugar y procesos migratorios: la comunidad mexicana en Albuquerque (Nuevo México). Cuadernos de Geografía. *Revista Colombiana de Geografía*. Bogotá, Colombia, v. 21, n. 2, p. 29-43, jul.-dic. 2012.

PIRES, Claudia Teresa Pereira. Nova Lima – um enfoque sobre a estrutura fundiária e a produção de loteamentos. In: COSTA, Heloisa Soares de Moura (org.). *Novas Periferias Metropolitanas*. A expansão metropolitana em Belo Horizonte: dinâmica e especificidade no eixo Sul. Belo Horizonte: C/Arte, 2006

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LIMA. Plano Diretor Urbano do Município de Nova Lima. Nova Lima: Poder Executivo, 2007.

RANCIÈRE, Jacques. O Dissenso. In: NOVAES, Adauto (org.). *A Crise da Razão*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras; Brasília/DF: Ministério da Cultura; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Arte, 2006.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornelia. *Cidade Narrada, Tempo Vivido: estudos de etnografias da duração*. *RUA [online]*, v. 1, n. 16, 2010. ISSN: 1413- 2109. Consultada no Portal Labeurb – Revista

SAHLINS, Marshall. Introdução. In: SAHLINS, Marshall. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p. 7-21.

_____. *Cultura na Prática*. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. “Como e quando pode um arquiteto virar antropólogo?”. In: VELHO, Gilberto (org.). *O desafio da cidade: novas perspectivas de antropologia brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1980, p. 37-57.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do Espaço Habitado: fundamentos teórico e metodológico da geografia*. São Paulo: Hucitec, 1988.

SCHMID, Christian. A Teoria da Produção do Espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. *GEOUSP – espaço e temp*. São Paulo, n. 32, p. 89-109, 2012.

SCOTT, James C. Formas Cotidianas da Resistência Camponesa. *Raízes*. Campina Grande, v. 21, n.01, p.10-31, jan/ju. 2002.

SCOTT, James. *Seeing Like a State: how certain schemes to improve the human condition have failed*. New Haven: Yale University Press, 1998.

TEIXEIRA, Raquel Oliveira Santos. “*A gente tem que falar aquilo que a gente tem que provar*”. A geopolítica do risco e a produção do sofrimento social na luta dos moradores do Bairro Camargos em Belo Horizonte – MG. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

VAINER, Carlos B. Pátria, Empresa e Mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, Otilia Beatriz Fiori; VAINER, Carlos B.; MARICATO, Ermínia. *A Cidade do Pensamento Único*. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. Os Liberais Também Fazem Planejamento Urbano? In: ARANTES, Otilia Beatriz Fiori; VAINER, Carlos B.; MARICATO, Ermínia. *A Cidade do Pensamento Único*. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 2009b.

VIANNA, Adriana. “Etnografando documentos: uma antropóloga em meio a processos judiciais”. In: CASTILHO, S. R. R.; SOUZA LIMA, Antonio Carlos de; TEIXEIRA, C. Costa (org.). *Antropologia das práticas de poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações*. Rio de Janeiro: Contra Capa, Faperj, 2014.

VIANNA, Hermano. “Funk e Cultura Popular Carioca”. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, p. 242-253, 1990.

WELTER, Isabela. Conflitos por Água em Belo Horizonte: o caso da Mina Capão Xavier. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

DOCUMENTOS E MATERIAL DE IMPRENSA

ANGLOGOLD ASHANTI. História. Disponível em: <http://www.anglogoldashanti.com.br/QuemSomos/Historia/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 15 de setembro de 2015.

CONDOMÍNIO RETIRO DAS PEDRAS. Histórico. Disponível em: <http://www.retirodochale.com.br/conteudo/historia/>. Acesso em: 16 de abril de 2016.

DIÁLOGOS JARDIM CANADÁ. Bairro Jardim Canadá. Disponível em: http://www.arq.ufmg.br/praxis/blog/dialogos_jardim_canada/?p=54. Acesso em: 21 de outubro de 2015.

DIÁLOGOS JARDIM CANADÁ. Aspectos socioeconômicos do Bairro Jardim Canadá. Disponível em: http://www.arq.ufmg.br/praxis/blog/dialogos_jardim_canada/?p=69. Acesso em: 21 de outubro de 2015.

DIÁRIO DO COMÉRCIO. Cervejas artesanais: Experimente reúne mais de 8mil pessoas. Disponível em: http://www.diariodocomercio.com.br/noticia.php?tit=cervejas_ artesanais_experimente_reune_mais_de_8_mil_pessoas&id=163777. Acesso em: 17 de abril de 2016.

GUIA UOL BH. Festival de cervejas artesanais e gastronomia movimentou o Jardim Canadá. Disponível em: <http://guia.uol.com.br/belo-horizonte/noticias/2014/12/12/festival-de->

[cervejas-artisanais-e-gastronomia-movimenta-o-jardim-canada.htm](#). Acesso em: 16 de abril de 2016.

IPEAD/UFMG. Pesquisa do mercado imobiliário em belo horizonte: alugueis. Disponível em: https://www.ipead.face.ufmg.br/site/siteipead/documentos/imobiliario/alugueis/2014/01_2014_alugueis.pdf. Acesso em: 18 de agosto de 2015.

JA.CA. Portal online. Sobre. Disponível em: <http://www.jaca.center/sobre/>. Acesso em: 17 de agosto de 2015.

JA.CA. Galeria conversa aberta. Disponível em: <http://www.jaca.center/galeria-conversa-aberta-wisnik/>. Acesso em: 22 de outubro de 2015

JA.CA. Casa da Ivete. <http://www.jaca.center/casadaivete>). Acesso em: 22 de outubro de 2015

PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO ROLA-MOÇA. Portal meio ambiente.mg, Disponível em: <http://www.ief.mg.gov.br/component/content/198?task=view>. Acesso em: 27 de agosto de 2015.

MIX GARDEN. Histórico. Disponível em: <http://mixgarden.com.br/>. Acesso em: 22 de abril de 2016

REVISTA VEJA. Jardim Canadá vira polo cultural na Grande BH. Galpões e casas do bairro de Nova Lima, às margens da Rodovia BR 040, atraem público com galerias, teatros, espaços para shows e restaurantes. Disponível em: http://vejabh.abril.com.br/materia/cidade/jardim-canada-vira-polo-cultural-grande-bh?utm_source=compartilhar. Acesso em: 7 de Dezembro de 2015.

REVISTA VEJA BH. Festival reúne quinze cervejarias artesanais em Nova Lima. Primeira edição do Experimente será no próximo sábado (8), no Jardim Canadá. Disponível em: <http://vejabh.abril.com.br/materia/cidade/online-feira-cerveja-artisanal>. Acesso em: 20 de abril de 2016.

THE GUARDIAN. From Ruth Glass to Spike Lee: 50 years of gentrification. Disponível em: <http://www.theguardian.com/cities/2014/feb/27/ruth-glass-spike-lee-gentrification-50-years>. Acesso em: 23 de abril de 2016.

ZAP MÓVEIS. Portal online de imóveis. Disponível em: <http://www.zap.com.br/imoveis/fipe-zap-b/>. Acesso em: 29 de agosto de 2015.

NOVA LIMA, Projeto urbano loteamento Jardim Canadá. Companhia Urbanização e Melhoramentos S.A.; 1958.

FONTES DAS FIGURAS

Convocatória do edital para o projeto “Dispositivo móvel para ações compartilhadas”. Disponível em: <https://www.facebook.com/JA.CAcentrode>

- Figura 02 <arte/photos/a.10154948822850223.1073741854.425929350222/10154948823040223/>. Acesso em: 23 de Dezembro de 2014
- Figura 04 Gráfico demonstrativo do aumento dos preços dos imóveis no Jardim Canadá entre janeiro de 2009 e Junho de 2015. Disponível em: www.zap.com.br/imoveis/fipe-zap-b/. Acesso em: 18 de Agosto de 2015.
- Figura 05 Mapa de Nova Lima representando a divisão de terras do município. Imagem retirada do Livro *Desejaca (no prelo)*. Disponível em: <https://programadesejaca.wordpress.com/>. Acesso em: 21 de maio de 2015. Imagem editada por Andrew Assaf, em 15/09/2015
- Figura 06 Representações de ocupações do Bairro Jardim Canadá em 1950 e 1970. Imagem retirada do Livro *Desejaca (no prelo)*. Disponível em: <https://programadesejaca.wordpress.com/>. Acesso em: 21 de maio de 2015. Imagem editada por Andrew Assaf, em 15/09/2015.
- Figura 07 Representações de ocupações do Bairro Jardim Canadá em 1990 e 2002. Imagem retirada do Livro *Desejaca (no prelo)*. Disponível em: <https://programadesejaca.wordpress.com/>. Acesso em: 21 de maio de 2015. Imagem editada por Andrew Assaf, em 15/09/2015.
- Figura 08 Representações de ocupações do Bairro Jardim Canadá em 2009 e 2013. Imagem retirada do Livro *Desejaca (no prelo)*. Disponível em: <https://programadesejaca.wordpress.com/>. Acesso em: 21 de maio de 2015. Imagem editada por Andrew Assaf, em 15/09/2015.
- Figura 09 Foto de satélite da região da cidade de Nova Lima. Imagem retirada do Livro *Desejaca (no prelo)*. Disponível em: <https://programadesejaca.wordpress.com/>. Acesso em: 21 de maio de 2015. Imagem editada por Andrew Assaf, em 15/09/2015.
- Figura 10 Imagem do Bairro Jardim Canadá retirada do *Google maps*. Extraído em 02 de julho de 2015. Edição da autora.
- Figura 11 Foto de satélite do loteamento do Bairro Jardim Canadá. Imagem retirada do Livro *Desejaca (no prelo)*. Disponível em: <https://programadesejaca.wordpress.com/>. Acesso em: 21 de maio de 2015. Imagem editada por Andrew Assaf, em 15/09/2015.
- Figura 12 Mapa de zoneamento do Bairro Jardim Canadá. Prefeitura de Nova Lima, 2010 Disponível em: http://www.arq.ufmg.br/praxis/blog/dialogos_jardim_canada/?p=54. Acesso em: 02 de julho de 2015.

FONTES DAS IMAGENS

Evento realizado em 2014, no atual espaço do JA.CA. Disponível em: www.jaca.center/galeria-conversa-aberta-wisnik. Acesso em: 22 de outubro

- Imagem 02 de 2015.
- Imagem 03 Evento realizado no primeiro espaço ocupado pelo JA.CA. Disponível em: www.jaca.center/galeria-conversa-aberta-wisnik/. Acesso em: 22 de outubro de 2015.
- Imagem 05 Reforma da casa da Ivete pela equipe de bolsistas de extensão da Escola de Arquitetura da UFMG e, ao lado, a própria Ivete. Disponível em: www.jaca.center/casadaivete. Acesso em: 22 de outubro de 2015.
- Imagem 09 Anúncio de lote pra aluguel na Rua Fox, próxima a Avenida Victória. Imagem: Coletivo Rolezim – Manuel Carvalho e Warley Desali. Foto realizada em 22 de julho de 2015.
- Imagem 15 Primeiro dia da Feira Experimente. Disponível em: <http://guia.uol.com.br/belo-horizonte/noticias/2014/12/12/festival-de-cervejas-artesanais-e-gastronomia-movimenta-o-jardim-canada.htm>. Acesso em: 16 de abril de 2016.
- Imagem 16 Tendias da Feira Experimente. Foto de Almir Santana, realizada em 10 de outubro de 2015.
- Imagem 17 Vista aérea da Praça Quatro Elementos durante uma das edições da Feira Experimente. Disponível no site: http://www.diariodocomercio.com.br/noticia.php?tit=cervejas_artisanais_experimete_reune_mais_de_8_mil_pessoas&id=163777. Acesso em: 17 de abril de 2016.